



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL**

**AILTON DE OLIVEIRA JUNIOR**

**INDUSTRIALIZAÇÃO, POVOAMENTO E EXTRATIVISMO:  
DA CONSTITUIÇÃO DO EXTREMO SUL BAIANO À FORMAÇÃO  
DO “COMERCINHO DOS PRETOS” NA DÉCADA DE 1950**

**SANTO ANTÔNIO DE JESUS**

**2019**

**AILTON DE OLIVEIRA JUNIOR**

**INDUSTRIALIZAÇÃO, POVOAMENTO E EXTRATIVISMO:  
DA CONSTITUIÇÃO DO EXTREMO SUL BAIANO À FORMAÇÃO  
DO “COMERCINHO DOS PRETOS” NA DÉCADA DE 1950**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, do Departamento de Ciências Humanas/Campus V, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sara Oliveira Farias.

**SANTO ANTÔNIO DE JESUS**

**2019**

FICHA CATALOGRÁFICA  
Sistema de Bibliotecas da UNEB  
Dados fornecidos pelo autor

O48i

Oliveira Junior, Ailton de

Industrialização, povoamento e extrativismo: da constituição do Extremo Sul baiano à formação do "Comercinho dos Pretos" na década de 1950 / Ailton de Oliveira Junior.-- Santo Antônio de Jesus, 2019.

114 fls : il.

Orientador(a): Sara Oliveira Farias.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local - PPGHIS, Câmpus V. 2019.

1.Urbanização. 2.Povoamento. 3.Teixeira de Freitas. 4.Extrativismo. 5.Região.

CDD: 981

**AILTON DE OLIVEIRA JUNIOR**

**INDUSTRIALIZAÇÃO, POVOAMENTO E EXTRATIVISMO:  
DA CONSTITUIÇÃO DO EXTREMO SUL BAIANO À FORMAÇÃO  
DO “COMERCINHO DOS PRETOS” NA DÉCADA DE 1950**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, do Departamento de Ciências Humanas/Campus V, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em 26 de março de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sara Oliveira Farias (Orientadora)  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Carvalho dos Santos  
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kátia Vinhático Pontes  
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

## AGRADECIMENTOS

Agradecimentos públicos nunca foram o meu forte. Não que eu seja ingrato, mas o fato de ter de externar para terceiros sentimentos de gratidão de coisas por vezes de caráter puramente pessoal me constrange, além me dar a impressão de que eu também possa constranger aos que dedico o agradecimento. Ao menos é assim que me sinto. Este caso em especial, entretanto, não me permite esquivar de tal responsabilidade. A conclusão desta pesquisa, bem como todo o percurso do mestrado, desde a inscrição no processo seletivo até o depósito final da dissertação, não seria possível sem a presença de outros indivíduos: família, amigos, parentes, e até alguns desconhecidos.

Primeiramente devo agradecer, mais uma vez, a Deus. Poderia dissertar bastante sobre as razões desse agradecimento, mas basta dizer que sem essa fé, elemento definidor de meu caráter e visão de mundo, nada teria acontecido da forma como aconteceu. Portanto, obrigado!

Agradeço à minha mãe pelo amparo e os sacrifícios para que eu pudesse sair, em um momento tão difícil, para me aventurar em uma pós-graduação tão distante.

Ao meu pai pelo apoio, esforço e compreensão dado a esse projeto de vida que por diversas vezes soa ainda estranho a ele.

Ao meu irmão, por tudo que passamos juntos e por nunca reclamar de nada, mesmo com tantas mudanças ocorrendo tão depressa.

Aos meus primos Grazielle, Rodrigo e sua família, que disponibilizaram de bom grado e sem nada cobrar a sua casa em Santo Antônio de Jesus para que pudesse ficar até que eu tivesse condições de custear outro cantinho.

Aos diversos caminhoneiros que ofereceram gentilmente carona, me livrando assim dos altos custos com passagem no período de seleção até os primeiros meses de mestrado, quando ainda não dispunha de bolsa.

Aos meus amigos que tanto me ajudaram nos estudos - Leandro, Evandro, Bianca, Gabi, Grégory, Edie, Kevelin, Maurício, Ada, Júnio, Laíra, Tamires, Mayne, Leo Amaral e outros tantos -, seja financeiramente (emprestando dinheiro ou pagando contas), prestando favores ou mesmo conversando nos momentos em que a solidão ou o desespero batia. Incluo ainda as amizades que fiz em Santo Antônio e demais lugares por onde passei - Hélder, Jairan, Juliana, Bruna, Rafael, Tércio, Jefferson, Ivan, Débora e mais uma porrada de gente - os quais fico feliz em saber que as levarei por bastante tempo.

Não poderia de forma alguma me esquecer de agradecer aos colegas de turma - Adriana, Zuma, Deibith, Roosevelt, Taylan, Déa, Wane, Nana e Iara - que de fato fizeram valer o sentido da palavra “turma”, pois durante todo o período de curso se mostraram verdadeiros parceiros, compartilhando informações, se prontificando para entregas de documento, tirando dúvidas, conversando sobre as pesquisas e a vida. Formamos uma ótima turma!

À minha companheira Laís Assunção e sua família que chegaram no meio de todo esse processo e que tanto apoiaram minha caminhada.

Às professoras e demais profissionais do Programa de Pós-Graduação, em especial minha orientadora, a Dr. Sara Farias, com quem tanto aprendi durante esses anos, e a Hélder, secretário do PPG, que sempre atendeu com muita competência as demandas discentes.

Também agradeço aos professores Márcio Soares, Liliane Cordeiro Gomes e Halysson Fonseca, do Colegiado de História do Campus X da UNEB em Teixeira de Freitas, onde me graduei, que sempre se mostraram dispostos a contribuir sempre que por eles gritava.

Ao colega Daniel Rocha, do site Tira-banha, que muito ajudou em conversas sobre Teixeira de Freitas, além de facilitar contatos e acessos a materiais. Dentre esses contatos, destaco o Sr. Domingos Cajueiro, a quem sou muito agradecido por me receber, relatar e fornecer materiais sobre a história de sua família, Freitas Correa, da Fazenda Nova América e da cidade.

Por fim, agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB por ter me dado as condições financeiras para cursar e pesquisar. Ao mesmo tempo em que sou grato pelo apoio recebido, me vejo preocupado e triste com a situação dos colegas pesquisadores que ainda estão por vir e que ainda muito sofrerão com os constantes cortes de verba governamental destinada ao amparo à ciência. A essa tristeza soma-se o desgosto em ver a História e seus profissionais cada vez mais descredibilizados na sociedade brasileira. Passamos a ter nosso ofício acusado de disseminação ideológica e doutrinária sempre que ousamos questionar o *status quo*. Ser pesquisador e professor nesses tempos é um ato de coragem e afronta e não creio que nos caiba outra ação que não seja a resistência. Sigamos juntos!

## RESUMO

O município de Teixeira de Freitas, situado no Extremo Sul baiano, próximo ao Norte do estado do Espírito Santo, surgiu e se desenvolveu enquanto povoado no contexto de crescimento econômico e desenvolvimento industrial na década de 1950, a partir da extração de madeira e da conseqüente chegada das primeiras levas de moradores urbanos à região. Nesse primeiro momento, o território da região onde se insere passa a ser alterado, tendo sua vegetação nativa explorada, reconfigurando o espaço e as relações sociais em conformidade com os interesses do processo de industrialização e desenvolvimento fomentado pelo Estado brasileiro. Tendo isso em vista, essa pesquisa aborda o desenvolvimento urbano inicial do interior do município de Alcobaça, onde Teixeira de Freitas constitui-se como povoado, compreendendo a configuração econômica do Extremo Sul baiano, a participação de empresários do Sudeste brasileiro em seu território, bem como as alterações nas formas de relação de trabalho e a conseqüente reconfiguração geográfica com o processo de povoamento e urbanização do que virá a se tornar Teixeira de Freitas. Este trabalho parte da discussão acerca do processo histórico de constituição das relações econômicas e territoriais no país, buscando compreender os papéis definidos aos centros urbanos e econômicos, desde a consolidação do Sudeste brasileiro, passando pela especialização produtiva do interior baiano, até o processo de integração do Extremo Sul baiano no mercado nacional. Analisa ainda o processo de colonização da região Extremo Sul da Bahia empreendida pelo projeto desenvolvimentista do Estado brasileiro, bem como os interesses dos entes governamentais em incluir a região no cenário de exploração, implementando uma política de exclusão e extermínio de demais formas sociais e de produção que não as correspondentes ao projeto oficial. Entendendo que os conflitos sociais inerentes a sociedade de classes aparecem e são demonstrados não apenas nos contornos e desenhos das cidades e das demais formas de organização sobre o território, mas também na memória que é construída sobre estes lugares, a memória coletiva local ao final passa ao posto de objeto de análise. A chegada das empresas extrativistas sempre que evocada em fontes memorialísticas são referendadas enquanto ponto de partida de reconfiguração social e geográfica. Paralelamente, atribui-se a esses empreendimentos a responsabilidade de terem levado o progresso e a modernização ao lugar, o que demonstra a percepção acerca da integração territorial numa economia de mercado cada vez mais industrializada e articulada.

**Palavras-chave:** Urbanização; Povoamento; Teixeira de Freitas.

## ABSTRACT

The municipality of Teixeira de Freitas, located in the extreme south of Bahia, near the north of the state of Espírito Santo, emerged and developed as a settlement in the context of economic growth and industrial development in the 1950s, from the extraction of wood and the consequent first arrival of urban dwellers to the region. In that first moment, the territory of the region where it is inserted changes, having its native vegetation explored, reconfiguring the space and social relations in accordance with the interests of the process of industrialization and development fomented by the Brazilian State. Based on this study, this research deals with the initial urban development of the interior of the municipality of Alcobaça, where Teixeira de Freitas begins as a settlement, comprising the economic configuration of the Extreme South of Bahia, the participation of businessmen from the Brazilian Southeast in their territory, as well as the changes in the forms of work relationship and the consequent geographic reconfiguration with the process of population and urbanization of what will become Teixeira de Freitas. This work starts from the discussion about the historical process of the constitution of economic and territorial relations in the country, seeking to understand the roles defined to the urban and economic centers, from the consolidation of the Southeast of Brazil, through the productive specialization of the interior of Bahia, to the integration process of the extreme South Bahia in the national market. It also analyzes the process of colonization of the extreme south of Bahia undertaken by the developmentalist project of the Brazilian State, as well as the interests of government entities to include the region in the exploitation scenario, implementing a policy of exclusion and extermination of other social and production forms that not those corresponding to the official project. Understanding that the social conflicts inherent in class society appear and are demonstrated not only in the contours and designs of cities and other forms of organization on the territory, but also in the memory that is built on these places, the local collective memory in the end passes to the position of object of analysis. The arrival of extractive enterprises whenever evoked in memorialistic sources are endorsed as the starting point of social and geographical reconfiguration. At the same time, these undertakings are responsible for bringing progress and modernization to the place, which demonstrates the perception of territorial integration in an increasingly industrialized and articulated market economy.

**Keywords:** Urbanization; Population; Teixeira de Freitas.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Localização do Município de Teixeira de Freitas	12
Imagem 2 - Mesorregião Sul da Bahia e suas Microrregiões	45
Imagem 3 - Extensão da Estrada de Ferro Bahia-Minas	47
Imagem 4 - Mapa da Cobertura da Mata Atlântica no Extremo Sul da Bahia em 1945	52
Imagem 5 - Mapa da Cobertura da Mata Atlântica no Extremo Sul da Bahia em 1960	56
Imagem 6 - Localização do Município de Alcobaça em 1958	68
Imagem 7 - Mapa do Extremo Sul da Bahia	82
Imagem 8 - Família Freitas Correia na Fazenda Nova América	93
Imagem 9 - Fazenda Cascata	101
Imagem 10 - Fazenda Nova América	102
Imagem 11 - Estrada de rodagem aberta por Eleosippo Cunha	104

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Anuário Estatístico do Brasil - População do Brasil na data dos recenseamentos gerais	32
Tabela 2 - Anuário Estatístico do Brasil - População da Bahia na data dos recenseamentos gerais	40
Tabela 3 - Matas naturais da Bahia (1.000 ha)	57
Tabela 4 - Estado da Bahia - Número de estabelecimentos industriais	59
Tabela 5 - Estado da Bahia - Número de operários ocupados	59
Tabela 6 - Composição setorial do emprego Extremo Sul - 1950-1960	64
Tabela 7 - Crescimento Demográfico no Extremo Sul	65
Tabela 8 - Composição Setorial da População (1.000 habitantes)	66
Tabela 9 - Nucleações urbanas em Alcobaça e tamanho demográfico	70

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNB	Banco do Nordeste do Brasil S. A.
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BRALANDA	Brasil Holanda S. A.
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
DERBA	Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
EFBM	Estrada de Ferro Bahia-Minas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICB	Instituto de Cacau da Bahia
PNMP	Parque Nacional de Monte Pascoal
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

## SUMÁRIO

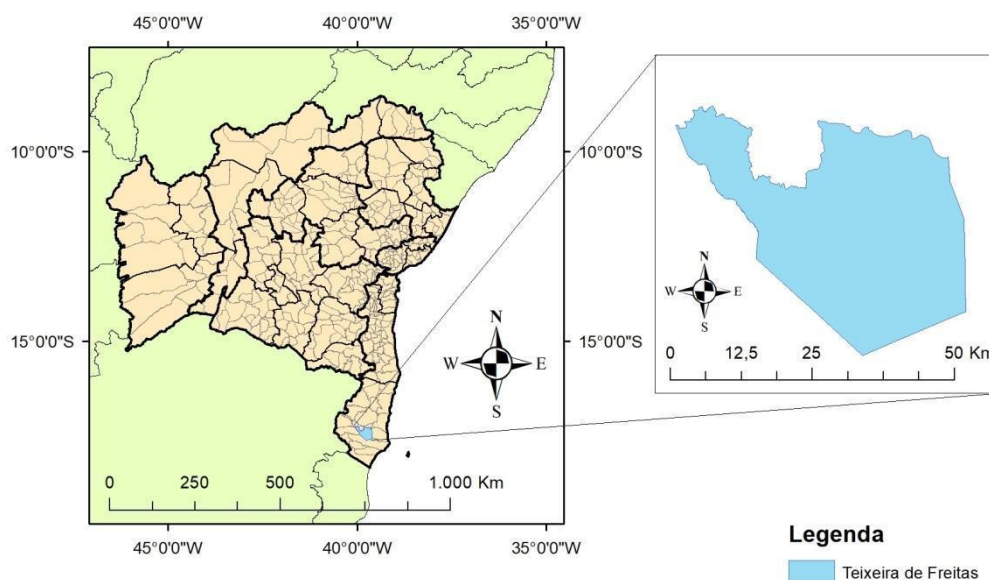
INTRODUÇÃO	12
I. A CONSTITUIÇÃO DO FATO URBANO	13
II. CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	17
III. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	21
CAPÍTULO I: A CONSTRUÇÃO DA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO NO BRASIL	24
1.1 O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA BRASILEIRO E A CONSTITUIÇÃO DE SEU POLO ECONÔMICO	24
1.2 A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DO TERRITÓRIO BRASILEIRO	28
1.3 A EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA BRASILEIRA E O REARRANJO GEOGRÁFICO	32
1.4 A URBANIZAÇÃO DA BAHIA NO SÉCULO XX	36
1.5 A PRODUÇÃO CACAUEIRA E A CONSTITUIÇÃO URBANA DO SUL DA BAHIA	39
1.6 CRISE DO CACAU, PLANEJAMENTO E CONFIGURAÇÃO ECONÔMICA DO EXTREMO SUL BAIANO	41
1.7 DO MEIO NATURAL AO TÉCNICO: A DERRUBADA DA MATA ATLÂNTICA E O POVOAMENTO DO EXTREMO SUL DA BAHIA	45
CAPÍTULO II: FORMAÇÃO ECONÔMICA E URBANIZAÇÃO DO EXTREMO SUL BAIANO	51
2.1. O EXTREMO SUL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	51
2.2. EXPROPRIAÇÃO, VIOLÊNCIA E COLONIZAÇÃO DOS “BRAVOS SERTÕES” DO EXTREMO SUL	52
2.3. INDUSTRIALIZAÇÃO, MADEIREIRAS E POVOAMENTO	56
2.4. MIGRAÇÃO E CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO NO EXTREMO SUL DO ESTADO	63
2.5. A FORMAÇÃO URBANA DO INTERIOR ALCOBACENSE	67

CAPÍTULO III: MEMÓRIA E POVOAMENTO	75
3.1 CONFLITOS E MEMÓRIA COLETIVA	75
3.2 A IGREJA CATÓLICA NO EXTREMO SUL BAIANO	77
3.3 O PONTO DE PARTIDA: A FAZENDA NOVA AMÉRICA	82
3.4 JORNAL ALERTA: PRODUÇÃO DE MEMÓRIA	89
3.4.1 A MONOGRAFIA-REPORTAGEM DO BANCO DO NORDESTE	90
3.5 A FAZENDA NOVA AMÉRICA E A MEMÓRIA COLETIVA DA FAMÍLIA FREITAS CORREA	93
3.6 JORNAL ALERTA: ISRAEL FREITAS CORREA	97
3.7 O ENCONTRO DE DOIS MUNDOS	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	111

## INTRODUÇÃO

Localizada no Extremo Sul do estado da Bahia, próximo à divisa com o estado de Minas Gerais e Espírito Santo, situa-se a cidade de Teixeira de Freitas (Imagem 1). Elevada à condição de município em 1985<sup>1</sup>, atualmente se destaca como o maior centro dinâmico da região. A cidade hoje conta com hospital regional, policlínica, universidades públicas e privadas, delegacia, sede do Ministério Público Federal e Estadual, fórum, bancos públicos e privados, grandes redes de supermercado, concessionárias de grandes marcas de automóveis, shoppings, aeroporto etc. Essa dinâmica econômica, expressa na diversidade de serviços e atividades oferecidas, indica uma complexa divisão social do trabalho e de relações sociais que se correspondem ao processo de urbanização característico da sociedade industrial moderna.

Imagem 1 - Localização do Município de Teixeira de Freitas



Elaboração: Edie Carvalho Ribeiro Ferraz, 2018.

Tais relações de produção, embora já presentes no desenvolvimento econômico em

<sup>1</sup> A emancipação de Teixeira de Freitas dos municípios de Alcobaça e Caravelas se deu em 9 de Maio de 1985, sob a lei 4452 (GUERRA, J. C. P; SILVA, L. S. O processo de emancipação política de Teixeira de Freitas (1972-1985). 2010. 102 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Departamento de Educação Campus X, Universidade do Estado da Bahia, Teixeira de Freitas, 2010).

âmbito nacional, ainda não haviam se instalado por completo até a década de 1960 na região. O Extremo Sul baiano era predominantemente rural, tendo ainda grande parte de seu território coberto por vegetação nativa (Mata Atlântica), com exceção do litoral, onde a presença europeia, remontada ao período colonial brasileiro, já havia iniciado a ocupação e urbanização de alguns centros, como Porto Seguro, Alcobaça e Caravelas<sup>2</sup>.

Com uma considerável área de mata preservada na década de 1950, a região do Extremo Sul da Bahia passa a sofrer mudanças a partir da instalação de empresas ligadas à extração indiscriminada de madeiras nobres. Estas empresas são responsáveis pela abertura das primeiras estradas para escoar a produção extrativista, visando o suprimento das demandas externas e dos grandes centros econômicos do país: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte<sup>3</sup>. O início da atividade madeireira deslocou trabalhadores à região, grande parte vinda dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais. A abertura das primeiras estradas de escoamento de produtos interligou os povoados e municípios circunvizinhos viabilizando contato e trocas comerciais<sup>4</sup>.

Paralelamente ao início da atividade madeireira extrativista, no contexto de desenvolvimento industrial que experimentava o país no período, o *comercinho*<sup>5</sup> que deu origem a Teixeira de Freitas passa a se desenvolver. Nesse contexto buscamos entender o processo de constituição urbana inicial do povoado e sua relação com a atividade extrativista, compreendendo seu relativo isolamento frente às outras regiões da Bahia e as alterações propiciadas e causadas pela e a partir da atividade econômica em meados da década de 1950.

## I. A CONSTITUIÇÃO DO FATO URBANO

A compreensão do processo de urbanização de Teixeira de Freitas na década de

---

<sup>2</sup> PRADO JÚNIOR, C. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia; entrevista Fernando Novais; posfácio Bernardo Ricupero. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>3</sup> CERQUEIRA NETO, S. P. G. Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia. 2009. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

<sup>4</sup> FERREIRA, S. T. A vida privada de negros pioneiros no povoamento de Teixeira de Freitas na década de 1960. 2010. 109 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Departamento de Educação Campus X, Universidade do Estado da Bahia, Teixeira de Freitas, 2010.

<sup>5</sup> Ou “Comercinho dos Pretos” como também era conhecido (Ibid. p. 11).

1950 antes de ser analisado em sua dinâmica local, ao nosso ver, deve ser primeiro compreendido a partir da dinâmica de funcionamento e desenvolvimento do fato urbano. Do contrário, corremos o risco de tomar essa determinada forma social, a urbana, enquanto configuração natural das sociedades. De acordo com Manuel Castells<sup>6</sup>, o “fato urbano” é resultado de uma divisão social do trabalho, à medida que determinada sociedade atinge certo grau de complexidade produtiva e sua consequente organização em classes sociais. Para Castells essa é a característica essencial da cidade, embora os primeiros elementos necessários ao seu surgimento na história se encontrem na formação das primeiras aldeias, com o domínio do cultivo de animais e a agricultura. Tais elementos garantiram as condições materiais de sobrevivência das primeiras comunidades humanas fixadas num dado território<sup>7</sup>. No entanto, a aldeia antiga ainda não se configurava enquanto “urbana”.

É somente a partir do aumento da produtividade no campo, para além do necessário à sua subsistência, e de uma relação de dominação e exploração, de maneira que haja a transferência desse excedente, é que se torna possível a existência urbana. O fato urbano pressupõe a existência de relações diferenciadas entre seus indivíduos, havendo parte da sociedade que se dedique a produção e outra que dela se aproprie, podendo se voltar a atividades não produtivas (guerra e religião, por exemplo). Sobre isso, é dito pelo sociólogo Paul Singer, que “A constituição da cidade é, ao mesmo tempo, uma inovação na técnica de dominação e na organização da produção”<sup>8</sup>.

Variável em tamanho físico e populacional, historicamente a cidade se organiza em função, sobretudo, de suas determinações de ordem econômica e política, o que denominamos de sua *base material*. Na base material da sociedade que constitui a cidade temos, por um lado, a complexidade da divisão social do trabalho e, por outro lado, sua dimensão política, aquilo que a unifica por meio do controle, do gerenciamento do poder sobre as pessoas. Essa característica, para Mumford<sup>9</sup>, é outro importante elemento que define o urbano e que o diferencia de outras configurações, como a aldeia.

Em suma, as exigências sociais das modificações na divisão social do trabalho à medida que as sociedades iam se tornando mais complexas do ponto de vista produtivo, obrigaram as primeiras comunidades à produção de novos arranjos políticos e socioespaciais. Para Singer, “a cidade é o modo de organização espacial que permite à

---

<sup>6</sup> CASTELLS, M. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 41-43.

<sup>7</sup> MUMFORD, L. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

<sup>8</sup> SINGER, P. Economia política da urbanização. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 12.

<sup>9</sup> MUMFORD, L. op. cit. p. 72.

classe dominante maximizar a transformação do excedente alimentar, não diretamente consumido por ele, em poder militar e este em dominação política”<sup>10</sup>.

Por seu lado, o modelo urbano moderno (“cidade moderna”) passou a se desenvolver a partir da crise do sistema feudal com o fortalecimento do comércio e, conseqüentemente, com o surgimento de uma influente classe comercial: a burguesia. Assim, a cidade moderna nasce no interior da cidade medieval. Todavia, no tocante à cidade, o fio da história jamais pode ser cortado completamente, pois quando o assunto são as feições urbanas, como argumenta Maria Sposito:

[...] o espaço é história e nesta perspectiva, a cidade de hoje, é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas relações que promovem essas transformações.<sup>11</sup>

Para Sposito<sup>12</sup>, com a ascensão da burguesia como força impulsionadora do desenvolvimento urbano, e sendo a divisão de classes condição prévia necessária ao surgimento da cidade, esta passou a ser o lugar central do desenvolvimento capitalista, inicialmente em bases mercantis para depois, com a Revolução Industrial no século XVIII, gradativamente forjada pelo capital industrial e sua valorização<sup>13</sup>. Embora não sendo a primeira expressão histórica de constituição da cidade, a cidade capitalista passou a assumir o caráter de espaço produtivo, mantendo também suas antigas funções urbanas, como o de centro de poder administrativo e de distribuição de serviços<sup>14</sup>.

Para Lefebvre<sup>15</sup>, a cidade, enquanto espaço urbano produzido socialmente, se configura a partir de um elemento fundamental: a industrialização. Para o filósofo urbano, esta tem sido o “motor das transformações” desde que o capitalismo industrial se estabeleceu enquanto característica essencial da economia burguesa. Industrialização e urbanização são fatores indissociáveis, de maneira que o segundo, o induzido, não pode ser compreendido em sua complexidade se não pela compreensão de seu elemento indutor, ou seja, a atividade industrial. Em suas palavras, “sem possibilidade de contestação, esse processo é, há um século e meio, o motor das transformações na sociedade”<sup>16</sup>.

<sup>10</sup> SINGER, P. Economia política da urbanização. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 12.

<sup>11</sup> SPOSITO, M. E. B. Capitalismo e Urbanização. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 11.

<sup>12</sup> Ibid.

<sup>13</sup> MARX, K. O Capital: crítica da economia política. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

<sup>14</sup> CASTELLS, M. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

<sup>15</sup> LEFEBVRE, H. O direito à cidade. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

<sup>16</sup> Ibid. p. 11.

A cidade torna-se o espaço por excelência do desenvolvimento do sistema capitalista, pois nela encontramos a concentração das forças produtivas, do próprio capital, da reprodução da força de trabalho, do investimento e da massa consumidora de produtos e serviços. Pode-se dizer então que a cidade reúne as condições para que as classes dominantes maximizem seu poder econômico e sua dominação ideológica, passando a burguesia ao longo do período moderno, sobretudo na passagem do século XVIII para o XIX, a ter a posse efetiva do poder político<sup>17</sup>. Por possuir essas características fundamentais, é dito por Singer que “A cidade é, via de regra, a sede do poder e, portanto, da classe dominante”<sup>18</sup>.

A cidade aos poucos passa a ser lugar por excelência de acumulação do capital e, cada vez mais concentrado, do capital financeiro. A construção e organização sócio-histórica do espaço, dos seus contornos, de sua infraestrutura geral, é um exercício que exhibe o jogo de poder e os interesses das classes dominantes, à frente a burguesia, em uma sociedade fundada na valorização do capital. A sociedade civil hegemônica pela burguesia passa a dispor do Estado como esfera de poder, compondo, assim, o aparelho administrativo e seu serviço. Sobre isso, Marx e Engels<sup>19</sup> haviam afirmado antes que o Estado é, essencialmente, o aparelho gestor dos interesses da classe dominante.

Portanto, o aparelho estatal, em essência, passa a ser mais um instrumento para atender os interesses das classes dominantes, não sendo, fundamentalmente, a agência de realização dos interesses gerais da sociedade. Capital e Estado moderno são as bases materiais de sustentação do modo de produção e reprodução capitalista. Por seu lado, a organização das cidades modernas (e contemporâneas) não escapa a essa orientação geral. A sociedade capitalista, tendo por centro acumulador dinâmico a cidade, funda-se na produção, governada pelo capital, e na reprodução social, guiada pelo Estado (direito, infraestrutura, ideologia etc.).

Uma das características da lógica do planejamento urbano do século XX, dito “modernista”, influenciado pelo pensamento positivista, é a crença de que o desenvolvimento das cidades se daria de forma linear, centrado na racionalidade do Estado e conduzido pelo avanço técnico/tecnológico, o que definiria a superioridade do capitalismo como modo dominante de produção e reprodução social<sup>20</sup>. As proposições inicialmente

---

17 SINGER, P. Economia política da urbanização. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

18 Ibid. p. 8.

19 MARX, K; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

20 FERRARI JÚNIOR, J. C. Limites e potencialidades do planejamento urbano: uma discussão sobre

feitas pelo planejamento burguês (e pequeno-burguês) atenderam, fundamentalmente, aos interesses do capital, com vistas a produzir cidades flexíveis às necessidades técnicas da indústria e do mercado consumidor, não tendo, como já foi dito, o objetivo primordial de atender às necessidades outras da sociedade civil como um todo social, que não a produção e reprodução da vida em termos capitalistas<sup>21</sup>. A cidade, portanto, deve ser compreendida a partir das relações de classe que a constitui.

Na cidade moderna (e contemporânea) tudo é fruto do capitalismo? Não. Os aspectos não capitalistas da cidade moderna foram obra de dois processos históricos complementares: de um lado, a herança não superada (e ressignificada) do período anterior ao surgimento histórico do capitalismo; de outro, das resistências sociais aos processos de acumulação do capital. Em outras palavras, a *luta de classes*<sup>22</sup>.

Há que se ressaltar que a chamada *luta de classes* não é aqui entendida somente como a ação de resistência das classes dominadas, no sentido de construir uma “história vista de baixo”. Mas sim, como o conflito de interesses de *classe* baseado na exploração e apropriação do excedente pela burguesia sob à classe trabalhadora. Logo, as ações da burguesia também são significantes nesse conflito<sup>23</sup>. A cidade moderna, paulatinamente, foi se transformando em objeto primordial de disputa.

## II. CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Entendendo que a construção do espaço urbano ocorre a partir do desenvolvimento econômico e sua complexização na esfera das relações de produção, buscamos compreender o processo de formação do povoado de Teixeira de Freitas na década de 1950. Em termos mais amplos, no interior do processo de urbanização capitalista industrial, no

---

os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras. Estudos Geográficos, Rio Claro, v. 2, n. 1, p. 15-28, jun., 2004.

<sup>21</sup> MUMFORD, L. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

<sup>22</sup> Para Marx, as relações de produção sustentadas na propriedade privada são necessariamente baseadas na exploração, nas quais a classe dominante, a burguesia no capitalismo, “lucra” por meio da apropriação do trabalho da classe trabalhadora. Essa relação, baseada na exploração, gera conflitos de interesses de classes ocasionando disputas no interior da sociedade, a chamada *luta de classes* (RIGBY, S. H. Historiografia Marxista. In. NOVAIS, F. A; SILVA, R. F. (org.). Nova História em Perspectiva vol. II. São Paulo: Casac Naiyf, 2013.).

<sup>23</sup> Ibid.

qual Teixeira de Freitas se insere por meio da divisão socioespacial do trabalho, tornou-se necessário problematizar algumas questões, tais como: 1) a reconfiguração do território em termos urbanos e sua intencionalidade; 2) o sentido original das primeiras vias de tráfego abertas na cidade; 3) as relações entre os indivíduos e espaço produzido; 4) os impactos oriundos das drásticas alterações na paisagem local na vida dos moradores; 5) a relação entre Estado e atividade industrial.

Tais problemáticas, embora frutos de uma reflexão teórica sobre o urbano e o contexto desenvolvimentista brasileiro, também são pontuadas a partir do olhar de quem nasceu e cresceu em Teixeira de Freitas, observando constantes alterações no cenário e no padrão urbano do lugar. Essas modificações foram fundamentais para que os questionamentos acerca do intensificado processo de urbanização fossem construídos. As perguntas e o interesse pelo tema foram tomando forma e direcionamento quando em 2013, ainda na graduação em História pelo Campus X da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, houve o contato com o material comemorativo de aniversário da cidade produzido pelo Jornal Alerta. Essa publicação contava com diversos depoimentos de moradores antigos, trazendo relatos de memória sobre a realidade local, principalmente voltada para os anos anteriores a emancipação política.

Ao observar que a formação urbana de Teixeira de Freitas se tratava de algo recente, e que ainda havia testemunhas vivas do processo, optou-se então por definir o objeto de pesquisa a partir de uma pergunta simples e básica: “Como Teixeira de Freitas começou?”. Sob orientação do professor Márcio Soares Santos, iniciou-se um projeto de pesquisa, que resultou na monografia “Ocupação e desenvolvimento do espaço urbano teixeirense (1950 – 1970)”, apresentada em 2015. Esse material foi a base de construção do projeto de pesquisa submetido e aceito pelo Programa de Pós-Graduação - PPG em História Regional e Local da UNEB em 2016, finalizado nesta dissertação.

Este trabalho, da maneira como foi proposto originalmente, se propunha a analisar a memória local, através das fontes orais. Essa escolha não se fez sem justificativa. O contato com as edições do Jornal Alerta fez com que alguns incômodos fossem causados, já que em suas páginas era sempre retratada uma história de triunfo, onde os conflitos pouco apareciam. Além do interesse em criticar a imagem pacificada que a memória local reproduzida pelo Jornal afirmava, a escolha de tomar a memória enquanto fonte primordial de investigação se mostrava muito conveniente. As pesquisas realizadas em Teixeira de Freitas e região comumente esbarram em um triste problema: a falta de documentos, ou pelo menos de documentos escritos e oficiais. A cidade em si, bem como seus órgãos

públicos, não dispõe de arquivos organizados, além de conter poucos documentos sobre décadas anteriores à emancipação, inviabilizando pesquisas que possuam prazo estabelecido de conclusão. Essa ausência de arquivos, somada a relativa proximidade temporal do objeto de pesquisa, viabilizou o trabalho com entrevistas, indo de encontro a uma “tradição” existente entre os pesquisadores da história local em Teixeira de Freitas e região<sup>24</sup>.

A fonte oral, inicialmente prevista para compor os materiais de investigação, foi retirada no meio do processo. As entrevistas foram planejadas, selecionando entrevistados, elaborando roteiro, contatando previamente os voluntários e chegando até mesmo a realizar algumas delas. No entanto, todo o trabalho envolvendo a metodologia da História Oral se mostrou custoso quanto ao tempo necessário, além de não acontecer da maneira esperada, já que entrevistas confirmadas previamente não aconteceram por negação de alguns voluntários.

Além das especificidades das fontes orais, a mudança ocorreu também pelo achado de um inesperado documento nos arquivos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI em Salvador, intitulado “BR-101 Trecho Sul: justificativa econômica”, material produzido pela Secretaria de Transportes e Comunicação da Bahia, onde é abordado a viabilidade de construção da rodovia, apontando as diversas atividades econômicas presentes no Extremo Sul, incluindo o extrativismo madeireiro, além de outras informações referentes à década de 1950. O material possibilitou que parte da pesquisa fosse construída sem o uso das entrevistas, já que sua análise, somada às demais fontes trabalhadas, se mostravam suficientes para a conclusão desta dissertação dentro do roteiro planejado.

Maior atenção foi dada ao espaço nuclear da cidade, sobretudo onde hoje se localiza o Centro e seus arrabaldes, lugar onde o povoado de Teixeira de Freitas começou a se desenvolver em termos urbanos, com suas primeiras ruas, bairros, casas comerciais, residências, espaços de sociabilidade, etc. Trata-se do local onde passa a se dar as experiências e interações humanas enquanto grupo, de onde se constrói seu sentimento de pertencimento ao dado território, bem como as representações construídas sobre ele. Ou seja, de onde se constitui uma *localidade*<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> GOMES, L. M. F. Teixeira de Freitas – ditos e não ditos: uma cidade em disputa de memórias. In: Simpósio Nacional de História, XXVIII, 2015, Florianópolis, Anais eletrônicos. 16 p. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acessado em 30 de julho de 2018.

<sup>25</sup> NEVES, E. F. História e região: tópicos de história regional e local. Ponta de lança, São Cristóvão, v. 1, n. 2, p. 25-36, abr.-out., 2008.

A delimitação espacial de nosso objeto não ocorre pelos limites político-administrativos referentes ao município hoje, mas à localidade referente ao princípio da urbanização do que veio a ser oficializado como povoado da cidade de Alcobaça em 1957. Portanto, o lugar a ser analisado não corresponde às fronteiras territoriais do município atualmente, haja vista que essas, enquanto produtos históricos, foram transformadas e modificadas ao longo dos anos por processos que não estão no foco de interesse deste trabalho.

Para nós, o *local*, enquanto “lugar que é recortado por um problema transversal”<sup>26</sup> – nesse caso a urbanização – não se trata apenas de um *recorte espacial*, mas do próprio objeto de pesquisa. O espaço urbano, enquanto produto das ações humanas, não é aqui um mero *cenário* onde ocorre e acontecem as tramas históricas a serem investigadas, mas é o ponto central de análise.

Entendemos – de acordo com D'Assunção Barros<sup>27</sup> e Neves<sup>28</sup> – que o *local* para o historiador não é uma definição dada pelas fronteiras políticas e administrativas, mas, ao contrário, é construído por ele. No entanto, será a urbanização do que virá a ser reconhecido, também em termos de território político-administrativo pelo Estado, por meio de sua oficialização enquanto povoado, junto com sua relação com a atividade econômica motora desse processo, o ponto fundamental a ser abordado nessa pesquisa. Conforme argumenta Barros<sup>29</sup>, se a localidade do historiador vier a coincidir com uma delimitação em outro nível, seja ele administrativo ou político, será isso uma mera consequência.

Busca-se aqui também abordar uma história que até o momento não foi escrita da maneira como proposta aqui. Até mesmo a História da Bahia a negligenciou, pois concentrava sua atenção na capital e no recôncavo. Essa tendência veio a ser questionada recentemente, a partir da criação e interiorização de cursos de graduação e pós-graduação em História, quando temáticas antes ignoradas passaram a ser pesquisadas<sup>30</sup>. Essa interiorização também chega a Teixeira de Freitas, quando em 2006 se instala o curso de Licenciatura Plena em História no Departamento de Educação, Campus X - DEDC X da UNEB. Assim como nas demais regiões interioranas do estado, muitas vezes com pouco destaque político no cenário estadual e nacional, Teixeira de Freitas e o Extremo Sul baiano

<sup>26</sup> BARROS, J. D. O lugar da história local na expansão dos campos históricos. In: OLIVEIRA, A. M. C. S.; REIS, I. C. F. História regional e local: discussões e práticas. Salvador: EDUNEB, 2010. p. 239.

<sup>27</sup> Ibid.

<sup>28</sup> NEVES, E. F. História e região: tópicos de história regional e local. Ponta de lança, São Cristóvão, v. 1, n. 2, p. 25-36, abr.-out. 2008.

<sup>29</sup> BARROS, J. D. op.cit.

<sup>30</sup> NEVES, E. F. op. cit.

passaram a ter seus aspectos de caráter local e regional investigados<sup>31</sup>. Esse fenômeno não é sem importância, já que dentre as referências usadas aqui, se encontram duas produções que são frutos dessa expansão, as monografias “A vida privada de negros pioneiros no povoamento de Teixeira de Freitas na década de 1960” de Suzana Teodoro Ferreira<sup>32</sup> e “O processo de emancipação política de Teixeira de Freitas (1972-1985)” de Jailson Carlos Pereira Guerra e Leonardo Santos Silva<sup>33</sup>, ambas apresentadas em 2010, na conclusão da primeira turma de História do referido departamento.

### III. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

No primeiro capítulo, intitulado “A construção da divisão territorial do trabalho no Brasil”, discutimos acerca do processo histórico de constituição das relações econômicas e territoriais no país, de onde buscamos compreender os papéis definidos aos centros urbanos e econômicos, desde a consolidação do Sudeste brasileiro, principalmente a cidade de São Paulo, enquanto liderança econômica e industrial, passando pela caracterização do interior baiano nesse aspecto, até o processo de integração do Extremo Sul baiano ao mercado nacional. O capítulo é construído basicamente com uso de fontes bibliográficas e dados estatísticos, de modo a identificar os aspectos econômicos gerais de cada região. Com isso, os papéis desempenhados por cada unidade territorial (seja ela um estado, cidade, região ou sub-região) se mostram mais evidentes.

Ao inserir a construção do povoado de Teixeira de Freitas em um contexto regional, onde pode-se verificar características econômicas mais bem definidas, as ações empreendidas pelas madeireiras que adentram o seu território tornam-se mais inteligíveis. Quando o contexto de reorganização geográfica do Extremo Sul é analisado e compreende-se a lógica produtiva que o norteia, fazendo com que o seu espaço natural passe a ser cada vez mais alterado pela técnica industrial das empresas, torna-se então possível analisar as

---

<sup>31</sup> GOMES, L. M. F. Teixeira de Freitas – ditos e não ditos: uma cidade em disputa de memórias. In: Simpósio Nacional de História, XXVIII, 2015, Florianópolis, Anais eletrônicos. 16 p. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acessado em 30 de julho de 2018.

<sup>32</sup> FERREIRA, S. T. A vida privada de negros pioneiros no povoamento de Teixeira de Freitas na década de 1960. 2010. 109 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Departamento de Educação Campus X, Universidade do Estado da Bahia, Teixeira de Freitas, 2010.

<sup>33</sup> GUERRA, J. C. P.; SILVA, L. S. O processo de emancipação política de Teixeira de Freitas (1972-1985). 2010. 102 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Departamento de Educação Campus X, Universidade do Estado da Bahia, Teixeira de Freitas, 2010.

transformações nas relações sociais e nas relações entre indivíduo e território.

O segundo capítulo, “Formação econômica e urbanização do Extremo Sul baiano” focaliza no processo de integração da região Extremo Sul da Bahia à política econômica do Estado brasileiro. Analisamos o interesse dos entes governamentais em incluir a região no cenário de exploração, por meio de uma política de exclusão e extermínio de demais formas sociais e de produção que não fossem correspondentes ao modelo econômico de mercado capitalista. A esse primitivo processo de expulsão de povos tradicionais e tomada de território, relaciona-se a expansão da indústria madeireira e sua sistemática derrubada da Mata Atlântica, viabilizando a entrada e ocupação de demais atividades econômicas, bem como de trabalhadores e trabalhadoras. Por meio da análise do documento “BR-101 Trecho Sul: justificativa econômica”, analisamos como as madeiras modificaram a estrutura econômica regional, bem como as relações sociais e de trabalho, além das transformações ambientais promovidas pela atividade extrativista. O capítulo também conta com uso de documentos do IBGE, como a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros de 1958 e os Anuários Estatísticos do Brasil referentes ao período trabalhado para fins de melhor compreender a região em termos populacionais e sua distribuição sobre o território. Essas informações quando cruzadas, possibilitaram maior compreensão acerca das relações existentes entre a violenta intervenção exploratória da madeira e a intensa urbanização verificada no período dentro do contexto local e regional escolhido.

No terceiro e último capítulo, “Memória e povoamento”, a memória coletiva local passa a assumir o posto de objeto de análise. Por meio dela, abordamos o relativo isolamento do interior do território do município de Alcobaça, do qual Teixeira de Freitas fazia parte, para com as outras regiões do estado e do país. Sabendo que a cidade é espaço de produção e reprodução econômica e, portanto, objeto das lutas sociais pelo poder e sobrevivência, entendemos ser a memória, entendida aqui como um fato social e coletivo<sup>34</sup>, parte dessa constante disputa. Analisamos a maneira com que a memória de certos grupos sociais passou a se consolidar enquanto hegemônica no que diz respeito às origens do povoado. Para isso, nos servimos de documentos memorialísticos, sendo eles, o livro “Os desbravadores do Extremo Sul da Bahia” de Frei Elias Hooij<sup>35</sup>, o “Documentário” do Banco do Nordeste sobre a história da cidade, e a edição comemorativa de aniversário de

---

<sup>34</sup> HALBWACHS, M. A memória coletiva. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

<sup>35</sup> HOOIJ, E. Os “desbravadores” do Extremo Sul da Bahia: história da presença franciscana nessa região – raízes e frutos. Belo Horizonte: Província Santa Cruz, 2011.

30 anos de Teixeira de Freitas do Jornal Alerta<sup>36</sup>.

Buscamos então perceber as maneiras com que as memórias sobre as origens de Teixeira de Freitas se encontram em constante disputa, além de podermos analisar também os encontros e desencontros, evidenciando os interesses de cada grupo. Além da análise da própria construção da memória local, nos atentamos à maneira como esta memória percebe as ações empreendidas e as transformações ocorridas a partir da entrada das empresas cortadoras de madeira, bem como seus significados e representações.

Portanto, compreender as inter-relações entre economia, política e sociedade na conformação do cenário urbano, levando-se em consideração que a localidade teve como vetor de desenvolvimento inicial a ação de empresas de extração de madeira em meio ao contexto mais amplo de crescimento econômico nacional, denominado período desenvolvimentista, é de grande importância, pois aponta mecanismos de exploração e opressão, indica espaços de resistência criados pelos moradores, bem como os limites e as possibilidades do processo de construção da localidade em termos urbanos.

---

<sup>36</sup> JORNAL ALERTA. Documentário dos 30 anos de Teixeira de Freitas - BA. Teixeira de Freitas: Ano XX, nº 1594 A. Maio de 2015.

## **CAPÍTULO I: A CONSTRUÇÃO DA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO NO BRASIL**

### **1.1 O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA BRASILEIRO E A CONSTITUIÇÃO DE SEU POLO ECONÔMICO**

Para o geógrafo Milton Santos<sup>37</sup> o Brasil foi, durante séculos, um país essencialmente agrário. Em “Formação do Brasil Contemporâneo”<sup>38</sup>, Caio Prado Junior afirma que seus núcleos urbanos se encontravam dispersos e pouco interligados até o final do século XIX, concentrando-se em sua maioria em regiões litorâneas, tendo ainda pouca penetração no interior do território. Tratavam-se de núcleos relativamente isolados e independentes, não possuindo uma dinâmica ou lógica produtiva que as integrassem.

Sobre a ideia de “relativo isolamento” e “desintegração territorial” pode-se discutir quanto ao caráter econômico adotado até então. Sob uma economia de ordem mercantil e colonial, predominante durante os três primeiros séculos de Brasil, a produção nacional limitava-se a gêneros de origem rural (criação de animais e agricultura) e, dada as limitações técnicas existentes, eram mais suscetíveis aos condicionantes naturais, concentrando-se em lugares mais favoráveis a determinadas culturas. Em termos urbanos, pode-se seguramente dizer que poucos centros existiam, já que a economia nacional não se assentava nestas bases. Os poucos núcleos existentes, por não serem o centro dessa ordem, se mantinham dispersos pelo território, possuindo modesta população e com precária rede de transporte e comunicação que as conectassem, permanecendo por muito tempo pouco articuladas entre si.

Em geral, as principais cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife, encontravam-se no litoral, cumprindo importante papel econômico para o país devido ao seu potencial portuário. Por muito tempo, a navegação fora o principal meio de contato entre os vários pontos territoriais do Brasil.

Esse fator é gradualmente alterado no século XIX. O fim do período colonial em

---

<sup>37</sup> SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

<sup>38</sup> PRADO JÚNIOR, C. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia; entrevista Fernando Novais; posfácio Bernardo Ricupero. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

1822 confere ao Brasil uma nova lógica produtiva. A região Sudeste toma a dianteira nesse processo, gozando do fortalecimento econômico e político conquistado ainda no período colonial, quando desponta o Nordeste brasileiro enquanto principal eixo dinâmico do país. Em 1763 a capital colonial transfere-se de Salvador para o Rio de Janeiro, elevado em 1808 a sede do Império Português e, com a Independência em 1822, a capital nacional<sup>39</sup>. A nova capital do Império assume maior importância devido ao declínio da produção do açúcar e do algodão, principais produtos de exportação até então e concentrados em grande parte no Nordeste. Em seu lugar, as grandes lavouras cafeeiras do Sudeste assumem a liderança exportadora, dotando os assim chamados “barões do café” de grande influência econômica e política no país, principalmente na defesa e manutenção da estrutura fundiária e escravocrata, sobre a qual sustentava sua produção<sup>40</sup>.

Tornado o principal produto na economia brasileira na segunda metade do século XIX, o café passou a demandar uma infraestrutura industrial que beneficiasse seu cultivo, de modo a possibilitar sua inclusão no mercado capitalista internacional. A atividade cafeeira foi incrementada com investimentos em maquinários agrícolas e em transportes e comunicação, introduzindo o sistema ferroviário e melhorando a estrutura dos portos. Em torno da cafeicultura, uma grande área, abrangendo parte da região Sul e Sudeste, passa a se integrar economicamente tendo o Estado de São Paulo enquanto centro<sup>41</sup>. No entanto, o incremento técnico passa a contrastar com as relações de trabalho existentes: o escravismo. A lógica do trabalho escravista correspondia ainda a uma acumulação primitiva<sup>42</sup> característica do modelo colonial e mercantil, incompatível, portanto, com a disciplina exigida pelo capitalismo, muito embora tenham propiciado a formação deste modo de produção na Europa<sup>43</sup>. A divisão social do trabalho capitalista se insere neste contexto,

---

<sup>39</sup> CARDOSO, C. F. S. O Trabalho na Colônia. In: LINHARES, M. Y. L. (org.). História geral do Brasil. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 1990. p. 106.

<sup>40</sup> MONTEIRO, H. M. Da Independência à vitória da ordem. In: LINHARES, M. Y. L. (org.). História geral do Brasil. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 1990.

<sup>41</sup> SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

<sup>42</sup> A “acumulação primitiva” é o processo precedente ao sistema capitalista de expropriação, que separa o trabalhador dos seus meios de produção propiciando a transformação de riqueza concentrada em capital. Embora seja anterior a existência capitalista, é necessária a sua existência, pois consiste nos meios necessários à acumulação fora do círculo vicioso entre capital e mais valia. Embora tenha tomado sua forma clássica na Europa no século XIV, conforme discorre Karl Marx em O Capital, apresenta-se de maneiras distintas em diferentes períodos e lugares. No continente americano, e também no Brasil, essa forma de acumulação assumiu também formas colonialista, consistindo basicamente na retirada violenta dos meios de produção das populações indígenas e na exploração do trabalho escravo. A riqueza advinda desse processo, por meio do regime colonial e a economia mercantil, foi transformada em capital pelas potências europeias, que assumem a vanguarda da industrialização mundial, transformando-se em grandes nações capitalistas (MARX, K. O Capital. crítica da economia política. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994).

<sup>43</sup> Ibid.

diferenciando essa região das demais, alterando as relações sociais e de trabalho e dando ao Sudeste uma posição de liderança no desenvolvimento industrial que se intensificava no país<sup>44</sup>.

Ao mesmo tempo, à medida que o Sudeste brasileiro passava a integrar uma economia industrial, o desenvolvimento econômico desta região passou a reunir uma série de serviços. Serviços estes que tem a cidade enquanto principal espaço de atuação, como bancos, centros de comunicação, companhias de energia, meios de transporte, hospitais, instituições de ensino, etc.<sup>45</sup>. Se a economia urbana já se caracteriza por concentrar diversas atividades técnicas especializadas, com a inserção no mundo capitalista industrializado essa característica se torna ainda mais intensa<sup>46</sup>.

Apesar de se verificar um pequeno crescimento na taxa de urbanização no final do século XIX, basicamente no Sudeste brasileiro, é somente no início do século XX que se tem uma intensificação desse processo, ao ponto de haver mudanças significativas no país, já que este passou a não mais se caracterizar enquanto rural, mas sim urbano. Essa mudança se deu em muito pela política de desenvolvimento econômico levada a cabo a partir da década de 1930, mais precisamente no primeiro governo Vargas (1930-1934). O governo, utilizando medidas de incentivo fiscal e fornecimento de créditos, promovia investimentos ao setor industrial no país. Por meio de uma política de intervenção na economia, utilizando o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) para tal, o Estado brasileiro conduziu, regulamentou e financiou diversos setores da indústria, além de estatizar alguns considerados estratégicos e voltados ao serviço público, como empresas fornecedoras de água, energia e de transportes, mais especificamente as ferrovias<sup>47</sup>.

O projeto de integração e industrialização seguia o propósito de dissociar a economia brasileira de seu modelo agrícola agroexportador, suscetível às intempéries naturais e sucessivas crises devido ao seu ainda baixo nível tecnológico. Almejava-se, portanto, uma modernização capitalista do país. Com isso, seu meio natural, onde a relação dos indivíduos com a natureza é imperiosa, foi cada vez mais cedendo espaço ao meio técnico-científico, ou seja, a um espaço cada vez mais reconfigurado a partir do desenvolvimento tecnológico das forças produtivas. Ao mesmo tempo, as antigas relações pautadas pelo valor de uso do território foram sendo substituídas pelo valor de troca, onde

---

<sup>44</sup> GRANDI, G. Transportes e desenvolvimento econômico no Brasil de 1945 a 1960. História econômica & história de empresas. Rio de Janeiro, vol. 19, nº 2, p. 377-401. jul./dez. 2016.

<sup>45</sup> SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

<sup>46</sup> SINGER, P. Economia política da urbanização. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

<sup>47</sup> GRANDI, G. op.cit.

as regras da economia capitalista operam<sup>48</sup>.

Tal política de desenvolvimento industrial, como é próprio de qualquer processo de industrialização, se mostrou para além do mero investimento em instalação de atividades industriais em determinados lugares, compreendendo o processo de industrialização em toda a sua complexidade. Tendo São Paulo e toda a região Sudeste como pontos articuladores dessa economia em desenvolvimento, a política de industrialização esteve a serviço da construção de uma integração econômica e territorial em todo o país, de maneira a se constituir uma divisão territorial do trabalho complexa em moldes capitalistas.

Para o governo, havia a necessidade de se superar os “arquipélagos econômicos” do Brasil<sup>49</sup>, uma referência à desintegração entre os territórios brasileiros que, para Vargas, era um conjunto de “ilhas” espalhadas pelo país sem quaisquer redes de contato e comunicação direta entre elas, salvo pelas rotas de navegação. Aquela integração territorial que já havia se iniciado no Sudeste, devido às exigências de mercado da produção do café, passou a ser expandida a todo o território nacional. As estradas de ferro são ampliadas e interligadas e estradas de rodagem começam a ser planejadas e abertas visando o acesso a regiões e territórios ainda isolados. Essa ligação por vias de transporte se dava de modo que o centro maior de produção nacional, São Paulo, tivesse acesso ao todo, de maneira a exercer seu papel de liderança industrial sobre as demais regiões.

Apesar de toda a intensificação da industrialização, tornando-a parte importante da renda interna brasileira, a proposta de interiorizar a produção integrando todo o território, dentro de uma divisão territorial do trabalho, voltava-se para o desenvolvimento agrícola. No entanto, nesse novo modelo econômico, a agricultura assumia o papel de fornecedora de matéria primas às indústrias e às demandas da crescente urbanização. Seguiu-se a política de fornecimento de crédito e isenção fiscal à iniciativa privada para tal objetivo, pois o projeto previa que a exploração do meio rural proporcionaria a criação de povoações, e, com isso, traria ao governo domínio e alcance de toda extensão territorial brasileira. Quando o desenvolvimento “autônomo” da economia não se mostrava capaz de promover o povoamento, o Estado entrava para desempenhar a tarefa<sup>50</sup>.

Verifica-se então um pequeno aumento na taxa de urbanização. Houve um crescimento nos núcleos urbanos existentes e o aparecimento de novas aglomerações. A

---

<sup>48</sup> SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

<sup>49</sup> COSTA, J. C. Z. Colonização privada e oficial no primeiro governo Vargas: integração do mercado e desenvolvimento econômico. História econômica & história de empresas. Rio de Janeiro, vol. 17, nº 1, p. 115-146. jan./jun. 2014. p. 116.

<sup>50</sup> Ibid.

concentração de serviços e a oferta de trabalho se mostraram elementos atrativos aos imigrantes, resultando em crescimento também na taxa de população urbana, conforme se verifica nos números apresentados por Milton Santos:

Se o índice de urbanização pouco se alterou entre o fim do período colonial até o final do século 19 e cresceu menos de quatro pontos nos trinta anos entre 1890 e 1920 (passando de 6,8% a 10,7%), foram necessários apenas vinte anos, entre 1920 e 1940, para que essa taxa triplicasse passando a 31,24%. A população concentrada em cidades passa de 4.552.000 pessoas em 1920 para 6.208.699 em 1940.<sup>51</sup>

Ao analisar o contexto de industrialização brasileira, verificada no início do século XX, e a gradual modificação no caráter econômico do país, percebe-se que as condições para que o Brasil se desenvolvesse a um estágio mais avançado do capitalismo se apresentavam distantes. Em termos básicos essas condições consistiam em: infraestrutura de transporte e comunicação que abrangesse a grandiosa dimensão territorial da nação; ocupação de áreas menos povoadas, mais especificamente em áreas pouco povoadas nos termos do projeto de nação do governo, do qual se excluía povos tradicionais; e disciplina do trabalho capitalistas, ou, em outras palavras, proletarização do trabalhador.

O plano de integração territorial e econômica, iniciado no começo do século XX e levado a cabo com maior força após o primeiro governo Vargas, por possuir caráter estrutural de ordem econômica e política no país, implicou também em mudanças no Extremo Sul baiano que, junto com as dinâmicas e processos internos, refletiu-se em suas transformações urbanas.

## 1.2 A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

A industrialização verificada após a Segunda Guerra Mundial, teve como consequência uma intensa urbanização. A racionalidade capitalista/industrial que se tornava necessária a esse novo contexto econômico encontrou no urbano seu principal espaço de exercício. É verdade que as cidades que tomam a frente nessa nova estrutura econômica são aquelas que já eram economicamente desenvolvidas ao ponto de gozarem de infraestrutura, como rede de transporte e energia, necessária à instalação de atividades industriais.

<sup>51</sup>

SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993. p. 22-3.

Verifica-se, então, uma tendência das empresas em se concentrarem em centros já urbanizados, já que estes oferecerem vantagens locais. Além das características urbanas favoráveis às empresas, tais cidades se lançam na dianteira do processo pela possibilidade que estas possuíam de se organizarem institucionalmente de modo a favorecer benefícios fiscais possibilitando uma maior acumulação de capital<sup>52</sup>.

No entanto, o efeito da industrialização sobre o urbano não se verifica somente em cidades cuja atividade industrial se dá com intensidade notável. Cidades e regiões com pouca ou nenhuma atividade industrial também são atingidas pelos efeitos dessa economia, já que a lógica de uma economia cada vez mais integrada passa a incluí-las. Esse caso se verifica também na América do Sul e na África:

Este é o caso geral das cidades da América do Sul e da África, cidades cercadas por uma vizinhança de favelas. Nessas regiões e países, as antigas estruturas agrárias se dissolvem; camponeses sem posses ou arruinados afluem para as cidades a fim de nelas encontrar trabalho e subsistência. Ora, esses camponeses vêm de explorações destinadas a desaparecer pelo jogo dos preços mundiais, o qual depende estreitamente dos países e dos “pólos de crescimento” industriais. Esses fenômenos dependem ainda da industrialização.<sup>53</sup>

Onde os efeitos da economia se instalam, em conformidade com os interesses de classe que as orientam, as relações de produção vigentes tendem a se dissipar, dando lugar a uma nova configuração social, que ultrapassa os limites do desenho urbano. Os interesses hegemônicos da burguesia, em que “o social urbano é negado pelo econômico industrial”<sup>54</sup>, contradiz-se diretamente às necessidades da população geral. Todo esse processo, porém, encontra resistência dos diversos sujeitos sociais, em especial os de classe baixa, fazendo com que esse modelo em maior ou menor grau se reconfigure. Entretanto, apesar de todos os enfrentamentos e resistências inerentes ao processo de consumação desses interesses, compreende-se que todas as problemáticas e contradições que venham a se dar no urbano dentro desse sistema econômico fazem parte de uma intencionalidade, orientada para atender primeiro aos interesses da atividade econômica que a forma e a conforma. Essa intencionalidade é racionalizada e faz parte de uma estratégia, nos permitindo dizer que até mesmo a desordem resultante deste contexto é ordenada segundo uma racionalidade<sup>55</sup>. Logo, tal “desordem urbana” não existe, pois compõe a lógica capitalista de organização do

<sup>52</sup> SINGER, P. Economia política da urbanização. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017

<sup>53</sup> LEFEBVRE, H. O direito à cidade. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008. p. 17-8.

<sup>54</sup> Ibid. p. 28.

<sup>55</sup> Ibid.

espaço e se dá mediante as leis de mercado, não se configurando, então, enquanto elemento não pertencente à ordem econômica. Seus efeitos excludentes fazem parte desta racionalidade que prioriza o lucro da classe dominante por meio da indústria.

A inclusão de demais territórios à economia nacional, contudo, estabelece relações diferenciadas dentro da divisão territorial do trabalho. Essa diferenciação se hierarquiza conforme o papel que cada espaço cumpre dentro dessa economia. Enquanto os grandes centros urbanos se especializam na produção industrial, outros ficam encarregados de produzir algumas matérias-primas, seja para exportação ou para consumo da atividade industrial dos grandes centros nacionais, ocupando uma posição subalterna. Assim, reproduz-se, no interior da divisão do trabalho dada em cada país, a dicotomia “desenvolvidos x subdesenvolvidos” que se verifica também na divisão internacional do trabalho<sup>56</sup>.

À medida que a industrialização se consolida enquanto traço fundamental da economia nacional e o país passa a assentar-se em bases urbanas, demonstrando sinais de um aprofundamento e amadurecimento capitalista, o meio técnico-científico passa a se expandir. As economias camponesas ou de subsistência existentes pelo interior do país vão cada vez mais sendo substituídas por uma economia industrial. O número de indivíduos envolvidos nesse intercâmbio aumenta cada vez mais, tanto no consumo quanto na produção. Apesar de se desenvolver geograficamente de maneira desigual, as novas relações econômicas vão se inserindo em outras áreas segundo as demandas do próprio mercado. Mesmo tendo São Paulo e o Sudeste enquanto polos industriais, ou seja, tendo esta região se “geografizado” - expressão de Milton Santos<sup>57</sup> - enquanto espaço racionalizado pela lógica produtiva, o restante do país também é impactado por este fenômeno. Há cada vez mais a alteração de seu estágio natural, onde o meio natural é mais imperativo sobre as relações, para um estágio técnico e científico, conforme as demandas de cada uma dentro de uma economia cada vez mais articulada. Observa-se então que as desigualdades regionais neste sentido também são orientadas por uma racionalização e intencionalidade.

Essa desigualdade regional é regida por uma necessidade de complementaridade, criando uma interdependência. A divisão territorial do trabalho que se faz valer direciona a cada lugar um papel, uma função, que se complementam entre si quando articuladas. Ou seja, a indústria distribui territorialmente diferentes tarefas segundo as virtudes e

---

<sup>56</sup> SINGER, P. Economia política da urbanização. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 36-7.

<sup>57</sup> SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

possibilidades de cada uma<sup>58</sup>. Por isso, torna necessária a circulação e acesso entre os diversos núcleos produtores. Essa necessidade vai se tornando cada vez maior à medida que o capitalismo avança, criando novas demandas de consumo e conseqüentemente diversificando a produção.

Para Milton Santos, o nível de inserção em que cada região ou lugar ocupa dentro de uma divisão do trabalho determina o nível de urbanização de cada uma. Logo, é possível compreender as diferenças regionais dentro no Brasil, no que diz respeito a urbanização, a partir do histórico de cada uma dentro de uma divisão territorial do trabalho.

O simples exame dos números da urbanização nas diversas regiões pode dar a impressão de uma evolução contraditória. Não se trata disso. A partir do momento em que o território brasileiro se torna efetivamente integrado e se constitui como mercado único o que à primeira vista aparece como evolução divergente é, na verdade, um movimento convergente. Há uma lógica comum aos diversos subespaços. Essa lógica é dada pela divisão territorial do trabalho em escala nacional, que privilegia diferentemente cada fração do território a um dado momento de sua evolução. É dessa maneira que, em cada período, se entendem as particularidades e o movimento próprio de cada subespaço e as formas de sua articulação no todo. Esse enfoque se impõe, pois a cada momento histórico as heranças dos períodos passados também têm papel ativo na divisão territorial do trabalho atual. O movimento, no território, do geral e do particular, tem de ser entendido não apenas hoje, como ontem. É assim que se podem explicar não apenas esse dado estatístico que são as diferenças regionais dos índices de urbanização, mas também dados estruturais, como as diferenças regionais de forma e de conteúdo da urbanização.<sup>59</sup>

Torna-se então possível compreender a região Sudeste enquanto a mais urbanizada do país, já que então ocupava a liderança no processo de industrialização, impondo às demais regiões funções que fossem subordinadas a ela. Do mesmo modo, no Nordeste brasileiro houve muito por tempo resistência às mudanças técnicas, de maneira a permanecer sob antigas estruturas fundiárias, remontadas ainda a uma economia colonial, o que retardou uma inserção maior dentro de uma integração capitalista, permanecendo por muitos anos uma região pouco urbanizada. A mudança nesse contexto só ocorreu a partir de uma política sistemática de industrialização e integração econômica.

58

---

SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

59

Ibid. p. 60-1.

### 1.3 A EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA BRASILEIRA E O REARRANJO GEOGRÁFICO

Nota-se então uma ampliação na urbanização brasileira juntamente com o aumento da importância dos centros urbanos. E, para além da relação direta entre urbanização e industrialização, o crescimento do tamanho e número de cidades se dá também pelo grande aumento populacional ocorrido no Brasil. Esse fenômeno está associado aos avanços no campo da medicina, da indústria farmacêutica, na infraestrutura sanitária e outros serviços que contribuíram para o crescimento na expectativa de vida e queda na mortalidade infantil<sup>60</sup>. Soma-se ainda a esses fatores o considerável contingente migratório recebido pelo Brasil em meio à aplicação das políticas de desenvolvimento industrial. Em um intervalo de 20 anos, entre as décadas de 1940 e 1960, o aumento demográfico brasileiro chegou a quase 30 milhões de habitantes, conforme se vê abaixo:

Tabela 1 - Anuário Estatístico do Brasil - População do Brasil na data dos recenseamentos gerais

Ano	1940	1950	1960
<b>População</b>	41.236.315	51.944.397	70.992.343

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.<sup>61</sup>

Esse crescimento demográfico, juntamente com o acelerado processo de industrialização - mormente nos grandes centros industriais no Sudeste e Sul do país - acabou por impelir à um certo rearranjo espacial, impulsionando o surgimento de novos povoamentos e cidades, além do crescimento dos centros urbanos já existentes. Este alentado crescimento urbano, segundo Milton Santos<sup>62</sup>, iniciou-se nas economias capitalistas ao norte do globo, Grã-Bretanha, França, Holanda, EUA, entre outras, após a Revolução Industrial no século XVIII. Tal fenômeno posteriormente se deu nos países em desenvolvimento no sistema capitalista (os chamados subdesenvolvidos<sup>63</sup>), no século XX,

<sup>60</sup> SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

<sup>61</sup> Os dados foram consultados via banco de tabelas e estatísticas do IBGE, o site Sidra. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1286>. Acessado em 15 de agosto de 2018.

<sup>62</sup> SANTOS, M. A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano nos países subdesenvolvidos. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2012.

<sup>63</sup> O termo “subdesenvolvido” é aqui usado estritamente para apontar o grau de inserção e a posição ocupada por esses países dentro do sistema capitalista. O subdesenvolvimento econômico dessas nações no interior da sociedade burguesa é, de modo geral, construído por um processo histórico de exploração por

embora adquirindo características próprias. No Brasil, ocorreu por volta da década de 1940-50, sob o período do capitalismo tardio<sup>64</sup>, na conjuntura das políticas nacionais desenvolvimentistas iniciadas no período pós-Segunda Guerra e levadas à adiante durante a ditadura civil-militar (1964-1985)<sup>65</sup>.

A grande explosão demográfica ocorrida no Brasil no século XX, portanto, se deu paralela a chamada “revolução urbana”. Esses fenômenos, industrialização e crescimento populacional, desencadearam um aumento do número de núcleos urbanos e da média populacional urbana. Entre 1940 e 1980 a população brasileira triplicou. Enquanto isso, no mesmo período, a população urbana multiplicou-se por sete vezes e meia<sup>66</sup>. As cidades passaram a ter um importante papel na economia nacional, pois quanto mais populosos se tornavam, maior era sua capacidade de abrigar variadas atividades econômicas<sup>67</sup>. Junto ao crescimento demográfico e econômico, tem-se no Brasil – e em todo o “Terceiro Mundo” – um aumento numérico do proletariado<sup>68</sup>, alterando também as relações de classe que operam em seu interior.

Suas taxas demográficas tendem a crescer ainda mais e, acompanhando o crescimento da produção, contribuem para uma complexização das relações internas e entre as cidades e demais centros. Cresce o número de núcleos com mais de 20.000 habitantes<sup>69</sup> e o tamanho populacional médio das cidades que era de 20.000 passa para 100.000 dentro do período de 30-40 anos<sup>70</sup>. As grandes cidades brasileiras nesse período, como São Paulo e Rio de Janeiro, veem sua população saltar, chegando até mesmo a superar a marca de

---

países europeus, que, concentrando a riqueza expropriada, constituíram o modo de produção capitalista. As nações assaltadas por esse processo, só posteriormente inseriram-se nas novas relações de produção, ocupando ainda o lugar hierarquicamente abaixo das potências já instituídas no sistema econômico (MARX, K. O Capital. crítica da economia política. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994).

<sup>64</sup> O conceito de “capitalismo tardio” é esclarecido pelo economista brasileiro Paul Singer na apresentação que faz da obra máxima de Ernest Mandel, O Capitalismo Tardio (1982). De acordo com Singer, Mandel atribui ao capitalismo contemporâneo a condição de “[...] subfase da época imperialista. A periodização adotada distingue uma fase do capitalismo concorrencial (dividida em duas subfases) e uma fase de capitalismo monopolista ou imperialismo, dividida na subfase ‘clássica’ e na subfase atual do ‘capitalismo tardio’” (p. X). A subfase do capitalismo tardio inicia-se a partir da Terceira Revolução Tecnológica entre 1940/45, nos EUA e nas potências capitalistas. Essa terceira fase da revolução industrial ou tecnológica é distinguida pela automação eletrônica, ou seja, a “regulagem de máquinas por aparelhos eletrônicos” (MANDEL, E. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Abril Cultural. 1982. p. X).

<sup>65</sup> SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

<sup>66</sup> Ibid. p. 29.

<sup>67</sup> Ibid.

<sup>68</sup> HOBBSAWM, E. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>69</sup> SANTOS, M. op.cit. p. 69.

<sup>70</sup> Ibid. p. 50-1.

1.000.000 de habitantes. Esse aumento demográfico contribui não apenas para o crescimento dos núcleos já existentes, mas dada a sua intensidade, impõe-se uma realocação territorial ocasionando o surgimento de novas aglomerações e o desenvolvimento de novos centros urbanos. Esses novos lugares tendem ainda a se estruturarem de maneira mais complexa em conformidade com a intensidade em que nele se dá a divisão social do trabalho.

Embora o geógrafo Milton Santos em seu trabalho “A urbanização brasileira”, de 1993, atribua essa explosão urbana ocorrida após a Segunda Guerra ao processo de desenvolvimento industrial implantado no país, essa não era uma reflexão presente em uma de suas obras anteriores. Em a “A urbanização desigual”<sup>71</sup>, publicado originalmente em 1980, o intenso crescimento populacional verificado no século XX no Brasil e no Terceiro Mundo é apontado pelo geógrafo como a causa fundamental da pulsante urbanização ocorrida nesses países, diferentemente do ocorrido nas potências capitalistas do globo, onde a indústria desempenhou com primazia seus efeitos sobre o crescimento urbano no período que se sucedeu a Revolução Industrial. Apesar de nos alinharmos à reflexão do autor presente em sua obra mais recente, entendemos ser importante a discussão acerca do papel desempenhado pelo aumento demográfico no processo de urbanização brasileiro.

É verdade que a experiência em países subdesenvolvidos se deu com diferenças fundamentais à experiência dos países industrializados. O desenvolvimento tecnológico e os progressos no campo da medicina se mostraram elementos fundamentais para a distinção dos dois contextos, já que se encontravam em estágios completamente distintos nesses quesitos. As cidades dos países subdesenvolvidos gozaram de relativo acesso a esses produtos e serviços, o que veio a refletir em seu alto crescimento demográfico, por meio da queda da mortalidade infantil e aumento da expectativa de vida. Ao mesmo tempo isso veio a refletir também nas diferenças do próprio espaço urbano nos dois casos comparados, considerando que as condições sanitárias experimentadas por estes no século XX supera as das cidades industriais europeias nos séculos anteriores<sup>72</sup>.

A ideia de uma superioridade sanitárias e urbana dos países em desenvolvimento, no contexto comparado, no entanto, deve ser relativizada. Trata-se de argumentação de ordem geral, ou seja, referente à média constatada acerca do tema. A média verificada, portanto, não se aplica necessariamente a realidade vivida e experimentada pela classe trabalhadora

---

<sup>71</sup> SANTOS, M. A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano nos países subdesenvolvidos. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2012.

<sup>72</sup> Ibid.

desses países, em que as condições de vida em geral tendem a ser inferiores às das demais classes e grupos sociais. Feitas essas ponderações, podemos então pontuar que houve um crescimento demográfico, uma queda na mortalidade infantil e um aumento na expectativa média de vida. Apesar das contradições sociais existentes com maior gravidade nos setores mais populares da sociedade, houve diferenças quanto a experiência de industrialização e urbanização nos dois contextos analisados.

Contudo, a ideia de que a indústria não é a principal responsável pela intensa urbanização dos países subdesenvolvidos, em detrimento do crescente aumento populacional é, de certo modo, problemática. A influência da industrialização tardia do Terceiro Mundo sobre a urbanização não pode ser medida somente pela capacidade que este setor possui de empregar sua população urbana ativa, como o faz o Milton Santos em “A urbanização desigual”.

Pode-se afirmar que nos países subdesenvolvidos a urbanização está necessariamente ligada à indústria? Atualmente, nesses países, a urbanização é muitas vezes um fenômeno independente da industrialização. Isso pode ser verificado pela pequena importância que representa o emprego industrial em relação à população total. Assim, a porcentagem das pessoas empregadas no setor secundário em relação à população total é de apenas 7% na Argentina, 2,5% no Brasil, 3,1% no Chile, 7,3% na Nova Zelândia e 6,2% na África do Sul.<sup>73</sup>

É certo que a indústria nacional de cada um desses países não desempenha ainda o mesmo papel que a mesma desempenhou na Europa e nos Estados Unidos no século XIX, não tendo, ao menos do ponto de vista da capacidade de empregabilidade, reflexo direto e fundamental sobre a urbanização. Por esta perspectiva, a elevação demográfica está mais intimamente ligada a esse processo. Todavia, assim como Milton Santos posteriormente, compreendemos ser a industrialização sintoma de um processo mais amplo de inserção no modo de produção capitalista onde as influências e características coloniais e mercantis ainda permaneciam, tendendo a demonstrar seus efeitos de maneira muito mais ampla que apenas o desenvolvimento das técnicas produtivas. Logo, toda a dinâmica social é afetada, tendo em vista que o crescimento da atividade industrial, ainda que localizado, repercute sobre um processo de urbanização à nível nacional, dada a relação geográfica que os diferentes espaços estabelecem entre si. Em “A urbanização brasileira” o autor pontua:

---

<sup>73</sup> SANTOS, M. A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano nos países subdesenvolvidos. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2012. p. 96-7.

A partir dos anos 1940-1950, é essa lógica da industrialização que prevalece: o termo *industrialização* não pode ser tomado, aqui, em seu sentido estrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se 'terciarização) e ativa o próprio processo de urbanização. Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do País; por isso a partir daí uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de estados.<sup>74</sup>

Obviamente, seria irresponsável reduzir o papel desempenhado pelo grande aumento populacional verificado referente ao fortalecimento e aumento da importância das cidades brasileiras. Afinal, este contingente humano concentrou-se em grande parte nos centros urbanizados, conforme se mostrou. O papel de lugar sede do desenvolvimento econômico/industrial desempenhado pelos centros urbanos se apresentou como atrativo suficiente para que grande parte dessa crescente população se concentrasse nas cidades e não no campo.

#### 1.4 A URBANIZAÇÃO DA BAHIA NO SÉCULO XX

Caio Prado Junior ao discutir sobre as condições de povoamento no território brasileiro no século XIX faz questão de pontuar que poucas alterações se verificavam no panorama urbano do país na década de 1940, quando publica “Formação do Brasil Contemporâneo”.

A sua distribuição pelo território da colônia é, como logo se vê, grandemente irregular. Núcleos apenas, alguns bastante densos, mas separados uns dos outros por largos vácuos de povoamento ralo, se não inexistentes. O seu aspecto geral, guardadas naturalmente as devidas proporções quantitativas, é mais ou menos o mesmo de hoje. Há uma flagrante semelhança entre a distribuição do povoamento naquele princípio do século XIX e a de nossos dias. Salvo o adensamento posterior, a estrutura geral do povoamento continua mais ou menos a mesma; excetua-se apenas a remodelação que sofreram o Sul e o Centro-Sul do país, bem como esta região dos altos afluentes do Amazonas, que

---

74

SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993. p. 27.

hoje forma o território do Acre, e que não fazia ainda parte do Brasil, nem se achava ocupada. Afora isso, pouca é a diferença.<sup>75</sup>

No entanto, o autor considerou algumas exceções, já que as regiões Sul, Centro-Sul (ou Sudeste) e Norte experimentaram mudanças no seu povoamento a nível de urbanização. Já no que diz respeito às regiões Centro-Oeste e Nordeste, o autor não observou mudanças significativas nesse quadro pelo menos até meados do século XX. A reflexão de Prado Junior indica que o projeto de povoação e integração não se deu uniformemente em todo território nacional. Embora houvesse uma política comum de desenvolvimento, sua execução encontrava maiores ou menores possibilidades conforme as dinâmicas sociais e econômicas de cada região.

Por se estruturar em uma base econômica de caráter rural com características fundiárias altamente concentradas, na Bahia, e em toda a região Nordeste, houve por muito tempo resistências a mudanças em sua base produtiva<sup>76</sup>. Sua classe dominante, formada em sua grande parte por coronéis detentores de terras e poder político, impediu que uma economia de mercado, de feições mais urbanas, se desenvolvesse, à revelia das proposições iniciais de Vargas e dos grupos que o levaram ao governo. As tensões em torno de uma política de reformas na estrutura fundiária no Nordeste brasileiro se estenderam postergando mudanças reais no panorama da propriedade rural, mantendo uma dinâmica produtiva semelhante à economia colonial<sup>77</sup>. Na Bahia, mesmo o governo de Juracy Magalhães, alinhado ao governo de Getúlio Vargas, recuou no projeto de integração nacional e centralização política frente a fortes resistências das classes dominantes regionais<sup>78</sup>. Assegurada a continuidade do monopólio da terra e, com isso, sua forte presença no quadro político nacional, os latifundiários permaneceram senhores enquanto uma grande parcela de trabalhadores rurais, distantes dos espaços de poder e do direito à terra, submetiam-se a condições de trabalho degradantes.

Dada à essas características, a região Nordeste obteve em 1940 uma das menores taxa de população urbana do país (23%), ficando à frente somente do Centro-Oeste (22%), enquanto a média nacional chegava a 31,2%. Vale salientar que todas as outras regiões

---

<sup>75</sup> PRADO JÚNIOR, C. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia; entrevista Fernando Novais; posfácio Bernardo Ricupero. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 34-5.

<sup>76</sup> SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

<sup>77</sup> CAMARGO, A. A. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Bóris (org.). História geral da civilização brasileira. V. 3. Rio de Janeiro: DIFEL, 1981.

<sup>78</sup> NEVES, M. C. M. Estado de Santa Cruz: O separatismo no mosaico baiano (1930-1980). 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

ficaram com o índice abaixo da média nacional, exceto o Sudeste brasileiro, marcando cerca de 39%. Esse panorama só passou a sofrer alguma alteração com a intensificação da industrialização brasileira na década seguinte. Acompanhando o crescimento urbano em todo o país, o Nordeste chegou a marca de 26% de população urbana nos anos 1950. Mesmo com o crescimento, a região permanece em sua colocação ocupando o penúltimo lugar entre as regiões brasileiras, enquanto o índice nacional chega a 36,2%<sup>79</sup>.

A realidade do Nordeste brasileiro, conforme observado, tem seu nível de urbanização orientado pelo papel desempenhado por suas classes sociais. As tensões e conflitos travados entre elas definem as relações de produção, bem como a divisão social e territorial do trabalho que se dá em seu processo produtivo. A Bahia, em meio ao contexto geral da região Nordeste não fugiu à regra. Apesar de apresentar uma pequena rede urbana, esta limitava-se ao Recôncavo, incluindo núcleos como Santo Amaro e Feira de Santana, tendo a capital, Salvador, enquanto polo de influência. O interior baiano permanecia relativamente isolado durante a primeira metade do século XX. Havia uma parca rede de transporte e comunicação que interligava seu território. As ferrovias existentes em todo o Estado<sup>80</sup> funcionavam enquanto complemento do transporte fluvial, viabilizando o carregamento de mercadoria entre centros produtores do interior e cidades portuárias. Posteriormente as linhas férreas da Bahia seriam desativadas e substituídas por um sistema rodoviário, implementado com maior amplitude por volta do final da década de 1940, com participação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia (DERBA)<sup>81</sup>.

---

79 SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993. p. 58.

80 As ferrovias da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, iniciavam-se em Salvador e partiam para os Estados de Sergipe, Pernambuco, Piauí e Minas por meios das Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco, Estrada de Ferro Central da Bahia, Estrada de Ferro de S. Amaro, Ramal Alagoinhas a Timbó e Estrada de Ferro de Sergipe. As Estradas de Ferro de Nazaré, Ilhéus e Bahia-Minas, ambas isoladas das demais, partiam dos portos de São Roque, Ilhéus e Ponta de Areia (Caravelas), respectivamente (IBGE. I Centenário das Ferrovias Brasileiras. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1954). Posteriormente foram incorporadas à Rede Ferroviária Nacional (Ver: ZORZO, F. A. Retornando à história da rede viária baiana: o estudo dos efeitos do desenvolvimento ferroviário na expansão da rede rodoviária da Bahia (1850-1950). *Sitentibus*, Feira de Santana, n.22, p.99-115, jan./jun. 2000).

81 *Ibid.*

## 1.5 A PRODUÇÃO CACAUEIRA E A CONSTITUIÇÃO URBANA DO SUL DA BAHIA

O Sul da Bahia, apesar de ser a primeira região ocupada pela empresa colonial portuguesa no século XVI, pouco foi urbanizada desde então. A partir do extrativismo, principalmente de pau-brasil, diversos pequenos núcleos de povoamento foram se constituindo pelo litoral à serviço da colonização. Em seguida, no decorrer dos séculos seguintes, várias culturas instalaram-se na região, sendo sucedidas, dentre outros produtos, por cana-de-açúcar, algodão e café, até chegar por volta do final do século XIX a se destacar pelo plantio do cacau. Começando o seu cultivo próximo ao litoral, em Canavieiras, conhecida pela cultura da cana-de-açúcar, a cultura cacaueira encontra em Ilhéus sua capital, o lugar central de onde se expandirá pelas terras férteis do interior<sup>82</sup>.

Apesar de se inserir no território Sul do estado em fins do século XIX, é somente no início do XX que o cacau assume importância econômica. Com a maior parte de sua produção concentrando-se nas cidades de Ilhéus e Itabuna, o cacau define economicamente toda o território de influência desses centros, passando a constituir uma sub-região dentro da grande região sul da Bahia<sup>83</sup>. O Sul da Bahia, por meio de sua região cacaueira, passa a ser parte integrante da economia baiana e do Brasil, chegando a ser responsável por 20% das rendas públicas do país com a produção do cacau<sup>84</sup>.

Com a decadência do cultivo da cana-de-açúcar, do algodão e da pecuária do Nordeste, a atividade cacaueira no Sul da Bahia se fortalece passando a representar alternativa econômica para o estado. Em decorrência de seu crescimento, uma classe dominante passa a constituir-se de maneira cada vez mais forte, sendo ela formada basicamente por grandes proprietários e comerciantes exportadores. Ao mesmo tempo, sob as campanhas de incentivo do governo, que prometia a posse de terras para o plantio, uma gama cada vez maior de imigrantes é atraída para a região, contribuindo para um crescimento demográfico que já se verificava no estado, da mesma forma como acontecia à nível nacional.

---

<sup>82</sup> ROCHA, L. B. A região cacaueira da Bahia - dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação. Ilhéus: Editus, 2008.

<sup>83</sup> NEVES, M. C. M. Estado de Santa Cruz: O separatismo no mosaico baiano (1930-1980). 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

<sup>84</sup> CERQUEIRA NETO, S. P. G. Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia. 2009. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009. p. 78.

Tabela 2 - Anuário Estatístico do Brasil - População da Bahia na data dos recenseamentos gerais

Ano	1940	1950	1960
<b>População</b>	3.918.112	4.834.575	5.990.605

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.<sup>85</sup>

Para além da promessa de terras, esse contingente migratório buscava na cultura cacaeira uma oportunidade de ascender socialmente se inserindo em uma economia altamente rentável e de alcance internacional. Na sociedade cacaeira, esses imigrantes, em grande maioria sergipanos, constituíram-se pequenos produtores, classe trabalhadora e, em momentos de crise, transformados novamente em mão de obra excedente<sup>86</sup>.

Na década de 1940, quando a região já se encontrava consolidada quanto a sua atividade econômica, suas características sociais já se encontravam bem definidas. Grande parte de sua riqueza se concentrava nas mãos de sua classe dominante, enquanto a classe trabalhadora rural se encontrava cada vez mais explorada.

A Região Cacaeira do Sul da Bahia é um dos espaços mais importantes da dinâmica capitalista, na qual se manifesta claramente a força do capital na construção de uma sociedade desigual, com acentuado desnível entre ricos e pobres, desmando do poder dos coronéis e agora, de forma mais contundente, do mercado. O cacau foi considerado um produto símbolo para se conseguir riqueza, poder, ascensão social, política e econômica. Tornou-se um signo importante, sendo muitas vezes endeusado, endemoninhado, culpado pelo bem e pelo mal. Uma entidade que passou a permear qualquer tipo de transação econômica, política, de poder.<sup>87</sup>

A cultura cacaeira no sul da Bahia durante a primeira metade do século XX se consolidou enquanto importante produto na economia nacional. Ao colocar o Brasil entre os maiores exportadores de cacau do mundo, contribuiu para o crescimento do poder econômico, e posteriormente político, dos grandes proprietários de terra. À medida que a cacauicultura foi se tornando uma atividade cada vez mais bem-sucedida e atrativa aos imigrantes e sua produção se tornou cada vez mais complexa do ponto de vista das relações de trabalho, houve um crescente processo de ocupação do território e de urbanização. O cacau foi responsável pela criação de diversos povoados, que experimentaram um rápido

<sup>85</sup> Os dados foram consultados via banco de tabelas e estatísticas do IBGE, o site Sidra. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1286>. Acessado em 15 de agosto de 2018.

<sup>86</sup> ROCHA, L. B. A região cacaeira da Bahia - dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação. Ilhéus: Editus, 2008.

<sup>87</sup> Ibid. p. 51.

crescimento devido ao grande número de imigrantes que a região recebia visando fazer parte da fausta produção. Povoados surgiram e se tornaram vilas. Vilas cresceram e se tornaram municípios. O sul da Bahia verifica um intenso processo de urbanização regionalizado, que encontrava no cacau sua razão de ser<sup>88</sup>.

## 1.6 CRISE DO CACAU, PLANEJAMENTO E CONFIGURAÇÃO ECONÔMICA DO EXTREMO SUL BAIANO

Esse desenvolvimento da lavoura se dá de maneira bem-sucedida até os anos 1930. A partir daí sucessivas crises se abateram sobre a monocultura. Doenças e pragas infestaram plantações e seu mercado consumidor é reduzido com a crise financeira de 1929, quadro que é agravado com a Segunda Grande Guerra. Com isso, verifica-se uma queda no preço do cacau, causando endividamento dos produtores, abandono de lavouras e esvaziamento de diversos núcleos urbanos. Essas crises afetaram a região com repetições cíclicas até meados dos anos 1950<sup>89</sup>.

Apesar de se configurar como importante produto no cenário nacional, o cacau recebeu pouca atenção dos entes governamentais no intuito de modernizar seu cultivo e comércio. Mesmo em seu auge produtivo, o cultivo se realizava com baixo nível técnico para os padrões mundiais e contava com uma deficiente rede de transporte e comunicação. Tratando-se de uma produção que atendia essencialmente o mercado externo, a região permanecia ainda pouco articulada internamente, tendo, dessa forma, uma pequena e precária rede ferroviária interligando os centros dentro da própria zona econômica que permitisse o transporte do cacau até seu ponto de embarque. Somado a isso, a qualidade dos portos se apresentava aquém ao que era necessário à economia cacauceira, acarretando mais custos aos grandes cacauicultores. As intervenções do governo até 1930, tanto a nível federal como estadual, foram mínimas, sem quaisquer iniciativas capazes de racionalizar a produção para melhor enfrentar a concorrência internacional<sup>90</sup>.

A inexistência de um projeto econômico articulado e integrado dentro do território

---

<sup>88</sup> NEVES, M. C. M. Estado de Santa Cruz: O separatismo no mosaico baiano (1930-1980). 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

<sup>89</sup> ROCHA, L. B. A região cacauceira da Bahia - dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação. Ilhéus: Editus, 2008.

<sup>90</sup> NEVES, M. C. M. op.cit.

baiano, que dispusesse de um modelo de industrialização, embora se apresentasse como limitador da expansão e modernização da produção agrária, ao menos a princípio, não se deu à revelia dos interesses das classes econômicas do Estado. Ao contrário, tal configuração econômica correspondia à estrutura de poder local vigente nas primeiras décadas da República, caracterizada por relações de mandonismo regional associada à concentração fundiária. A ascensão de Getúlio Vargas na década de 1930 e seu projeto de desenvolvimento econômico, implicava a quebra dessa estrutura e a implementação de uma política econômica nacional centralizada. Em suma, trata-se de romper com a chamada “República oligárquica”, característica da primeira fase da história republicana do Brasil<sup>91</sup>.

A escolha de Vargas por Juracy Magalhães como interventor no governo da Bahia em 1931 apontou para uma derrota dos poderes locais, pois tendiam a ter sua autonomia reduzida. A ideia de submeter à produção a um projeto de desenvolvimento amparado por uma política centralizadora e que colocava em cheque o latifúndio, conforme o governo propunha, confrontava a liderança dos coronéis. As tensões advindas desse contexto foram de tal modo que ecos separatistas de um novo estado envolvendo a região cacauera começaram a surgir.<sup>92</sup>

Contudo, os limites técnicos e científicos da produção agrícola tornava o cacau do Sul da Bahia sujeito às intempéries naturais, deixando o produto vulnerável frente à concorrência internacional. Se anteriormente a produção se desenvolveu bem se utilizando de técnicas ainda rudimentares, pouco mecanizada e longe das possibilidades da ciência industrial, com a eclosão da crise e seus constantes retornos isso não foi mais possível. Os coronéis do cacau então, em grande parte endividados, passaram a cobrar do governo maior atenção e medidas de recuperação da lavoura e de manutenção de seu poder de classe.

Devido a importância econômica do produto e a gravidade da crise, algumas iniciativas governamentais foram implementadas pelo interventor Juracy Magalhães, o que lhe permitia aliciar a elite cacauera e apaziguar as relações<sup>93</sup>. Em 1931 houve a criação do Instituto de Cacau da Bahia (ICB) pelo Governo do Estado e em 1957 da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) pelo Governo Federal, tendo o principal papel de sanar as dívidas contraídas durante a crise e implementar medidas em

---

<sup>91</sup> FALCÓN, G. A. O. Os coronéis do cacau: raízes do mandonismo político em Ilhéus 1890 -1930. 1983. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1983..

<sup>92</sup> NEVES, M. C. M. Estado de Santa Cruz: O separatismo no mosaico baiano (1930-1980). 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

<sup>93</sup> FALCÓN, G. A. op. cit.

benefício da produtividade do cacau, como melhoramentos técnicos e científicos<sup>94</sup>.

Além de atender os interesses dos cacauicultores, o Estado, por meio do ICB também buscava assegurar uma de suas principais fontes de arrecadação, já que o cacau no período de criação do Instituto representava 60% das rendas de exportação baiana e 30% de arrecadação pública<sup>95</sup>. A criação do ICB é bem-sucedida quanto à resolução dos problemas relacionados ao transporte e comercialização do cacau. O escoamento do produto, um dos principais problemas apontado pelos cacauicultores, foi beneficiado com a construção de uma rede rodoviária com 531 km, incluindo a recuperação de trechos antigos<sup>96</sup>. Salvo esses investimentos, o ICB não conseguiu atender aos demais anseios dos grandes proprietários, ficando a região afetada pela crise até a década de 1950, quando há a criação da CEPLAC.

Com a crise, o cultivo de cacau ficou concentrado em seu principal centro de produção, o eixo Ilhéus-Itabuna. O enfraquecimento na produção fez com que outras atividades disputassem os demais territórios, de maneira a gerar uma descontinuidade na lavoura cacauífera, impedindo sua predominância. Abre-se espaço para a pecuária e o extrativismo madeireiro, gerando diferenciações produtivas dentro da grande região Sul<sup>97</sup>.

Considerando que o cultivo do cacau não se daria de maneira intensiva no Extremo Sul da Bahia, embora fosse presente em cidades como Alcobaça e Porto Seguro<sup>98</sup>, esta região passa a se distanciar cada vez mais do planejamento econômico dos órgãos governamentais criados para recuperação econômica da cacauicultura. A pequena participação dessa região na economia exportadora do cacau não foi suficiente para uma especialização produtiva ou formação de uma burguesia ou “coronéis” do cacau, tal qual ocorreu no eixo Ilhéus-Itabuna. Com o governo do Estado se mostrando mais ausente, abriu-se espaço para que os Estados vizinhos, Espírito Santo e Minas Gerais, se aproximassem a partir da entrada de empresas, integrando o Extremo Sul baiano em sua rede de influência econômica<sup>99</sup>.

Mesmo com a crise na lavoura cacauífera, essa permaneceu enquanto produto de

---

<sup>94</sup> ROCHA, L. B. A região cacauífera da Bahia - dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação. Ilhéus: Editus, 2008.

<sup>95</sup> PONTES, K. V. O binômio porto-ferrovia: o escoamento da produção cacauífera no Sul da Bahia (1920-1947). 2018. 356 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018. p. 312.

<sup>96</sup> ROCHA, L. B. op. cit.

<sup>97</sup> CERQUEIRA NETO, S. P. G. Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia. 2009. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

<sup>98</sup> PONTES, K. V. op. cit.

<sup>99</sup> CERQUEIRA NETO, S. P. G. op.cit.

grande importância para a economia baiana, como mostram as políticas de incentivo visando a recuperação dos produtores. Tais políticas se limitaram aos principais polos de plantio, dentro da zona de influência Ilhéus-Itabuna, deixando o restante da macrorregião Sul fora de tal planejamento, conforme argumenta o geógrafo Sebastião Cerqueira Neto:

A opção do governo em favorecer o polo Ilhéus-Itabuna pode ser refletida através da seguinte forma: uma estratégia do Estado em realizar o desenvolvimento de uma região que era de extrema importância para a sua economia e que tinha uma definição econômica e política, ao contrário do Extremo Sul que era amorfa neste sentido. Entretanto, não deixa de ser um indicativo que revela a falta de uma política de integração regional dentro da grande Região Sul do estado. A política de privilegiar determinada região em detrimento de outras mostra que os governos estão distantes de atingir um modelo de desenvolvimento regional que contemple todos os municípios de maneira igualitária.<sup>100</sup>

Com a especialização econômica ocorrida no território de influência do eixo Ilhéus-Itabuna, definindo características produtivas próprias, houve sua caracterização enquanto sub região dentro da grande região, ou mesorregião, Sul. O Sul da Bahia então passa a constituir-se em três sub-regiões, posteriormente chamadas pelo IBGE de microrregiões, sendo estas a região Sul, ou região cacaueteira, o Baixo-Sul, região mais ao norte, sob influência do município de Valença, e o Extremo Sul, território abaixo da zona de produção cacaueteira, tendo inicialmente Porto Seguro enquanto centro dinâmico (ver Imagem 2).

É certo verificar que é a atividade cacaueteira a responsável por tais divisões, visto que sua importância econômica lhe concede o posto central dentro da região Sul, sendo parte integrante do planejamento econômico do Estado, deixando às demais áreas o papel de zona periférica e marginal da atividade cacaueteira.

O Extremo Sul da Bahia, portanto, se origina de uma diferenciação econômica, mais precisamente se configurando enquanto uma região periférica da zona cacaueteira, tendo, dessa forma, pouca relevância produtiva para o estado da Bahia. Com o plantio do cacau restrito a poucas áreas outras atividades passaram a ocupar o território do Extremo Sul baiano. Tais atividades, como a pecuária e a extração madeireira, eram, em grande parte, de responsabilidade de empresários do Sudeste brasileiro<sup>101</sup>.

---

<sup>100</sup> CERQUEIRA NETO, S. P. G. Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia. 2009. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009. p. 85.

<sup>101</sup> Ibid.

Imagem 2 - Mesorregião Sul da Bahia e suas Microrregiões



Elaboração: Edie Carvalho Ribeiro Ferraz, 2018.

É neste contexto que o Extremo Sul da Bahia passa a cumprir com uma determinada atividade econômica deixando de ser um território de predominância de mata nativa, a Mata Atlântica, para ser geografizado segundo as exigências e interesses do mercado. Verificamos então um meio natural progressivamente constituindo-se enquanto meio técnico. No entanto, essa transformação geográfica se dá fora da zona de influência do governo da Bahia, que se refletirá em um maior distanciamento econômico e cultural para com o restante do Estado.

### 1.7 DO MEIO NATURAL AO TÉCNICO: A DERRUBADA DA MATA ATLÂNTICA E O POVOAMENTO DO EXTREMO SUL DA BAHIA

O Extremo Sul baiano, enquanto a região cacauceira era alvo de atenção dos entes

governamentais para crescimento econômico, se encontrava relativamente isolado, sem qualquer relevância econômica ao ponto de se notar alguma presença efetiva do Estado. Em seu território, pouco modificado desde a colonização, predominava a Mata Atlântica, reservando poucos espaços em sua faixa litorânea para seus pequenos núcleos urbanos.

De acordo com Maria Hilda Baqueiro Paraiso<sup>102</sup> um fator que contribuiu para a considerável preservação do meio natural do Extremo Sul da Bahia fora a estratégia governamental em se manter a vegetação nativa das antigas capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, como uma espécie de “zona tampão”, dificultando o acesso ao ouro explorado nas Minas Gerais durante o século XVIII. Recebendo poucos investimentos para exploração, esse território se mostrou favorável a povos indígenas, que puderam ali refugiar-se, mantendo seus territórios e modos de vida no interior da Mata Atlântica, longe da ameaçadora presença de não-índios e áreas de exploração colonial.

Essa realidade pode ser verificada em todo o Extremo Sul até a primeira metade do século XX, no entanto, um isolamento ainda mais grave se notava na parte mais extrema dessa região. Se o território mais ao Norte, próximo a Porto Seguro, ainda mantinha alguma relação com a zona do cacau, com quem fazia fronteira, a parte Sul se mostrava distante quanto aos demais centros urbanos e econômicos da Bahia. Suas principais cidades, Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri, todas estas litorâneas e fundadas durante a colonização, só conheciam contato com a capital mediante navegação. As poucas estradas limitavam-se ao acesso entre elas.

Minas Gerais encontra nessa região o acesso mais viável para o mar, de onde poderiam embarcar seus produtos. Já em 1881, houve a construção da Estrada de Ferro Bahia-Minas (EFBM), se estendendo originalmente da cidade mineira de Teófilo Otoni à Ponta de Areia, na cidade de Caravelas. A EFBM, estendida em 1942 até Araçuaí (ver Imagem 3), foi por muito tempo uma importante rota de transporte, sendo símbolo do projeto de união desta região da Bahia à economia do nordeste de Minas Gerais. Ao longo de seu percurso na Bahia, mais precisamente próximo as estações da ferrovia, diversos núcleos urbanos se formaram<sup>103</sup>.

Importante considerar que durante a década de 1930, enquanto a região cacaeira se encontrava em crise, necessitando de políticas de recuperação da produção, o nordeste

---

<sup>102</sup> PARAÍSO, M. H. B. Repensando a política indigenista para os Botocudos. *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 35, p. 75-90. 1992.

<sup>103</sup> CERQUEIRA NETO, S. P. G. Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia. 2009. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

mineiro, ao contrário, se encontrava com uma produtividade agrícola crescente beneficiada pela promessa de prosperidade e viabilidade comercial proporcionada pela EFBM. As características distintas entre essas regiões têm implicações diretas sobre o Extremo Sul, pois ao mesmo tempo em que se configura enquanto região marginal à produção cacaueteira, se apresenta enquanto espaço de influência econômica direta de Minas Gerais por meio da ferrovia.

Necessário pontuar que a comunicação entre o Extremo Sul da Bahia e o Nordeste mineiro não consistia em uma integração econômica com a região Sudeste. O Norte e Nordeste de Minas Gerais se encontravam à margem do centro da economia nacional, mais próxima a São Paulo e Rio de Janeiro. A EFBM, para além de buscar uma rota de transporte mais curta e barata até o mar, também se justificava com o objetivo de promover a colonização dos sertões mineiros, capixabas e baianos, dominados até então pela forte presença e resistência indígena<sup>104</sup>.

Imagem 3 - Extensão da Estrada de Ferro Bahia-Minas



Fonte: IBGE.<sup>105</sup>

<sup>104</sup> GIFFONI, J. M. S. Trilhos arrancados: história da Estrada de Ferro Bahia e Minas (1978 - 1966). 2006. 307 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

<sup>105</sup> IBGE. I Centenário das Ferrovias Brasileiras. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1954. p. 25.

A construção da EFBM foi uma tentativa de promover benefícios à produção agrícola e industrial do norte e nordeste mineiro. A proposta de ser um meio de transporte de carga e pessoal mais rentável e barato aos produtores - já que ligava a região ao porto de Ponta de Areia, em Caravelas, muito mais próximo que o porto do Rio de Janeiro - trouxe inicialmente, sob os discursos de progresso econômico, um estímulo à produção. No entanto, a ferrovia não foi capaz de atender às expectativas, pois apresentava uma série de fragilidades técnicas que causavam por vezes prejuízos no transporte devido ao atraso e perda de carga. Apesar dos problemas, a perspectiva de prosperidade e progresso associado ao empreendimento ferroviário foi suficiente para que diversas aglomerações e povoados fossem erguidos nas proximidades das estações da EFBM. Nesse sentido, apesar de ter sido fracassada no projeto de estimular uma economia de mercado nacional e exportadora, foi de grande importância para dinamizar a economia regional, promovendo contato entre os lugares alcançados por ela<sup>106</sup>.

Empresários capixabas percebem no isolamento territorial da parte mais ao Sul da Bahia uma oportunidade para estender suas atividades. A indústria madeireira que já atuava no Espírito Santo vai aos poucos entrando no território baiano, e também pelo leste no estado de Minas Gerais, intensificando o processo de derrubada da Mata Atlântica. A extração madeireira por capixabas já acontecia no início do século, à exemplo de João Américo Machado, proveniente do município de São Mateus, e proprietário de terras próximas à fronteira entre Minas Gerais e Bahia onde inaugurou a Serraria Industrial do Mucuri em 1912<sup>107</sup>. Não é dito sobre qual a extensão desta atividade ou seu nível de intensidade e efeito sobre o território baiano, mas dado às possibilidades técnicas existentes no processo de derrubada das grandes árvores que preenchiam a mata é possível estimar que ela tenha se dado de forma lenta, diferente do processo que iria se desenrolar em meado da década de 1950.

Na metade do século XX, devido ao processo de industrialização que passa o país, e sua inserção cada vez maior em uma economia de mercado, junto com o crescimento populacional e a consequente necessidade maior por consumo, as atividades econômicas tendem a ganhar um novo impulso produtivo. A indústria madeireira não foge à regra. Para atender a demanda, a produção assume um caráter mais intensivo, se distinguindo da dinâmica extrativista verificada anteriormente. Essa alteração desse cenário é comentada

---

<sup>106</sup> GIFFONI, J. M. S. Trilhos arrancados: história da Estrada de Ferro Bahia e Minas (1978 - 1966). 2006. 307 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

<sup>107</sup> Ibid. p. 101.

por Cerqueira Neto:

Em todas as atividades que o homem exerce há um período de transição onde há a passagem de meios de produção mais rústicos para um nível mais desenvolvido tecnologicamente. No processo de exploração de madeiras nativas também ocorreu esta transição com a substituição do machado para cortar as árvores, as picadas por onde as toras eram arrastadas por animais e homens para uma fase de exploração mecanizada que acelerou o processo de desmatamento em grandes áreas do Extremo Sul da Bahia. Faz-se necessário também identificar a passagem de uma transformação de um ambiente natural com fins de construção de lugares e aquela exploração eminentemente predatória<sup>108</sup>.

Conforme avança a tendência da produção em termos capitalistas, a mudança na dinâmica produtiva obedece também a mudanças nas técnicas de produção, propiciando uma intensificação cada vez maior, de maneira a aumentar cada vez mais o lucro. Da mesma maneira, tais mudanças acarretaram transformações nas relações de trabalho que se refletiram no espaço geográfico em que a atividade econômica se deu. À medida em que a atividade madeireira se conformava às exigências capitalistas, o Extremo Sul baiano se modificava, dando início a um processo de ocupação potencialmente urbano do território, originando o povoamento de diversos lugares.

Duas grandes empresas madeireiras são apontadas por Cerqueira Neto<sup>109</sup> enquanto mais destacadas neste novo contexto econômico: a Brasil Holanda S.A. (BRALANDA), formada por capital brasileiro e holandês, e a Cia. Itamarajú Agro-Industrial. Para o geógrafo, essas empresas atuaram de modo a destruir e construir ao mesmo tempo, uma vez que o impacto destrutivo empreendido por elas no interior do Extremo Sul se deu ao lado do processo de ocupação e criação de diversos povoamentos e núcleos urbanos.

A exploração da Mata Atlântica no período abordado não enfrentou resistências significativas de modo a impedi-la ou mesmo limitá-la, embora já houvessem restrições legais colocadas pelo Código Florestal de 1934. Ao contrário, era incentivada por diversos benefícios fiscais, pois era entendida enquanto atividade importante para o projeto de colonização do território. Portanto, a lógica de exploração seguia sem maiores dificuldades conforme as exigências do mercado capitalista e interesse governamental.

Com a inserção do extrativismo nessa região baiana, esta passa por se configurar a partir das necessidades e interesses desta atividade econômica. A indústria madeireira passa

<sup>108</sup> CERQUEIRA NETO, S. P. G. Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia. 2009. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009. p. 87.

<sup>109</sup> Ibid.

então a incluir o Extremo Sul da Bahia no mercado mundial. Isso pode ser verificado a partir do exemplo da BRALANDA, empresa de maior destaque no período. Com sua sede instalada no Rio de Janeiro, a madeireira possuía uma estrutura de produção, destacando-se como a maior fábrica de compensado da América Latina, tendo a Europa enquanto principal mercado. Nesse sentido, Cerqueira Neto afirma que “No período dessas grandes madeireiras pode-se dizer que o Extremo Sul já estava inserido na economia mundial como fornecedor de matéria-prima”<sup>110</sup>.

Mesmo com a região Extremo Sul ocupando um lugar dentro de uma integração econômica nacional com o extrativismo madeireiro, assumindo assim um papel dentro desta divisão territorial do trabalho, este passa a compor uma zona de influência que encontrará nos Estados do Sudeste seu centro dinâmico. Minas Gerais ocupará um papel ainda mais importante para as povoações do Extremo Sul, visto que a ferrovia Bahia-Minas fazia de suas cidades mais próximas núcleos de prestação de serviço e consumo. Embora seja o distanciamento da produção cacaueteira responsável pela diferenciação regional e criação do Extremo Sul baiano, é a introdução da indústria madeireira que irá transformar sua configuração econômica e geográfica a partir da década de 1950.

---

<sup>110</sup> CERQUEIRA NETO, S. P. G. Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia. 2009. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009. p. 88.

## **CAPÍTULO II: FORMAÇÃO ECONÔMICA E URBANIZAÇÃO DO EXTREMO SUL BAIANO**

### 2.1. O EXTREMO SUL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Em meados do século XX, o Extremo Sul da Bahia como um todo – ou a parte mais ao sul do Sul da Bahia, como era denominada a região à época – se encontrava à margem das principais atividades econômicas e do planejamento político estadual e nacional. Sua estrutura era predominantemente rural, característica herdada ainda do período da colonização portuguesa. A região dividia-se em 6 municípios de grande extensão territorial, estendendo-se do litoral até o limite com Minas Gerais. Devido a sua precária rede de transporte e comunicação, mantinha-se reduzido contato com outras regiões do país e do próprio Estado. Estes poucos contatos, juntamente com as trocas comerciais, basicamente limitavam-se a via marítima possibilitada por seus portos, ou pela EFBM, que interligava o município de Caravelas, mais precisamente seu distrito de Ponta de Areia, à Araçuaí, no nordeste de Minas Gerais.

O interior da região se encontrava preenchido por uma densa mata nativa, possuindo povoamento disperso, conforme mostra a Imagem 4. O mapa em questão retrata a área ocupada pela Mata Atlântica no Extremo Sul da Bahia no ano de 1945, quando não se verificava ainda atuação da indústria madeireira nesta região. Percebe-se que exceto a área branca próxima ao litoral, caracterizada pela zona urbana ou densamente povoada, tem-se uma considerável preservação da vegetação nativa.

Ao reduzirmos nossa observação para o território onde passa a se desenvolver o povoado de Teixeira de Freitas – que até então se configurava como zona rural do município de Alcobaça, nas proximidades do rio Itanhém – notamos que a cor verde é predominante, ou seja, permanecia totalmente coberta pela mata densa. Este fato nos leva a pensar que até mesmo a grande maioria das fazendas existentes nesse interior não possuíam cultura ou cultivo extensivo, em escala suficiente para a alterar drasticamente a paisagem local. À esse aspecto, porém, uma importante exceção no “Baixo Extremo Sul”<sup>111</sup> merece

---

<sup>111</sup> O termo aqui usado não se trata de uma definição ou recorte geográfico definido pelo estado. Por tratarmos aqui da parte mais ao sul do chamado Extremo Sul da Bahia, achamos conveniente chamarmos de

atenção: a Colônia Leopoldina, localizada na notável área branca no litoral entre Caravelas e Nova Viçosa indicada no mapa.

Imagem 4 - Mapa da Cobertura da Mata Atlântica no Extremo Sul da Bahia em 1945



Fonte: AMORIM, OLIVEIRA, 2007.<sup>112</sup>

## 2.2. EXPROPRIAÇÃO, VIOLÊNCIA E COLONIZAÇÃO DOS “BRAVOS SERTÕES” DO EXTREMO SUL

Apesar de se verificar na história brasileira um processo de interiorização e povoamento muito mais intenso após a década de 1930 com as políticas industrializantes,

---

“baixo Extremo Sul” o território localizado no território abaixo do Rio Jucuruçu, compreendendo os atuais municípios de Prado, Itamaraju, Jucuruçu, Alcobaça, Teixeira de Freitas, Vereda, Itanhém, Medeiros Neto, Caravelas, Lajedão, Nova Viçosa, Ibirapoã e Mucuri. Em 1950 esses municípios resumiam-se em Prado, Alcobaça, Caravelas e Mucuri.

<sup>112</sup> AMORIM, R. R.; OLIVEIRA, R. C. Degradação ambiental e novas territorialidades no extremo sul da Bahia. *Caminhos de Geografia, Uberlândia*, v. 8, n. 22, p. 18-37, set., 2007. p. 28.

seria incorreto negar que houve anteriormente tentativas de se empreender uma “colonização” do território brasileiro como forma de fortalecer o poder político central e a economia nacional. Durante todo o século XIX o governo imperial (de Portugal e do Brasil após a Independência) buscou atrair imigrantes europeus, seguindo a estratégia de povoar territórios considerados estratégicos, como áreas fronteiriças e litorâneas, e de estimular a produção de gêneros alimentícios. A esses interesses soma-se ainda a intenção racista de branquear a população brasileira com a ideia de que isso possibilitaria o alcance de um nível superior de desenvolvimento, à semelhança das potências econômicas da Europa. O governo então concedia terras e diversos subsídios para que uma ocupação agrária fosse viabilizada. Essas políticas, contraditoriamente, contrastavam com as relações de trabalho existentes no Brasil até então, pois se exigia dos colonos o uso de mão de obra livre e a produção de gêneros alimentícios voltados ao consumo e mercado interno em uma economia de exportação sustentada pelo trabalho escravo<sup>113</sup>.

Tais empreendimentos governamentais no século XIX não obtiveram o tamanho e expressão similar ao ocorrido no século seguinte, porém seria negligente ignorá-los, pois resultaram em importantes experiências na região Sul e Extremo Sul da Bahia.

Já em 1818, no município de Vila Viçosa, hoje Nova Viçosa<sup>114</sup>, é fundada a Colônia Leopoldina, a partir da doação de cinco sesmarias adquiridas em sua maioria por alemães, suíços e franceses. A Colônia, como era próprio da estratégia, ocupava parte do território desta área fronteiriça do Sul da Bahia que encontrava-se coberta pela mata virgem e sob domínio de povos indígenas. Por trás do discurso justificador da expansão de uma nação desenvolvida estava o interesse no domínio do território pertencente a esses povos. Aos colonos, apesar de lhes ser proibida a posse de cativos, cabia o papel de dominar os povos indígenas ali presentes, considerados empecilhos ao desenvolvimento nacional, e integrá-los à força à sociedade colonial, podendo, contraditoriamente, escravizar aqueles resistentes ao violento processo de tomada de seus territórios<sup>115</sup>.

---

<sup>113</sup> Importante salientar que essa política se difere da experiência das lavouras cafeeiras a partir da década de 1840, em que a imigração europeia era estimulada de modo a substituir a mão-de-obra escrava, já em descenso. Não havia nesse processo o objetivo em fazer desses imigrantes colonos, já que não lhes era oferecido o acesso terra. Porém, em ambos os casos, o ideal racista de branqueamento como sinônimo de desenvolvimento era adotado. Ver CARMO, A. F. Colonização e escravidão na Bahia: a Colônia Leopoldina, 1850-1888. 2010. 139 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

<sup>114</sup> Em face do Decreto estadual nº 7.191, de 13 de janeiro de 1931, o município de Vila Viçosa anexado ao território de Mucuri passando a constituir distrito deste. Após ter o nome mudado para Marobá, o distrito passa a se chamar Nova Viçosa em 1953, mantendo-o com a emancipação política em 1962. Ver: IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: XXI volume. IBGE: Rio de Janeiro, 1958. p. 56.

<sup>115</sup> PARAÍSO, M. H. B. Repensando a política indigenista para os Botocudos. Revista de Antropologia.

Os projetos governamentais de expansão do domínio territorial no interior brasileiro fora alvo de intensa resistência dos povos indígenas. No Extremo Sul da Bahia não foi diferente. Os enfrentamentos entre os interesses do Estado e dos povos nativos presentes nessa região ocasionou uma violenta repressão por parte do governo, exterminando grande parte da população indígena<sup>116</sup>, submetendo os sobreviventes a aldeamentos no litoral ou, de maneira ainda mais violenta, sujeitando-os aos domínios dos proprietários de terra, que lhes impunham normas sociais estranhas às suas sob o pretexto de civilizar os assim chamados “povos gentios”<sup>117</sup>.

Embora sendo a primeira colônia agrícola da Bahia, por volta de 1850 assume outras feições que não as estabelecidas pelas normas do Império. Com o objetivo de entrar no mercado de exportação brasileiro, os colonos adquirem cativos negros passando assim a utilizar mão de obra escrava não-índia e substituem a produção de gêneros alimentícios pelo principal produto na economia nacional: o café<sup>118</sup>. Apesar de se descaracterizar enquanto colônia, manteve-se a nomenclatura para designar o conjunto de fazendas particulares ao qual tinha se transformado.

Mesmo adotando o cultivo do produto de maior relevância para o mercado de exportação nacional, a Bahia como um todo não ocupava posição de destaque no cenário cafeeiro do país, apresentando números modestos se comparado a São Paulo e até mesmo ao Rio de Janeiro. Os poucos centros de plantio de café no Estado, do qual incluía-se o Extremo Sul e a Colônia Leopoldina, somavam, no auge de sua produção em 1850, apenas 2% do total da exportação brasileira<sup>119</sup>.

O fim da escravidão no final do século XIX impeliu o governo brasileiro a adoção de uma série de medidas que dessem sustentação a lavoura cafeeira, realizada até então com mão de obra cativa. Os planos de investimento e modernização da cafeicultura se

São Paulo, v. 35, p. 75-90. 1992.

<sup>116</sup> Segundo Maria Hilda Baqueiro Paraíso os Botocudos, foram sistematicamente exterminados durante o processo de expropriação e exploração das matas da região norte do Espírito Santo e Extremo Sul da Bahia, restando no início da década de 1990, quando publicou seu artigo, apenas o povo Krenak, com um grupo de 120 pessoas (PARAÍSO, M. H. B. Repensando a política indigenista para os Botocudos. Revista de Antropologia. São Paulo, v. 35, p. 75-90. 1992. p. 86).

<sup>117</sup> PEREIRA, T. S. O(a)s Pataxó Meridionais e o Território Tradicional do Monte Pascoal no Extremo Sul da Bahia: Patrimônio, Cultura e Memórias Corpóreas. 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2016.

<sup>118</sup> O cultivo de gêneros de exportação ou não alimentícios, como o café, não era inexistente ou proibido às colônias, mas faziam parte de uma contrapartida dos colonos, em que deveriam entregar metade de sua produção beneficiada ao governo. Com isso, limitava-se a inserção dos estrangeiros nesse mercado, restringindo-os ao papel colonizador proposto pelo Estado brasileiro (CARMO, A. F. Colonização e escravidão na Bahia: a Colônia Leopoldina, 1850-1888. 2010. 139 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.).

<sup>119</sup> Ibid. p. 37.

restringiram ao Sudeste do país, região que concentrava a maior parte da produção. Com isso, os demais núcleos de cultivo de café, pela sua modesta participação no saldo geral da produção, ficaram de fora das políticas de apoio ao setor. A Colônia Leopoldina nesse contexto entra em decadência, resultando na saída e abandono das terras de vários proprietários exportadores de café. No entanto, várias famílias camponesas e de libertos permaneceram nas proximidades, formando pequenos povoados rurais, cultivando e comercializando alimentos na região, beneficiando-se da EFBM, inaugurada no final do século XIX. Ao redor das estações da rodovia, diversos povoados e distritos se desenvolveram, como Juerana e Helvécia (este chamado de Colônia Leopoldina até 1938<sup>120</sup>), tornando-se importantes centros de comércio regionais<sup>121</sup>. Por ter sido a Colônia Leopoldina uma grande produtora fundamentada na escravidão e, portanto, aglutinadora de grande população negra, em parte oriunda do continente africano, os centros de povoamento e comércio que se formaram em suas proximidades caracterizaram-se enquanto remanescente quilombola.

A formação de colônias agrícolas, enquanto estratégias de constituição de uma unidade nacional dentro das relações de produção capitalista, compreendeu-se também como políticas de destituição de quaisquer outras formas de relação social e trabalho que não àquelas correspondentes ao sistema hegemônico. Portanto, os diversos sujeitos “não brancos” que habitavam os sertões do Extremo Sul e do Brasil só eram reconhecidos enquanto parte da sociedade nacional a partir de um violento e primitivo processo de desapropriação e exploração de seus territórios e culturas. Resultou-se então na formação de uma “civilização brasileira”, integrada e ao alcance das políticas governamentais. No Extremo Sul, a criação do Parque Nacional de Monte Pascoal (PNMP) em 1943 é um simbólico exemplo dos conflitos fundiários entre povos tradicionais e o plano de desenvolvimento econômico do Estado brasileiro, do qual resultou no traumático episódio conhecido na memória Pataxó como o “Fogo de 51”<sup>122</sup>.

Esse processo de ocupação e povoamento é de fundamental importância para compreender a estrutura produtiva e a dinâmica territorial do Extremo Sul em meados do século XX, além de trazer para a análise o traço étnico de parte considerável da população

---

<sup>120</sup> IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: XXI volume. IBGE: Rio de Janeiro, 1958. p. 56.

<sup>121</sup> GOMES, L. M. F. C. Helvécia: homens, mulheres e eucaliptos (1980-2005). 2009. 229f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local). Departamento de Ciências Humanas Campus V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009.

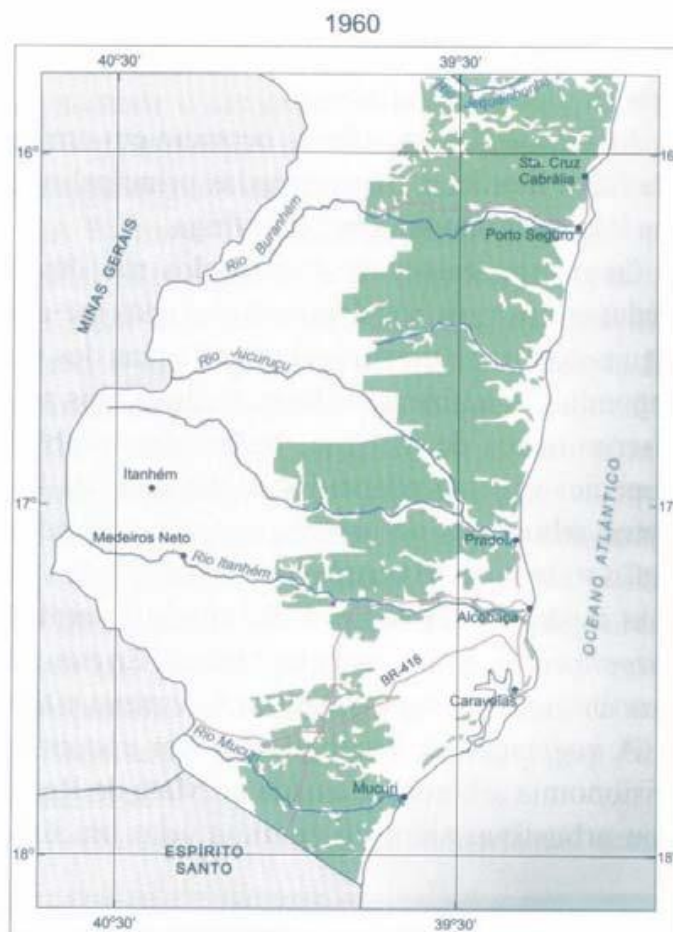
<sup>122</sup> CUNHA, R. C. S. O fogo de 51: reminiscências Pataxó. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas Campus V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010.

pioneira de Teixeira de Freitas.

### 2.3. INDUSTRIALIZAÇÃO, MADEIREIRAS E POVOAMENTO

O quadro territorial do Extremo Sul baiano, característico por sua grande cobertura de vegetação nativa e parcamente povoado - ao menos nos termos reconhecidos pelo governo, haja vista a grande presença de povos indígenas no interior de suas matas - passa a sofrer uma sistemática alteração em meados do século XX, conforme se vê a seguir.

Imagem 5 - Mapa da Cobertura da Mata Atlântica no Extremo Sul da Bahia em 1960



Fonte: AMORIM, OLIVEIRA, 2007.<sup>123</sup>

A imagens 3 e 4 quando comparadas possibilitam visualizar o tamanho do impacto

<sup>123</sup> AMORIM, R. R; OLIVEIRA, R. C. Degradação ambiental e novas territorialidades no extremo sul da Bahia. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 8, n. 22, p. 18-37, set., 2007. p. 28.

sofrido na região em um curto intervalo de 15 anos. A região possuía uma grande área de florestas ainda inexploradas, com vegetação de séculos, ou até mesmo milênios, de existência, já que sua origem remete a tempos muito anteriores ao início da colonização portuguesa. Isso nos permite imaginar uma rica e exuberante flora, desenvolvida sem abrupta interferência humana permitindo assim o crescimento de árvores de grande porte em dimensões muito acima da média atual. Essas características naturais aliadas ao programa de ocupação e integração nacional contribuíram para que a região se tornasse um espaço mais que favorável à atuação da indústria madeireira.

A partir dos anos 50 o processo de ocupação e exploração do interior do Extremo Sul toma maiores proporções modificando drasticamente o meio natural e, com ele, os modos de relação vigentes até então. Com base nos números da tabela 3 percebe-se que a cobertura de mata nativa no Extremo Sul foi sendo diminuída em ritmo mais acelerado que a média geral do Estado.

Tabela 3 - Matas naturais da Bahia (1.000 ha)

Zona	Área total 1960	Área de Florestas		1950/1960 %
		1950	1960	
<b>Extremo Sul</b>	1.528	868	654	-24,6
<b>Bahia</b>	17.666	4.805	4.452	-7,3

Fonte: BAHIA, 1968.<sup>124</sup>

Esse impacto se justifica pelo fato de que esta região manteve sua vegetação natural pouco explorada até a metade do século, sendo, portanto, um dos focos de intervenção extrativista. Com base nos números apresentados na tabela acima, em 1950 a área de mata nativa do Extremo Sul possuía representação maior que área ocupada por florestas na Bahia. Enquanto a primeira representava 56,80% da área total de estabelecimentos, a segunda marcava 27,19%, ou seja, menos da metade de área ocupada.

Os números em questão correspondem ao Censo Agrícola de 1960, produzido pelo IBGE e foram reproduzidos pelo documento BR 101 - Trecho Sul, material do governo da Bahia com a finalidade de apresentar a viabilidade econômica da construção da rodovia

<sup>124</sup>

Tabela formulada a partir dos dados do Censo Agrícola de 1960 do IBGE apresentados em: BAHIA. Secretaria de Transportes e Comunicações. Coordenação de Transportes. BR-101 Trecho Sul: Justificativa econômica. Salvador, 1968. p. 127.

federal, BR-101, no trecho Sul do estado na década de 1960. Acerca dos dados sobre a área de “matas naturais” vale uma breve análise sobre as definições utilizadas na pesquisa, de modo a compreender melhor qual a real representação da ocupação da Mata Atlântica na região aqui investigada.

A pesquisa feita pelo IBGE delimita sua observação às áreas distinguidas enquanto “estabelecimentos”. Este termo é conceituado como:

todo o terreno, de área contínua, independente do tamanho, formado de uma ou mais parcelas confinantes, sujeito a uma única administração, onde se processava uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes ou temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de gado; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais<sup>125</sup>.

Compreende-se que os dados apresentados pelo Censo Agrícola são limitados às propriedades rurais onde se desenvolve alguma atividade agrícola. Portanto, seus números são restritos e não abarcam a totalidade do territorial da Bahia ou do Extremo Sul baiano, mas restringe-se ao interesse específico da pesquisa: a investigação do atividade agrícola. Dentro deste objetivo, a própria definição de “matas naturais” é feita a partir de suas potencialidades produtivas e não por suas características florestais. As “matas naturais”, neste sentido, constituem-se por “áreas dos estabelecimentos ocupadas por matas e florestas naturais utilizadas para extração de madeira ou outros produtos, ou conservadas como reservas florestais”<sup>126</sup>.

Dado o seu potencial madeireiro e extrativo, a restrição conceitual feita às áreas naturais excluí, além das demais áreas não definidas como “estabelecimentos”, outras áreas. Estas, não sendo utilizadas para fins agropecuários ou outra atividade exploratória, ficam definidas sob outros termos, tais como “áreas incultas” ou “áreas improdutivas”<sup>127</sup>. Visto isso, fica evidente que a abrangência da cobertura da Mata Atlântica no Extremo Sul baiano é mais ampla que o mostrado pelo Censo do IBGE. Todavia, ainda que de alcance reduzido, o quadro comparativo entre os anos 1950 e 1960 mostrado pela pesquisa permite observar a rápida redução florestal, bem como as potências econômicas que estas representavam.

Durante a década de 1950, quando houve uma sistemática exploração da mata

<sup>125</sup> IBGE. Censo Agrícola de 1960: Bahia. Série Regional. Vol. II. Tomo VIII. 1ª Parte. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=744>. Acesso em 08 de Setembro de 2019. p. XV.

<sup>126</sup> Ibid. p. XVI.

<sup>127</sup> Ibid. p. XVII.

nativa, houve também um crescimento da atividade industrial madeireira, conforme se vê a seguir. Os números em questão são referentes ao total do Estado, não havendo uma discriminação por região. Contudo, devido a alta taxa de diminuição da área de floresta do Extremo Sul em relação aos números do Estado, percebemos que esses processos em paralelo não são desconexos.

Tabela 4 - Estado da Bahia - Número de estabelecimentos industriais

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Madeiras</b>	<b>Mobiliário</b>
<b>1950</b>	4.270	96	49
<b>1960</b>	5.950	208	512

Fonte: BAHIA, 1968<sup>128</sup>

O relatório “BR-101: Trecho Sul” ao discutir sobre a atividade madeireira<sup>129</sup> ainda apresenta alguns comparativos importantes. Os números apontam para um crescimento do setor madeireiro maior que o crescimento geral da indústria no estado. Enquanto o número de estabelecimentos industriais da Bahia cresceu 39,3% no período 1950-60, o de “Madeiras” e “Mobiliário” obteve o vultoso crescimento de 116,7% e 944,8% respectivamente<sup>130</sup>. A enorme diferença entre os índices demonstra a relevância que a atividade adquiriu dentro da expansão industrial no período.

Essa relevância econômica se confirma ainda mais quando analisada a população empregada.

Tabela 5 - Estado da Bahia - Número de operários ocupados

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Madeiras</b>	<b>Mobiliários</b>
<b>1950</b>	35.719	741	417
<b>1960</b>	38.877	1.367	1.595

Fonte: BAHIA, 1968<sup>131</sup>

<sup>128</sup> Tabela formulada a partir dos dados dos Censos Industriais de 1950-1960 apresentados em: BAHIA. Secretaria de Transportes e Comunicações. Coordenação de Transportes. BR-101 Trecho Sul: Justificativa econômica. Salvador, 1968. p. 128.

<sup>129</sup> Entende-se por atividade madeireira todo setor industrial que tem a madeira enquanto principal produto ou matéria-prima.

<sup>130</sup> BAHIA. op.cit. p. 128-9.

<sup>131</sup> Tabela formulada a partir dos dados dos Censos Industriais de 1950-1960 apresentados em: BAHIA. op.cit. p. 129.

Comparando mais uma vez ao quadro geral da indústria baiana os números se mostram da mesma forma, distantes. Todo o setor industrial da Bahia entre 1950 e 1960 chegou a marca de 8,8% de crescimento nos números de operários. Já o de “Madeiras” e “Mobiliários” obtiveram 84,4 e 282,4% respectivamente<sup>132</sup>. O Extremo Sul da Bahia, devido a sua grande reserva nativa, certamente desempenhou importante papel econômico nesse sentido, concentrando grande parte destes estabelecimentos e trabalhadores em seu território.

No Extremo Sul, segundo as informações do relatório já citado, a indústria madeireira consistia basicamente de três grandes fábricas na década de 1960. A Bralanda - Brasil Holanda de Madeiras S/A, comentada brevemente no capítulo anterior, é proprietária de duas dessas fábricas, situadas em Nanuque e Medeiros Neto<sup>133</sup>. A localização das fábricas indica que a empresa empreendia uma extração de madeira penetrando o território baiano a partir de Minas Gerais, mais especificamente a região próxima à Nanuque, onde localizava-se sua principal e maior produtora de compensados e cerrados. Cerqueira Neto aponta que a Bralanda se destacou dentre as demais empresas do ramo sendo a maior fábrica de compensados da América Latina<sup>134</sup>, com entrada no mercado internacional, além dos principais centros do país, como Guanabara, São Paulo, Paraná, Recife, Natal, Maceió e Salvador. Apesar de sua entrada à partir de Minas Gerais, a empresa alcançava Porto Seguro, Itamaraju e Prado, apontados enquanto principais áreas de extração de madeira<sup>135</sup>.

A abrangência sobre o território de Alcobaça ficava à cargo da madeireira do empresário capixaba Eleosippo Cunha, que operava também em Prado. Embora o documento “BR-101” se refira à empresa “Elecunha”, não será ela analisada aqui dentro do período inicial do extrativismo industrial, pois segundo a página “Empresas do Brasil”<sup>136</sup>, *site* com dados cadastrais de empresas brasileiras, trata-se de uma nova empresa aberta em 1966. No entanto, ao que uma breve análise das fontes indica, essa “nova” empresa é resultado de uma mudança de razão social da antiga Eleosippo Cunha & Companhia Limitada, passando a se configurar como “Sociedade Anônima”. O nome da nova empresa

---

<sup>132</sup> BAHIA. Secretaria de Transportes e Comunicações. Coordenação de Transportes. BR-101 Trecho Sul: Justificativa econômica. Salvador, 1968. p. 129.

<sup>133</sup> Ibid. p. 131.

<sup>134</sup> CERQUEIRA NETO, S. P. G. Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia. 2009. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009. p. 88.

<sup>135</sup> BAHIA. op.cit. p. 131.

<sup>136</sup> Ver: <https://empresasdobrasil.com/empresa/elecunha-s-a-industria-e-comercio-15111412000176>. Acessado em 30 de Setembro de 2018.

faz clara alusão ao madeireiro proprietário<sup>137</sup>, o que levanta a possibilidade de suas atividades e operações corresponderem ao espaço de atuação de Eleosippo Cunha em tempos anteriores à sua criação.

Conforme descrito em Decreto Federal a Eleosippo Cunha & Cia LTDA possuía sede em São Mateus, no Espírito Santo, em 1946<sup>138</sup>, o que provavelmente deve ter permanecido durante toda a década de 1950 e parte da seguinte, até o momento de criação da Elecunha, com sede em Nova Viçosa<sup>139</sup>. O decreto em questão trata-se de uma autorização para funcionamento enquanto empresa de navegação de cabotagem. A concessão aponta para as maneiras de acesso, comunicação e transporte possivelmente adotadas pela empresa a partir do final da década de 1940. A esse ponto, vale acrescentar que ambas as cidades sedes, São Mateus e Nova Viçosa, são localizadas no litoral, posição geográfica economicamente viável para uso de vias costeiras.

Também vale considerar que a transformação da empresa ocorrida em meados dos anos 1960 de certa forma atesta acerca do próspero desenvolvimento que a indústria madeireira gozou no Extremo Sul baiano. A instalação da fábrica em Nova Viçosa, além de uma possível expansão no número de unidades da empresa, sinaliza uma aproximação da administração do centro de extração e transporte de matéria prima.

A produção da Elecunha na década de 1960 em sua grande maioria era destinada aos centros ao sul, como Guanabara, São Paulo e Paraná. Segundo o relatório “BR 101” as praças de mercado ao norte - Salvador, Feira de Santana, Recife e Aracaju - representavam apenas 10% do total transportado pela empresa<sup>140</sup>. No geral, A produção de ambas as madeiras atendia em grande medida os principais centros industriais do país, sobretudo os do Sudeste e Sul. Em todas as fábricas citadas a quantidade de mercadoria destinada aos demais centros do Norte e Nordeste do país jamais ultrapassou o limite de 20%<sup>141</sup>. O fato de ter nos principais centros de desenvolvimento industrial do país uma grande demanda por seu produto, mesmo que com base em dados dos anos 1960, fortalece ainda mais o vínculo da atividade madeireira no Extremo Sul com o processo maior de industrialização

<sup>137</sup> BAHIA. Secretaria de Transportes e Comunicações. Coordenação de Transportes. BR-101 Trecho Sul: Justificativa econômica. Salvador, 1968. p. 131.

<sup>138</sup> BRASIL. Decreto. nº 21.227, de 31 de Maio de 1946. Concede à sociedade Eleosippo Cunha & Companhia Limitada, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o que prescreve o Decreto-lei nº 2.784 de 20 de Novembro de 1940. Diário Oficial, Rio de Janeiro, RJ, 31 mai. 1946. Seção 1 - 8/6/1946, Página 8565.

<sup>139</sup> Ver: <https://empresasdobrasil.com/empresa/elecunha-s-a-industria-e-comercio-15111412000176>. Acessado em 30 de Setembro de 2018.

<sup>140</sup> BAHIA. op.cit. p. 131.

<sup>141</sup> Ibid. p. 139.

no plano nacional, além de ressaltar a importância do produto na economia regional.

Considerando ser a Elecunha uma “continuação” empresarial dos empreendimentos de Eleosippo Cunha nas décadas anteriores, entendemos aqui a extração madeireira em Prado e Alcobaça, espaços de atuação da Elecunha, relacionadas ao empresário. No entanto, vale notar que, segundo o documento “BR 101”, mesmo possuindo uma fábrica em Nova Viçosa na década 1960, esta não era sinalizada enquanto território de extração de madeira pela empresa.

As fontes aqui analisadas não fornecem informações que indiquem a existência da fábrica nos anos 1950, quando Nova Viçosa ainda era distrito de Mucuri. Contudo, apesar da ausência da área abrangida por este município entre os focos de extração de madeira no relatório “BR 101” ao tratar da década de 1960, Mucuri aparece na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros enquanto um importante polo madeireiro regional na década anterior, embora não seja atribuída a nenhuma empresa ou indivíduo responsabilidade pelo empreendimento econômico<sup>142</sup>.

Assim como Mucuri, Caravelas também não consta entre as áreas fornecedoras de matérias-primas às grandes empresas da região nos anos 1960. Na década de 1950, entretanto, enquanto Mucuri e demais municípios da região são descritos como grandes reservas florestais com potencial madeireiro, é destacado que Caravelas não possuía grandes áreas de florestas, o que é curioso quando se observa a grande extensão de seu território (3 773 km<sup>2</sup>). Ainda assim o IBGE resalta a presença de “madeiras de construção”, sendo destacadas “peroba, cedro, pau paraíba, jatobá, plantas medicinais dentre elas a poaia e o eucalipto”<sup>143</sup>. Mesmo possuindo madeiras-de-lei, o extrativismo, embora correspondendo a maior parcela dentre a produção industrial, não é descrito com destaque na economia local. Ainda assim o município aparece como importante centro dentro da economia madeireira. Enquanto ponto final da EFBM, o comércio de exportação de madeiras assumiu o posto de principal atividade econômica de Caravelas. O potencial madeireiro da região, principalmente Mucuri segundo o IBGE, servindo-se da ferrovia, encontrava em Caravelas seu ponto de saída para o mercado externo.

Por possuir o principal porto na região, além de ser ponto final da EFBM, Caravelas nos anos 1950 desempenhava o papel de centro dinâmico regional dentro da Bahia. Apesar das dificuldades de acesso aos demais centros urbanos e econômicos do estado, característica comum no quadro geral do Brasil até então, a região mantinha, via Caravelas,

---

<sup>142</sup> IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: XXI volume. IBGE: Rio de Janeiro, 1958. p. 57.

<sup>143</sup> Ib. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: XX volume. IBGE: Rio de Janeiro, 1958. p. 139.

trocas com importantes centros comerciais, dentre os quais: Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, Nanuque e Belo Horizonte<sup>144</sup>. Em todos esses o acesso partia do porto ou ferrovia. Segundo o IBGE a cidade importava “artigos de vestuário, calçados, ferragens, louças, secos e molhados e outros artigos industriais. Em troca, exportam-se madeiras em grande quantidade”<sup>145</sup>.

#### 2.4. MIGRAÇÃO E CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO NO EXTREMO SUL DO ESTADO

A derrubada da Mata Atlântica atendia aos interesses da atividade extrativista - consistindo basicamente no corte, beneficiamento e transporte das madeiras de lei - e do projeto de integração territorial, abrindo espaço para a expansão de outras atividades econômicas, como a pecuária, agricultura, além de possibilitar a construção de novos lugares. A região já experimentava a criação de animais e o cultivo de alimentos, sendo até mesmo produtora de gêneros de exportação como o cacau e o café. No entanto, apesar de serem essas atividades e formas de produção conhecidas no Extremo Sul, não se davam ainda sob relações plenas de trabalho capitalistas, o que só seriam proporcionadas pela introdução da indústria moderna<sup>146</sup>. Como já foi abordado, o processo de transformação no modo de produção agrícola ocorrido nas lavouras cafeeiras do Sudeste e na cacauieira do Sul baiano não foi inserido no Extremo Sul. Ainda que alguns destes gêneros agrícolas tenham representados números significativos para a economia local, não foram responsáveis pela modificação de estruturas produtivas e de trabalho. Este fenômeno no Extremo Sul ocorreu a partir da entrada da indústria madeireira por volta da década de 1950.

Entende-se que a inclusão de novas atividades atende a um processo muito mais amplo, inserido em uma política nacional de industrialização e que, portanto, não pode ser entendida enquanto fenômeno restrito à exploração do território ou a uma diversificação produtiva. A modificação experimentada implica em alterações mais profundas nas formas de produção e de trabalho. As aberturas em meio à Mata Atlântica e o início de várias

---

<sup>144</sup> IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: XX volume. IBGE: Rio de Janeiro, 1958. p. 140.

<sup>145</sup> Ibid. p. 140.

<sup>146</sup> MARX, K. O capital: crítica da economia política. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

atividades empresariais levantaram também oportunidades de empregabilidade, o que, para Singer, se configura enquanto principal fator de atração<sup>147</sup>. A demanda por força de trabalho, porém não é restrita a capacidade de absorção da atividade industrial, mesmo sendo esta o principal elemento transformador. A tabela abaixo apresenta números referentes ao tamanho da empregabilidade de mão de obra referentes aos demais setores expandidos.

Tabela 6 - Composição setorial do emprego Extremo Sul - 1950-1960

	<b>Agricultura</b>	<b>Indústria</b>	<b>Comércio e serviço</b>	<b>Total</b>
<b>1950</b>	31.957	188	880	33.025
<b>1960</b>	87.452	641	3.344	91.437

Fonte: BAHIA, 1968.<sup>148</sup>

Como se pode verificar acima, em 10 anos a região obteve um aumento substancial em seu número de empregados, saltando de 33.025 para 91.437. Este processo de industrialização, ou, o processo de inclusão regional à política econômica nacional, compreendeu mudanças abrangendo o país como um todo, tendo, é claro, diferentes aplicações a depender das realidades locais. Pode-se tomar que as diversas transformações advindas desse processo tenham resultado também em fatores de expulsão de grande parte de indivíduos. Mesmo não possuindo, dentro dos limites deste trabalho, condições para mapear e consequentemente analisar os fatores que resultaram na saída das pessoas que chegaram à região no período, permitimo-nos considerar que essas migrações em grande parte compõem o fenômeno industrializador pelo qual passava o país. Via de regra, esse processo repele trabalhadores de seus territórios de origem basicamente por dois fatores: estagnação e transformação<sup>149</sup>.

Os da ordem de estagnação consistem na insuficiência produtiva frente o esgotamento e limitação dos recursos necessários ao trabalho e produção aliado a impossibilidade de modificação que viabilize alguma recuperação ao trabalhador. Esse fator está também relacionado a concentração fundiária característica do Brasil, que priva

<sup>147</sup> SINGER, P. Economia política da urbanização. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 40.

<sup>148</sup> Tabela formulada a partir dos dados dos Censos Agrícolas, Industrial, Comercial e dos Serviços de 1950 e 1960 apresentados em: BAHIA. Secretaria de Transportes e Comunicações. Coordenação de Transportes. BR-101 Trecho Sul: Justificativa econômica. Salvador, 1968. p. 57.

<sup>149</sup> SINGER, P. op.cit. p. 40.

diversas famílias do direito à terra e de condições de trabalho. Já a expulsão causada pela transformação diz respeito à inclusão de determinada área ao modo de produção capitalista, resultando na expropriação e conseqüentemente expulsão das diversas populações não pertencentes a economia de mercado, como camponeses, posseiros, indígenas, quilombolas etc.

Esses fatores, como foi visto, se mostraram também no Extremo Sul da Bahia, causando migrações dentro da própria região. Contudo, dado o enorme crescimento demográfico e os fatores de atração econômicos, é preciso considerar processos migratórios originados em outros estados e regiões, principalmente aqueles mais próximos e com quem já se mantinham interações.

Tabela 7 - Crescimento Demográfico no Extremo Sul

<b>Ano</b>	<b>População (1.000 habitantes)</b>	<b>% de crescimento</b>
1940	84	
1950	130	55
1960	269	106

Fonte: BAHIA, 1968.<sup>150</sup>

O processo migratório provocado cumpre com sua função de povoar e ocupar, refletindo-se num acelerado crescimento demográfico da região. Conforme se verificava no cenário estadual quanto federal, a população do Extremo Sul Baiano também obteve aumento significativo na metade do século XX, atingindo a marca de 130.038<sup>151</sup>, um crescimento de 55% se comparado à década anterior. Esses números se tornaram ainda maiores em 1960, com um crescimento de 106% da população em 1950. Cabe ressaltar que o crescimento demográfico não pode ser reduzido a processos migratórios, pois como foi visto no capítulo anterior, esse período experimentou mudanças quanto a queda na mortalidade infantil e aumento na expectativa de vida, fatores que implicaram no tamanho populacional brasileiro e podem ter impactado as taxas da região Extremo Sul.

<sup>150</sup> Tabela formulada a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE apresentados em: BAHIA. Secretaria de Transportes e Comunicações. Coordenação de Transportes. BR-101 Trecho Sul: Justificativa econômica. Salvador, 1968. p. 51.

<sup>151</sup> Ibid. p. 50.

Embora houvesse no período um crescimento urbano e de população urbana no Brasil e na Bahia, o Extremo Sul em 1950, segundo os números do IBGE, parecia seguir uma tendência inversa. Mesmo com o crescimento demográfico verificado, o número residente na zona rural aumentou enquanto houve diminuição nos centros urbanos.

Tabela 8 - Composição Setorial da População (1.000 habitantes)

Ano	Extremo Sul		Bahia	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
<b>1940</b>	20	60	938	2.981
<b>1950</b>	14	116	1.251	3.584
<b>1960</b>	47	221	2.084	3.907

Fonte: BAHIA, 1968.<sup>152</sup>

A queda demográfica urbana entre a década de 1940 e 50 como demonstrada em termos absolutos aponta para um processo migratório partindo do litoral, onde se concentrava as cidades, para o interior, predominantemente rural, que passa de 60 mil habitantes para 116 mil no mesmo período. Esse fenômeno encontra-se nas mudanças econômicas que a região vinha sofrendo durante o século XX. O interior do Extremo Sul, que até então se encontrava consideravelmente preservado e sem a presença de atividades exploradoras, passou, já no decorrer da década de 1940, a experimentar a entrada de atividades econômicas, cumprindo a tarefa de ocupação e dominação dos chamados “sertões bravos” incentivados pelo Estado brasileiro, expulsando as populações que ali viviam e transformando o território em centros de atração de mão de obra. Esse processo de ocupação e povoamento como previa a estratégia político-econômica mostrou-se frutífero para a urbanização do interior do Extremo Sul durante os anos 1950, que não sofreu apenas com o aumento de sua população, mas com a construção de novos centros e lugares.

O processo de povoamento do interior dos municípios do Extremo Sul apesar de mostrar seus resultados urbanos na década de 1950, indica a existência de concentração de populações - o que chamamos de formação de núcleos de povoamento - já na década anterior. Sua formação não implica imediato reconhecimento pelo poder público local

<sup>152</sup>

Tabela formulada a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE apresentados em: BAHIA. Secretaria de Transportes e Comunicações. Coordenação de Transportes. BR-101 Trecho Sul: Justificativa econômica. Salvador, 1968. p. 52.

como núcleo urbano, sendo, portanto, contabilizado enquanto zona rural nos registros. Somente a partir de seus crescimentos populacionais e econômicos é que passam a configurar enquanto distritos nos anos 1950. Logo, entendemos que a redução da população urbana em 1950 não se configura como uma tendência à ruralização da região Extremo Sul. Ao contrário, o aumento demográfico na zona rural acompanhou as mudanças econômicas ocorridas no interior da região a partir da intensa extração da madeira, provocando, como se verifica no significativo aumento de população urbana em 1960, em uma acelerada urbanização.

## 2.5. A FORMAÇÃO URBANA DO INTERIOR ALCOBACENSE

Teixeira de Freitas acontece enquanto fato urbano no interior do território da cidade de Alcobaga, no Extremo Sul do Estado da Bahia. Esta, por sua vez, tem suas origens no período colonial brasileiro, se desmembrando do território de Prado e Caravelas, com quem faz limite ao norte e ao sul respectivamente, constituindo-se enquanto vila por Carta régia de 3 de março de 1755, assinada pelo rei de Portugal, D. José I. Sua elevação à categoria de cidade ocorreu no início da República, pela Lei estadual n.º 122, de 20 de junho de 1896, no governo de Luís Viana<sup>153</sup>.

De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros<sup>154</sup> a cidade de Alcobaga até 1911, contava apenas com seu distrito sede. Somente com a divisão administrativa do Brasil em 1933 é que passa a figurar com mais um núcleo urbano, ficando então com o distrito de Alcobaga, sede administrativa situada ao litoral, e Nossa Senhora de Itanhém (posteriormente chamada somente de Itanhém), no outro extremo do território, próximo à divisa com Minas Gerais. Essa configuração permaneceu até a década de 1950 quando ocorreram mudanças no quadro demográfico e urbano do município.

Apesar da grande extensão territorial do município, com área de 5.273 km<sup>2</sup> que atravessava o Extremo Sul da Bahia desde o oceano até o limite estadual com Minas Gerais - como era, aliás, a característica territorial da maioria das cidades da região até então - Alcobaga ainda exercia pouco domínio urbano sobre seu vasto espaço. A extensão rural se mostrava predominantemente mais forte que a urbana nesse sentido. Em termos

153

IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: XX volume. IBGE: Rio de Janeiro, 1958. p. 26.

154

Ibid.

populacionais, os dados apresentados pelo IBGE<sup>155</sup> demonstram tal disparidade. O censo demográfico de 1950 estimava a população total do município em 34.358. Deste número, 94,11% localizava-se na zona rural.

Imagem 6 - Localização do Município de Alcobaça em 1958



Fonte: IBGE, 1958.<sup>156</sup>

O município de Alcobaça, segundo a Enciclopédia, caracterizava-se por suas riquezas naturais, destacando suas “abundantes matas, onde se encontram muitas variedades de madeira de lei, como peroba, jacarandá, vinhático, pau-ferro, jequitibá, cedro, e muitas outras”<sup>157</sup>. O interior de seu território se encontrava dividido em diversas propriedades, chegando ao número de 2.701 em 1954<sup>158</sup>. Apesar da falta de dados sobre a extensão dessas propriedades, seus proprietários, como e quando essas terras foram adquiridas, nos permitimos associá-las ao projeto de inclusão da região ao domínio político

<sup>155</sup> IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: XX volume. IBGE: Rio de Janeiro, 1958. p. 27.

<sup>156</sup> Ibid. p. 26.

<sup>157</sup> Ibid. p. 26-27.

<sup>158</sup> Ibid. p. 27.

e econômico do Estado brasileiro.

A concessão do direito de propriedade às famílias “pioneiras” de Teixeira de Freitas, portanto, pode indicar um violento processo de desterritorialização dos povos tradicionais no interior do município de Alcobaça. A ausência dos povos nativos nas fontes e narrativas acerca do processo de ocupação urbana e construção do povoado na década de 1950, para além de um silenciamento acerca da participação desses indivíduos na história, levanta também a possibilidade de que sua expulsão e extermínio tenham acontecido anteriormente ao início do povoamento urbano. Essa ausência e invisibilização das populações nativas ocorrem também nos registros oficiais, já que os levantamentos demográficos não os incluíam como população. A composição étnica quando feita apresenta apenas o número de brancos, negros e pardos, mesmo em municípios onde a presença indígena resiste com maior vulto até os dias atuais, como Prado e Alcobaça.

Segundo a Enciclopédia, no decorrer da década de 1950, quando houve a instalação da atividade extrativista das grandes empresas madeireiras no município, a ocupação do território intensificou-se, resultando na criação de mais 5 vilas em 1953, sendo elas: Batinga, Cachoeira do Mato, Ibirajá, Medeiros Neto e Itupeva, todas estas possuindo menos de 1000 habitantes. Essas novas vilas, apesar de criadas por força da Lei (Lei estadual número 628, de 30 de dezembro de 1953<sup>159</sup>), possivelmente existiram até então como povoados menores ao ponto de não aparecerem nos registros anteriores, sendo incluídos como parte integrante da zona rural de Alcobaça. A criação destes núcleos urbanos atesta a acelerada modificação na estrutura econômica e demográfica verificada no período.

Além dos distritos e vilas, Alcobaça ainda passou a registrar alguns povoados: Jardimópolis, Água Limpa, Lagoa Dourada, Salvação e Santa Fé<sup>160</sup>. Esses povoados aparecem na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros enquanto “outras aglomerações”, não possuindo o caráter oficial de centro urbano, como as vilas e distritos já citados. A citação de povoados quando estes eram entendidos enquanto zona rural parte de uma especificidade da Enciclopédia se comparada aos demais levantamentos estatísticos do órgão. O documento em questão parece almejar descrições um pouco mais detalhadas sobre os aspectos gerais dos municípios brasileiros, pois embora boa parte das informações contidas em sua pesquisa faça referência a outros levantamentos do próprio IBGE a presença de dados ausentes nessas fontes reflete uma pesquisa mais interessada em compreender as mudanças também nos aspectos urbanos do Brasil. Considerando isso, o fato de serem

---

159 IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: XX volume. IBGE: Rio de Janeiro, 1958. p. 27.

160 Ibid. p. 26.

citadas pela primeira vez em registros estatísticos não é suficiente para afirmar que estas povoações não existiam até os anos 1950.

A tabela abaixo, construída a partir dos números apresentados pela Enciclopédia, mostra as nucleações urbanas existentes em Alcobaça e seu respectivo tamanho populacional:

Tabela 9 - Nucleações urbanas em Alcobaça e tamanho demográfico

<b>Núcleo urbano</b>	<b>Nº de habitantes</b>
Alcobaça	1.300
Itanhém	725
Batinga	Inferior à 1000
Cachoeira do Mato	Inferior à 1000
Ibirajá	Inferior à 1000
Medeiros Neto	Inferior à 1000
Itupeva	Inferior à 1000
Jardinópolis	420
Água Limpa	296
Lagoa Dourada	214
Salvação	189
Santa Fé	120

Fonte: IBGE, 1958.<sup>161</sup>

Apesar da publicação da Enciclopédia em 1958, ou seja, um ano após a fundação do povoado de Teixeira de Freitas, conforme informado por ofício da Prefeitura Municipal em 1957, nenhuma referência ao recém-criado povoado é feita, não aparecendo nem mesmo entre as demais “aglomerações”. Mesmo considerando a possibilidade de a pesquisa ter sido concluída antes da criação do povoado, nota-se sua ausência também dentre as chamadas “outras aglomerações”, onde até mesmo povoações de 120 pessoas foram registradas.

Os núcleos urbanos sob o domínio administrativo de Alcobaça se analisados a partir

<sup>161</sup>

Tabela construída com base nos dados fornecidos pelo IBGE. Ver IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: XX volume. IBGE: Rio de Janeiro, 1958. p. 26.

de seu tamanho populacional se mostram modestos relativo ao seu grande território e ao total demográfico do município. No entanto, considerando que em um curto intervalo de tempo 10 novas nucleações foram identificadas pelo IBGE, sendo que 5 dessas criadas por Lei Estadual enquanto vila, observa-se uma alteração significativa na dinâmica local que ocorre paralelamente à instalação e extensão da atividade madeireira. O extrativismo madeireiro aliado a uma maior ocupação do território provocou mudanças substanciais ao meio natural do Extremo Sul da Bahia, que ao findar da década de 1950 encontrava-se com cobertura de mata nativa altamente reduzida.

Os demais municípios dentro dessa zona de influência, a qual tinha em território baiano Caravelas como centro dinâmico, possuíam aspectos semelhantes quanto a sua configuração urbana e demográfica. Em 1950, o município de Caravelas, assim como Alcobaça, possuía apenas dois distritos: Caravelas, o distrito sede, e Juerana, que possuíam em 1950 o seguinte quadro demográfico: 2.651 habitantes em Caravelas e 596 em Juerana. Semelhante a Alcobaça, a grande maioria de sua população (84%) residia na zona rural<sup>162</sup>. Mucuri em 1950, contava, além de seu distrito sede (Mucuri), com Helvécia, Ibiranhém, Marobá e Riacho Doce. O quadro populacional destes estava registrado em: 402, 419, 212, 378 e 27 habitantes respectivamente. Nota-se que apesar da quantidade de distritos acima da média dos outros municípios da região, seu quadro demográfico se mostra significativamente menor. Seu principal centro urbano, Mucuri, registrava a 2º menor população da Bahia<sup>163</sup>. Em Prado, no mesmo ano, a composição distrital era de: Prado, Cumuruxatiba, Escondido, Jiquitaia e Jucuruçú. Pela ordem, os distritos possuíam o seguinte tamanho populacional: 1.589, 483, 756, 52 e 326 habitantes<sup>164</sup>. Assim como Alcobaça e Caravelas, Mucuri e Prado detinham a maior parte de sua população no quadro rural, com 86%<sup>165</sup> e 90%<sup>166</sup> respectivamente.

Com a Divisão Administrativa ocorrida em 1953, assim como ocorreu em Alcobaça, novos distritos foram criados. Em Caravelas são criados mais quatro distritos: Ibirapuã, Lajedão, Ponta de Areia e Santo Antônio de Barcelona. Em 1953, as vilas criadas possuíam o seguinte registro: Santo Antônio de Barcelona - 150 habitantes, Lajedão - 600 habitantes, Ibirapuã - 200 habitantes e Ponta de Areia - 2.800. Além dos distritos, o IBGE ainda registrou as “outras aglomerações”: Barra de Caravelas e Aparaju, com população estimada

---

<sup>162</sup> IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: XX volume. IBGE: Rio de Janeiro, 1958. p. 139.

<sup>163</sup> Id. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: XXI volume. IBGE: Rio de Janeiro, 1958. p. 57.

<sup>164</sup> Ibid. p. 145.

<sup>165</sup> Ibid. p. 57.

<sup>166</sup> Ibid. p. 145.

para o ano de 1957 em 600 e 300 habitantes respectivamente<sup>167</sup>. Em Mucuri extinguiu-se Riacho Doce e acrescentou-se à composição urbana os distritos de Argolo e Taquarina, ambos com população menor que 500 habitantes<sup>168</sup>, além de contar com os já existentes Mucuri, Helvécia, Ibiranhém e Nova Viçosa (ex Marobá)<sup>169</sup>. Em Prado extinguiu-se Jiquitiaia, e criou-se o distrito de São José do Prado, somando-se aos demais existentes<sup>170</sup>.

Dentre as “demais aglomerações” citadas na Enciclopédia, em Mucuri apenas uma foi registrada, o povoado de Posto da Mata, com população maior que os distritos, estimada em 650 habitantes<sup>171</sup>. Em Prado foram registrados os povoados de Farol (353 habitantes), Alegria (321 habitantes), Pau d'Alho (316 habitantes), Maçaranduba (298 habitantes), Futuca (142 habitantes), Guarani (109 habitantes), Varedas (89 habitantes) e Almeida (48 habitantes)<sup>172</sup>.

A criação destas novas localidades ocorreu atrelada ao desenvolvimento da atividade econômica instalada. Sobre isso, cabe dizer que as madeireiras ainda não constavam enquanto atividade fundamental. Em Alcobaça a agricultura, principalmente o cultivo do cacau, ocupava destaque na economia local:

A atividade fundamental à economia do município é a cultura do cacau, cuja produção, em 1955, alcançou a importância de 14 582 milhares de cruzeiros. As demais culturas agrícolas são: feijão, côco-da-baía, batata-doce, milho, arroz, cana-de-açúcar, banana, mandioca, café, alho e outros produtos. O valor total da produção agrícola, em 1955, alcançou a importância de 24 337 milhares de cruzeiros.<sup>173</sup>

Embora o cacau fosse o principal produto na economia alcobacense, sua cultura não representava grande vulto no cenário cacaeiro baiano. A atividade industrial madeireira no contexto da economia local desempenhava papel secundário, significando uma produção de 8.717 milhares de cruzeiros<sup>174</sup>. A agricultura, portanto, representava em termos econômicos um poder muito maior que a indústria extrativista. A especialização produtiva em torno da extração da madeira, portanto não pode ser absoluta, mesmo que a ela o fenômeno da urbanização regional tenha se relacionado. Além do mais, a agricultura realizada, por mais

---

<sup>167</sup> IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: XX volume. IBGE: Rio de Janeiro, 1958. p. 139.

<sup>168</sup> Ibid. p. 57.

<sup>169</sup> Ibid. p. 56.

<sup>170</sup> Ibid. 145.

<sup>171</sup> Ibid. p. 57.

<sup>172</sup> Ibid. p. 145.

<sup>173</sup> Ibid. p. 27.

<sup>174</sup> Id. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: XXI volume. IBGE: Rio de Janeiro, 1958. p. 27.

que representasse economicamente muito mais que a indústria extrativa, não se organizava sob uma divisão do trabalho em termos capitalistas, pois ainda não contava com a racionalidade industrial em seu processo produtivo, o que implica em relações de trabalho ainda pouco complexas. Devido a tais características, a agricultura não provocou o fenômeno de urbanização, tal qual ocorreu na região cacauzeira ou no Sudeste cafeeiro.

Concomitante a criação dos novos povoados na década de 1950 dá-se o início da abertura da BR-5, precursora da BR 101 no Estado, interligando Feira de Santana ao Extremo Sul, no ponto de divisa com o Espírito Santo, atingindo aproximadamente 800 km. No entanto, a rodovia não apresentava condições favoráveis ao tráfego, excetuando pequenos trechos, até a publicação do relatório “BR 101 - Trecho Sul”, em 1968<sup>175</sup>. Tal característica demonstra que o isolamento do Extremo Sul por vias de acesso dentro da Bahia permaneceu por algum tempo mesmo após o início do empreendimento rodoviário, pois a BR 101 não se apresentava enquanto alternativa real de transporte e comunicação. A região permanecia sob influência de Minas Gerais, por meio do acesso existente a cidade de Nanuque, o mais próximo e principal centro econômico.

Segundo o IBGE, na década de 1950 Alcobaça possuía acesso rodoviário aos municípios vizinhos, Prado e Caravelas, e às cidades mineiras Águas Formosas, Carlos Chagas e Nanuque. O acesso à Salvador, capital da Bahia, e Rio de Janeiro, capital federal, se dava por via fluvial partindo do porto de Caravelas<sup>176</sup>.

Apesar do início da abertura da BR na década de 1950, o crescimento demográfico do Extremo Sul, não pode ser atribuído ao início da implementação do Plano Rodoviário na região. A obra governamental, embora cumprisse com o objetivo de “elemento colonizador do Litoral Sul e muito especialmente do Extremo Sul”<sup>177</sup>, ainda iria demonstrar seus efeitos nesse quesito, já que sua construção no trecho que compreende o Extremo Sul baiano é iniciada em 1957. O território da região seguia, no decorrer dos anos 1950, sendo alterado a partir de ações de madeireiras, ao ponto de ser descrita pelo documento “BR 101 - Trecho Sul” enquanto detentora de uma “extensa rede de estradas pioneiras, abertas por madeireiros”<sup>178</sup>. Por desempenhar um importante papel para a “conquista econômica da região”<sup>179</sup> essas estradas foram melhoradas pelo DERBA e integradas no projeto rodoviário

---

<sup>175</sup> BAHIA. Secretaria de Transportes e Comunicações. Coordenação de Transportes. BR-101 Trecho Sul: Justificativa econômica. Salvador, 1968.

<sup>176</sup> IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: XXI volume. IBGE: Rio de Janeiro, 1958. p. 27.

<sup>177</sup> BAHIA. op.cit. p. 5.

<sup>178</sup> Ibid.p. 5.

<sup>179</sup> Ibid. p. 5.

do Estado com a conclusão da BR.

Com o avanço do desmatamento empreendido pelo extrativismo, pecuaristas encontram espaço favorável à criação de gado. Ao chegarem na região, passam a constituir-se enquanto classe economicamente dominante, gozando de prestígio social e tornando-se muitas vezes grandes influências e personalidades políticas. Na década de 1950, os municípios de Itanhém e Medeiros Neto são criados, sendo resultados de ações de grandes criadores de gado.

Apesar da forte presença da indústria madeireira nesta parte do Extremo Sul, os grandes empresários do ramo residiam em outros lugares, de forma que os indivíduos envolvidos no processo produtivo que moravam de fato na região compunham em grande parte a classe trabalhadora. À medida que as localidades eram formadas e que iam se constituindo enquanto núcleos urbanos, a classe política que ia se formando com ela era em boa parte composta por fazendeiros pecuaristas. Essa composição da classe econômica e politicamente dominante vai caracterizar essa fase histórica do Extremo Sul da Bahia de maneira contraditória, pois se de um lado sua formação urbana se deu pela inserção da região em uma economia urbana integrada ao mercado nacional capitalista, por outro, se fortaleceu politicamente em torno de uma elite agrária.

Assim como a industrialização demonstrava seus efeitos no Sudeste brasileiro, o Extremo Sul experimentou mudanças substanciais em meio a esse processo. Sua discriminação econômica advinda de seu potencial madeireiro provocou impactos em seu território e paisagem natural, dando início a um drástico processo de instalação e expansão de demais atividades produtivas e um significativo aumento demográfico. A distribuição deste crescente contingente humano seguiu-se os interesses da atividade madeireira, a qual, dada suas características, impelia a fixação de mão de obra em determinados pontos do interior do território, criando e intensificando o povoamento de diversos lugares. A década de 1950 é marcada pelo aparecimento de diversos distritos e vilas em todos os municípios da região. Dentre eles, um pequeno povoado no interior de Alcobaça batizado com o nome de Teixeira de Freitas.

## CAPÍTULO III: MEMÓRIA E POVOAMENTO

### 3.1 CONFLITOS E MEMÓRIA COLETIVA

A configuração econômica do Extremo Sul ocorreu em conformidade com a intensificação do processo de industrialização pelo qual passava o país, e, a partir da definição da sua função econômica no interior da economia nacional, pôde-se verificar alterações no interior de seu território. À medida que a economia passou a se desenvolver nesse espaço, sua sociedade foi se tornando mais complexa e suas distinções sociais, em seus mais variados níveis, mais visíveis e os conflitos entre elas mais evidentes. Tais disputas sociais, inerentes a sociedade de classes - precedente necessário à produção do espaço urbano -, aparece e é demonstrada, portanto, não apenas nos contornos e desenhos das cidades e das demais formas de organização sobre o território, mas também na memória que é construída sobre estes lugares.

Em Teixeira de Freitas não foi diferente. Os diversos grupos sociais que a construíram e que dela fizeram parte passaram a significar de maneiras particulares o processo de transformação, ocupação e povoamento do território. Estas representações sobre o passado trouxeram a possibilidade de exprimir diferentes formas de conflito no interior da sociedade teixeirense a partir dos interesses e visões que cada um destes grupos possui. Nesse sentido, a concepção de Maurice Halbwachs<sup>180</sup>, sociólogo francês, de que a memória é antes de tudo um fato coletivo e social e, portanto, um produto social, da identidade coletiva, se mostra fundamental.

Para Halbwachs, haveria uma percepção coletiva sobre as formas materiais de uma sociedade, de maneira que existiria uma consciência social. Dessa forma, Halbwachs acreditava que caberia à Sociologia a análise da consciência. Essa concepção teórica, formulada nos anos 1950, foi e é de fundamental importância para as ciências sociais, pois rompe com a noção de memória como um fenômeno estritamente individual e subjetivo<sup>181</sup>. Dentro dessa concepção teórica, o indivíduo se caracteriza por seu grau de interação com grupos sociais. Esses grupos, com base em seus signos e representações coletivas sobre sua

---

<sup>180</sup> HALBWACHS, M. A memória coletiva. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

<sup>181</sup> SANTOS, M. S. Memória coletiva & teoria social. São Paulo: Annablume, 2003.

realidade, relembram de maneira que a lembrança sobre um determinado evento passado é evocada a partir da percepção que este tem do presente. Seguindo o raciocínio, a lembrança jamais será uma fiel e exata reconstrução do passado, pois é reformulada e atualizada constantemente<sup>182</sup>.

A ideia de Halbwachs de memória coletiva não nega a existência de uma memória individual, mas, no entanto, nega a possibilidade que uma memória pertença unicamente a um indivíduo, conforme argumenta:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. [...] Outras pessoas tiveram essas lembranças em comum comigo. Mais do que isso, elas me ajudam a recordá-las e, para melhor me recordar, eu me volto para elas, por um instante adoto seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois experimento ainda sua influência e encontro em mim muitas das ideias e maneiras de pensar a que não me teria elevado sozinho, pelas quais permaneço em contato com elas.<sup>183</sup>

Os indivíduos se lembram, mas esse exercício é realizado por meio do grupo, ou dos grupos, do qual fazem parte. Nesse aspecto, por meio da memória de um indivíduo, pode-se perceber os elementos constitutivos da consciência social do meio ao qual pertence, seja ele uma comunidade religiosa, uma classe social, uma família etc. A lembrança, então, deve ser analisada a partir dos quadros sociais de uma sociedade, pois estes antecedem o sujeito que recorda. Contudo, a individualidade, embora associada ao coletivo, não deixa de existir, pois à medida que passa a compor vários grupos sociais, as representações individuais passam a mesclar elementos dos variados grupos ao qual pertence, contribuindo para que a consciência social seja atualizada constantemente por meio da interação que um grupo possui com outro<sup>184</sup>. Interações estas permeadas de tensões entre os grupos em torno da construção de uma memória coletiva coesa. Logo, a consciência coletiva passa a ser determinada e determinante nesse processo de reelaboração.

Tendo então atribuído à memória um caráter social, o ato de lembrar e esquecer estão diretamente relacionados à interação que o sujeito mantém com determinado coletivo. Para Halbwachs, a duração de uma dada lembrança é determinada pela existência ou

---

182 HALBWACHS, M. A memória coletiva. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

183 Ibid. p. 30-31.

184 Ibid.

contato que se mantém com o grupo com qual lembrava. Da mesma maneira, nas palavras do sociólogo: “Esquecer um período da vida é perder o contato com os que então nos rodeavam”<sup>185</sup>.

Cada vez mais os historiadores vêm reconhecendo o valor da memória para a construção de suas pesquisas. Tomando ciência das possibilidades de abordagem e análise, como forma de resistência às estruturas de dominação e manipulação ideológica, social e política, a memória tem sido tomada como fonte, e por vezes como próprio objeto historiográfico<sup>186</sup>. Trazer esse arcabouço teórico para o campo da cidade é de grande importância para a compreensão das tensões permanentes no espaço urbano, pois estas ocorrem também na disputa pela memória. O historiador Jacques Le Goff refletindo sobre o assunto comentou:

A evolução das sociedades, na segunda metade do século XX, elucida a importância do papel que a memória coletiva desempenha. Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante, enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.<sup>187</sup>

Por meio da teoria de Halbwachs, podemos entender ainda que as representações coletivas são fundamentais para a construção de uma consciência de classe<sup>188</sup>. Partindo do entendimento da memória enquanto um fato coletivo e social torna-se possível perceber, por meio de sua análise, os conflitos existentes entre os diversos grupos que compunha a sociedade ao qual observamos.

### 3.2 A IGREJA CATÓLICA NO EXTREMO SUL BAIANO

---

<sup>185</sup> HALBWACHS, M. A memória coletiva. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006. p. 37.

<sup>186</sup> THOMSON, A; FRISCH, M; HAMILTON, P. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, M. M; AMADO, J (Orgs.). Usos & abusos da história oral. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

<sup>187</sup> LE GOFF, J. Memória. In: LEGOFF, J. História e memória. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 469.

<sup>188</sup> SANTOS, M. S. Memória coletiva & teoria social. São Paulo: Annablume, 2003.

A Igreja Católica desde o período da colonização portuguesa no território brasileiro tem sido significativamente presente e atuante, possuindo relevância no âmbito político, econômico, social e cultural. Devido à ausência do poder público, a Igreja Católica por muitas se mostrou enquanto única instituição capaz de abranger toda a região, estendendo cada vez mais o alcance de sua presença e aproximando-se cada vez mais da população local. Nesse aspecto, a instituição obteve poder, prestígio e influência superior ao Estado mediante sua grande inserção na sociedade do Extremo Sul baiano.

Dada a sua relevância e pela grande quantidade de informação sobre o período, obtidas por meio de pesquisa e registro diário do cotidiano por sua classe clerical, abordamos aqui a memória coletiva da instituição religiosa, por meio do uso da obra memorialista “Os “desbravadores” do Extremo Sul da Bahia: história da presença franciscana nessa região – raízes e frutos”, de frei Elias Hooij. O autor, falecido em 2016, holandês e pertencente a ordem dos franciscanos, veio em missão para o Brasil na década de 1960 com 40 anos de idade, após ter trabalhado como missionário na Europa após a II Guerra Mundial e no Zaire após a independência da Bélgica, conforme o mesmo escreve em seu livro<sup>189</sup>. A vinda do franciscano para o Brasil, bem como sua missão no continente africano, situa-se no contexto de envio de clérigos europeus à Ásia, América Latina e África pela Igreja, como forma de enfrentamento ao enfraquecimento do catolicismo frente ao avanço do comunismo, protestantismo e espiritismo<sup>190</sup>. O baixo Extremo Sul nesse período recebe vários holandeses para auxiliar no trabalho religioso. O próprio autor, ao discorrer sobre o contexto de fortalecimento do catolicismo, após um predomínio protestante na Holanda, aponta: “Da virada do século até 1960 foram enviadas levas de frades a Indonésia, China, Japão, Paquistão, Índia, Noruega e, no continente americano, ao Brasil”<sup>191</sup>.

Embora tenha chegado na década seguinte ao fim do recorte temporal estabelecido nesta pesquisa, a obra trata desde os princípios da ação franciscana no Brasil e na região, relatando eventos concernentes ao trabalho religioso na primeira metade do século. O livro, apesar de não arrogar para si autoridade acadêmica ou científica, busca referência em outros documentos, conforme revela ao final: “Este trabalho não tem pretensão científica. O

<sup>189</sup> HOOIJ, E. Os “desbravadores” do Extremo Sul da Bahia: história da presença franciscana nessa região – raízes e frutos. Belo Horizonte: Província Santa Cruz, 2011. p. 42.

<sup>190</sup> ALVES, L. A. Experiências forjadas a ferro e fogo: religiosidade, organicidade e luta pela terra no Extremo Sul Da Bahia no contexto da Ditadura Civil-militar (1978-1985). 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2017.

<sup>191</sup> HOOIJ, E. op.cit. p. 7.

que não quer dizer que não procuramos usar as fontes com responsabilidade. Não é ficção. Trata-se de pessoas e instituições reais, cada um tendo o seu valor”<sup>192</sup>. O material é referenciado com relatos de freis disponíveis em publicações da própria Igreja, livros de tomo das Paróquias de Teixeira de Freitas e Alcobaça, obras memorialísticas de outros clérigos, além de contar com a participação de outro religioso, frei Eliseu, na revisão, a quem dedica agradecimento. Temos então um produto de uma memória coletiva, constituída por um grupo muito bem delimitado, que busca produzir e reproduzir sua memória por meio de diversos registros da ordem franciscana. Talvez por isso Frei Elias tenha redigido seu texto na terceira pessoa, mesmo quando fala de si, como se quem contasse e recordasse fosse a própria ordem religiosa e não unicamente o autor.

A obra possui um roteiro cronológico inicial, partindo dos primeiros anos do projeto franciscano da Holanda no Brasil, conforme se vê: “A presença franciscana no Extremo Sul da Bahia tem sua origem em tempos remotos. Era a resposta às súplicas de bispos, para suas vastas dioceses privadas de clero, mas com uma população crescente”<sup>193</sup>. Verifica-se a pouca “mão de obra religiosa” em relação à demanda de fiéis. E, se tratando de um enorme território nacional que, no geral, constituía-se por zona rural – tendo, portanto, sua população dispersa – é razoável considerar as dificuldades de atendimento de serviços religiosos de um pequeno número de clérigos a toda a população católica no período. Acrescenta-se ainda a disputa de influência travada contra o protestantismo, espiritismo, comunismo e a própria ordem liberal capitalista. As mudanças políticas e econômicas ocorridas no Brasil e no mundo após a Segunda Grande Guerra ameaçavam as relações até então vigentes, relações estas construídas historicamente em proximidade com a Igreja Católica. Portanto, o envio de padres e freis estrangeiros para dar suporte ao clero cumpria também a tarefa de garantir a hegemonia católica na vida religiosa nacional<sup>194</sup>.

Após adaptarem-se ao Brasil, conforme a obra do memorialista, a ordem franciscana contou com a chegada de mais frades da Holanda. A partir daí, puderam estender sua missão religiosa para além do norte de Minas Gerais, onde atuavam desde o início do século XX, chegando ao Extremo Sul da Bahia. Sobre o tempo em que estiveram no estado de Minas, a região Extremo Sul é descrita como área de acesso ao território mineiro, sendo

---

<sup>192</sup> HOOIJ, E. Os “desbravadores” do Extremo Sul da Bahia: história da presença franciscana nessa região – raízes e frutos. Belo Horizonte: Província Santa Cruz, 2011. p. 108.

<sup>193</sup> Ibid. p. 7.

<sup>194</sup> ALVES, L. A. Experiências forjadas a ferro e fogo: religiosidade, organicidade e luta pela terra no Extremo Sul Da Bahia no contexto da Ditadura Civil-militar (1978-1985). 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2017.

Caravelas a única referência feita, por se tratar de uma cidade portuária e estação final da ferrovia EFBM, conforme o trecho a seguir:

Para favorecer o fornecimento de gente e de mercadoria em duas direções, foi construída, em 1898, uma ferrovia de Ponta de Areia a Filadélfia. A via fluvial voltou para o esquecimento. Durante muitos anos, a ida e vinda dos frades do Norte de Minas e seus visitantes era por mar até Caravelas, e de lá pela estrada de ferro até Teófilo Otoni e, mais tarde, a Araçuaí. Em Caravelas, a casa de “Zeca”, João Caetano de Almeida, era um lar hospitaleiro para os frades viajantes, que deviam aguardar a chegada do vapor ou do trem. Em 1942, a ferrovia foi estendida até Araçuaí.<sup>195</sup>

O estado de Minas possuía centros urbanos de relevância econômica na região, o que justifica a própria construção da ferrovia, possibilitando o transporte de pessoas e mercadoria ao litoral, de onde poderiam sair por via marítima. Com exceção do litoral baiano, por sua já citada importância portuária, o interior do Extremo Sul ainda não possuía qualquer relevância ao ponto de ser referendado no comentário acima citado. Nota-se que a ferrovia construída atendia as necessidades de transporte e comércio muito mais voltadas ao estado mineiro do que à Bahia, sinais do distanciamento do Extremo Sul dentro de seu ente federativo e a abertura à influência do sudeste. Até mesmo as missões religiosas penetram o território baiano por meio da extensão das atividades que já aconteciam em Minas Gerais.

A região do Extremo Sul é descrita como uma área a ser ainda descoberta e explorada, discurso que ecoa o ideal desenvolvimentista e colonizador do Estado brasileiro. Com base em relatos de heroísmo frente às dificuldades em se cumprir o trabalho religioso em meio a uma vegetação tão brava e de tão difícil acesso, aos primeiros franciscanos atribui-se o mérito de “desbravadores”. A título de ilustração, segue o trecho abaixo:

Foi também frei Samuel o primeiro frade a penetrar nas matas desconhecidas e incultas do Extremo Sul da Bahia. Ele queria explorar a Cachoeira da Meia-Légua, que ele marcou como a divisa natural entre Minas e Bahia, na questão do Contestado. Sempre avançando, celebrou no lugar onde mais tarde foi criada a Vila de Chumbo. “No dia 1º de março de 1916, tentei de novo a viagem, para pelo menos fazer a desobriga nas matas de Prado e Jucuruçu... No dia 12, cheguei a Castelo ou Pradinho. No dia seguinte marquei o lugar da Capela de Santo Antônio do Triunfo... Passei na Cachoeira de Meia-Légua e, a meu ver, é ali que o rio Jucuruçu atravessa a Serra dos Aimorés e é, portanto, ali que se acha a linha divisória dos Estados de Minas e da Bahia...” (Frei Helano em Nossas Paróquias..., p. 11).<sup>196</sup>

<sup>195</sup> HOOIJ, E. Os “desbravadores” do Extremo Sul da Bahia: história da presença franciscana nessa região – raízes e frutos. Belo Horizonte: Província Santa Cruz, 2011. p. 12.

<sup>196</sup> Ibid. p. 15.

Michael Pollak em um de seus ensaios aponta que a construção de uma identidade e a formação de uma memória coletiva nacional perpassa por um conflituoso processo de imposição hegemônica, mas também por uma negociação que só é permitida a partir do encontro entre pontos comuns existentes em os diversos grupos sociais<sup>197</sup>. No trecho citado, percebe-se que narrativa desenvolvimentista do Estado brasileiro se encontra presente também nas referências do grupo religioso. Ao Extremo Sul baiano dentro do período situado é atribuída a característica de possuir “matas desconhecidas e incultas”, desconsiderando a presença dos povos ali existentes, de modo que o empreendimento colonizador, ou “desbravador”, se apresenta enquanto iniciativa cumpridora de dever heroico. Nota-se que dentro da narrativa há um reconhecimento de protagonismo quanto a exploração de um território considerado virgem, cabendo a ela o papel de mapeamento da região.

Acerca da citação, cabe aqui ressaltar o trabalho que a Igreja Católica desempenha quanto ao registro de suas ações. Apesar de se tratar de feitos de frei Samuel, a fonte do qual Frei Elias retira a citação, “Nossa Paróquias de Caravelas, Alcobaça e Prado (BA)”, publicada em 1991, é de autoria de Frei Helano, conforme informado pelo material analisado. No entanto, apesar de não termos acesso a tal obra, e ainda que exista uma distância de tempo considerável entre sua publicação e o fato acontecido, o que abre espaço para constantes atualizações desse registro, trata-se de uma citação direta. Consideramos, então, que houve da mesma maneira acesso a outras fontes da igreja o que implica que as informações expostas no livro não se configuram como parte de uma memória evocada em um presente distante do acontecido. Trata-se de uma memória registrada, de onde o autor pode visitar, citar, comentar e referendar. Essa característica é importante para compreender como o material e a memória foi construída e registrada pelos franciscanos do Extremo Sul.

O mapa a seguir, retirado da obra de Frei Elias Hooij, nos parece interessante para ilustrar a região atualmente, pois nele aparecem também os pequenos povoados e vilarejos do Extremo Sul baiano, diferentemente dos mapas usados convencionalmente, que apesar de suas escalas precisas, se limitam a exibir os limites territoriais dos municípios e as principais rodovias. Sua utilização a título de ilustração torna-se necessária, considerando que em diversos momentos do texto a seguir é feita referência a lugares de menor

---

<sup>197</sup> POLLAK, M. Memória e identidade social. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.



Por carta de dom Eduardo de 24.04.1939, os frades de Caravelas ficaram encarregados também das paróquias de Alcobaça e de Prado. Dr. Joaquim de Almeida, na Nação Brasileira, afirma de Alcobaça: “Seu rio é navegável e piscoso, com fazendas de criação, cacau e cereais, entre elas: Cascata, Providência, São Bernardo, Santo Antônio etc. Suas florestas são exuberantes de madeira de lei, ainda inexploradas. No Alto Sertão exploram-se grandes jazidas de águas-marinhas e grafite. Sua população é católica, não existindo nenhuma seita nem culto estranho” (citado por Frei Helano, *Nossas Paróquias...* 1991, p. 10).<sup>199</sup>

A citação atribuída ao Dr. Joaquim de Almeida, embora não tenha informação quanto à data em que fora realizada, está dentro do contexto do final dos anos 1930. Embora curto, o trecho evidencia certos elementos que aparecem como característicos do território de Alcobaça, como o rio Itanhém e as principais fazendas, dentre elas a Cascata, no território de Teixeira de Freitas, tendo ela gozado de notoriedade e prestígio social e econômico. Dentre as culturas citadas, vale pontuar a referência ao cacau. Apesar de se tratar do contexto de crises cíclicas da produção cacauífera no Sul da Bahia, o cacau ainda mantinha seu prestígio e importância econômica e social para o estado e, principalmente para a grande região Sul. Ainda assim, a presença da cacauicultura nas extremidades da região não era suficiente para que a presença governamental ou dos órgãos de fomento ao cultivo, como o ICB, já criado em 1931, fossem notadas, permanecendo, sob o ponto de vista produtivo do Estado enquanto área periférica da zona cacauífera.

Ao se referir às florestas, o autor comenta serem ricas em madeiras de lei, mas que permaneciam “ainda inexploradas”, indicando que não se tinha ainda atividade extrativista, ao menos no nível industrial, de modo que fosse digna de nota pelo autor.

A predominância Católica e a abrangência de seu domínio sem qualquer ameaça de concorrência religiosa população do Extremo Sul, por fim, é reafirmada. Essa predominância, no entanto, é contestável. Leonardo do Amaral Alves ao tratar da atuação católica no período discute que mesmo presente, o catolicismo coexistia e por vezes se misturava com demais cultos e práticas religiosas, sendo estas provavelmente oriundas da forte presença negra e indígena, as quais possuíam suas próprias crenças e formas de experienciar sua espiritualidade<sup>200</sup>. Apesar da existência de uma diversidade religiosa, esta é invisibilizada no relato de Frei Helano e na obra de Frei Elias reafirmando o ideário

<sup>199</sup> HOOLJ, E. Os “desbravadores” do Extremo Sul da Bahia: história da presença franciscana nessa região – raízes e frutos. Belo Horizonte: Província Santa Cruz, 2011. p. 26-27.

<sup>200</sup> ALVES, L. A. Experiências forjadas a ferro e fogo: religiosidade, organicidade e luta pela terra no Extremo Sul Da Bahia no contexto da Ditadura Civil-militar (1978-1985). 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2017. p. 26-27.

de um consenso social em torno da autoridade da igreja.

Ao buscar relatar a atuação religiosa em Teixeira de Freitas, o autor faz questão de evidenciar a Fazenda Nova América como ponto de referência para o início da história dos franciscanos na cidade. Com o trecho intitulado “Teixeira de Freitas, as origens, pela memória de Sr. Nascimento”, o autor indica que, diferentemente dos trechos anteriormente citados, as informações contidas são de atribuição do Sr. Nascimento e não de outra fonte proveniente da própria igreja ou ordem franciscana. Não é dito, no entanto, sobre qual membro da família Nascimento o autor faz referência no título, se ao Sr. Servídio, com 13 anos de idade na época da aquisição da Fazenda, ou o Sr. Osair, ambos citados no trecho abaixo:

Em 1923, chegou à Nova América, na beira do Rio Itanhém, José Félix Correia numa terra comprada por 5000 cruzeiros de João Marques de Moura Costa. Seu filho, Servídio Nascimento, primeiro catequista do povoado e pai de Osair, tinha na época 13 anos. Depois de inúmeras rezas do Ofício de Nossa Senhora em casa, criou-se, em 1943, uma capela onde o padre Gonçalves de Alcobaça veio celebrar e depois outros padres, entre eles o legendário frei Olavo, que conduzia sua tropa entre brejos e florestas. Um animal levava todos os livros de batizados e casamentos, para conferir.<sup>201</sup>

A referência à Fazenda é feita em razão de sua importância para a igreja. Conforme o trecho citado, foi nesta propriedade em que aconteciam as cerimônias religiosas que atendiam a população circunvizinha, possuindo capela – provavelmente a única nas proximidades –, recebendo e oferecendo abrigo para os frades quando estes chegavam para realizar a desobriga. Neste caso, apesar de ser referendada enquanto uma memória da família proprietária da Fazenda, conforme o subtítulo do capítulo no livro, faz parte de uma visão do passado compartilhada também pelo grupo religioso, haja vista que o evento citado contribui para a construção da narrativa de “desbravamento” pela igreja.

Para evitar confusões acerca da identificação da família proprietária da Fazenda Nova América, os sobrenomes “Freitas Correa” e “Nascimento” correspondem ao mesmo grupo. O termo “Nascimento” só passa a designar membros da família a partir do Sr. Servídio Nascimento, filho de José Félix Freitas Correa, por quem a família adquiriu a propriedade. O sobrenome passa a ter maior destaque na sociedade teixeirense por meio do papel político desempenhado por Osair Nascimento, filho de Servídio, quando foi vereador

---

<sup>201</sup> HOOIJ, E. Os “desbravadores” do Extremo Sul da Bahia: história da presença franciscana nessa região – raízes e frutos. Belo Horizonte: Província Santa Cruz, 2011. p. 47.

após a emancipação política do povoado<sup>202</sup>.

Ao prosseguir, Frei Elias Hooij indicou as origens de Teixeira de Freitas, apontando o ano de início, em 1948. Apesar de não descrever o espaço com mais precisão, as referências evocadas no texto sugerem ser as proximidades da Praça Castro Alves, popularmente conhecida como Praça dos Leões, onde se localiza a Igreja São Pedro, sede da Diocese Teixeira de Freitas/Caravelas.

O próprio povoado de Teixeira de Freitas, no planalto ao sul do rio Itanhém, data de 1948, quando Manuel Ferreira de Duque de Caxias (“Arriba-Saia”) construiu duas casas no lugar ocupado depois por Osvaldo, no meio da mata virgem. Depois mudou pra cá também Joel Antunes, que fez seis casas no lugar de João de Coco. Foi ele também que fez a primeira capela de taipa de 3x4 m, instalou um “Grupo” (escola) e uma feira na dita praça. Ele era um delegado bravo, vereador de Alcobaça, quando Deolisano Rodrigues era prefeito, enquanto um dos Siquara controlava o território de Caravelas como vereador de lá. A primeira casa “boa” era de Aristóteles, pai de Alcenor Barbosa, no lugar da loja de Morbeques, a Casa Leão. Pedro Muniz tinha também uma venda por aí.<sup>203</sup>

Além da descrição dos primeiros moradores e residências nos primeiros anos do povoado, o autor também comenta sobre o controle político existente, indicando Joel Antunes, delegado, vereador e responsável pela primeira capela e uma “escola”, como dito acima. Conforme sugere o trecho, o delegado parece ser a primeira, ou mais importante, referência política no processo de povoamento, possuindo certa liderança dentre a comunidade local. O mesmo acontecia no território de Caravelas, vizinho à Teixeira de Freitas, onde um membro da família Siquara “controlava” desempenhando função legislativa. Tal informação aponta a possibilidade de existência de povoamento urbano no período na parte pertencente à Caravelas, o Vila Vargas, incorporado à Teixeira de Freitas com a emancipação em 1985<sup>204</sup>.

Aqui se pode verificar também, no que diz respeito ao poder exercido na localidade, a importância de algumas famílias. Ao citar duas autoridades políticas locais, Joel Antunes e “um dos Siquara”, Frei Elias os distingue no modo em que os referencia. Enquanto ao primeiro é dado nome e sobrenome, ao segundo é dito somente a que grupo pertence, sendo a “família Siquara”. Embora pouco se diga sobre tal família, sua importância pode ser

<sup>202</sup> GUERRA, J. C. P; SILVA, L. S. O processo de emancipação política de Teixeira de Freitas (1972-1985). 2010. 102 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Departamento de Educação Campus X, Universidade do Estado da Bahia, Teixeira de Freitas, 2010. p. 90.

<sup>203</sup> HOOIJ, E. Os “desbravadores” do Extremo Sul da Bahia: história da presença franciscana nessa região – raízes e frutos. Belo Horizonte: Província Santa Cruz, 2011. p. 47-48.

<sup>204</sup> GUERRA, J. C. P; SILVA, L. S. op.cit.

mensurada a partir da maneira com a qual é percebida. Se ao primeiro político, sua função é atribuída ao indivíduo, ao segundo é a família que aparece enquanto detentora do poder designado pela ocupação, ao ponto de o autor afirmar que controlavam determinado território. Essa característica descrita aponta para uma consolidação oligárquica no poder local, o qual é concentrado em determinados grupos familiares específicos. A percepção acerca da política local à medida que o crescimento do lugar avançava exprime também a forma com que as relações de poder e de classe se desenrolaram e se estabeleceram regionalmente.

Em seguida, o texto passa a apontar sobre a causa do início da ocupação e desenvolvimento urbano de Teixeira de Freitas. Segundo a memória coletiva reproduzida por Hooij, as estradas abertas pela atividade madeireira proporcionaram o “nascimento” do povoado:

Teixeira de Feitas nasceu na bifurcação do trilho de carretas da Serraria Bralanda para “Água Fria” ou Medeiros Neto, e de lá a Alcobaça, e do trilho de Teixeira a Nova Viçosa, onde o empresário aventureiro português Eleosípio Cunha tinha criado uma fábrica de compensado, movimentada ao vapor de dois grandes caldeirões. Por essa bifurcação o povoado era conhecido popularmente como “Pernas Abertas”.<sup>205</sup>

O texto sugere ser a atividade madeireira, junto com a abertura das primeiras estradas de rodagem - produto de sua atuação na região -, fundamental quanto ao início do processo de povoamento e ocupação, sendo, inclusive, anterior à chegada dos primeiros moradores apontados anteriormente. Mais especificamente, Teixeira de Freitas teria “nascido” do encontro de dois importantes “trilhos de carretas”, por onde era transportada a madeira retirada. À cada um destes, o autor atribui uma empresa diferente como responsável por sua construção. Embora não se forneça pistas sobre qual tenha sido a primeira ou última, a ordem de citação das estradas indica como sendo a empresa Bralanda a responsável pela abertura da estrada de Água Fria, atual município de Medeiros Neto, à Alcobaça; a outra, de Teixeira à Nova Viçosa, era de responsabilidade do empresário “Eleosípio” (Eleosippo) Cunha, identificado como sendo de nacionalidade portuguesa.

No entanto, algumas informações contidas no texto citado não encontram respaldo em outras fontes, diferente de outros trechos citados anteriormente, onde a referência aos registros de frades e da própria igreja eram notórios. Verifica-se então a memória do “Sr.

---

<sup>205</sup> HOOIJ, E. Os “desbravadores” do Extremo Sul da Bahia: história da presença franciscana nessa região – raízes e frutos. Belo Horizonte: Província Santa Cruz, 2011. p. 48.

Nascimento” como sendo a única fonte sobre o que é relatado. A atribuição de nacionalidade estrangeira ao empresário madeireiro Eleosippo Cunha não tem confirmação em nenhuma fonte aqui analisada. Ao menos a empresa do qual este era proprietário, Eleosippo Cunha & Cia. LTDA, possuía registro e sede na cidade de São Mateus no Espírito Santo<sup>206</sup>. Percebe-se então a atualização constante da memória referente ao início da atividade econômica industrial na localidade, em se atribuir a presença estrangeira, ou ao capital estrangeiro mais especificamente, a responsabilidade de início do povoado. O mesmo pode ser dito sobre a citada Bralanda, esta sim com participação de capital estrangeiro. Tal empresa, embora tenha desenvolvido atividade no Extremo Sul da Bahia no período, não exercia atividade no território de Alcobaça<sup>207</sup>.

Ao fim, Frei Elias conta ser o encontro dessas duas vias de transporte de madeira o lugar de onde o povoado passa a acontecer. Desse entroncamento dá-se o nome popularmente conhecido no período: Perna-Aberta. Nesse ponto, a memória franciscana nos aponta os primeiros sinais de transformação do território que vão ao sentido de racionalizar cada vez mais o espaço segundo os interesses da atividade madeireira. O “marco-zero”, ponto inicial do processo de constituição do povoamento de Teixeira de Freitas, ou “Perna-Aberta”, não é senão um elemento produzido pelo extrativismo instalado na região. Ao trazer para as estradas de rodagem a atribuição de causa do processo urbano, o autor de maneira indireta evoca a atividade econômica enquanto responsável pela formação do povoado.

Nesse sentido, a alteração ocorrida no território, por meio da derrubada da madeireira e a abertura de estradas, são sinais de um desenvolvimento maior da atividade econômica. As relações de trabalho se expandem, visto que não se limitam ao corte de madeiras-de-lei, mas compreendem também seu beneficiamento e transporte. Todas essas ações exigem o implemento de tecnologias e o aumento da força de trabalho dentro de cada tarefa e assim, uma maior divisão social do trabalho. Sob uma organização do trabalho mais complexa e desenvolvida sobre o território, uma organização maior em termos geográficos também acontece, dando elementos fundamentais ao surgimento urbano<sup>208</sup>. Embora o texto de Hooij não levante uma discussão materialista sobre o fato urbano, a memória

<sup>206</sup> BRASIL. Decreto. nº 21.227, de 31 de Maio de 1946. Concede à sociedade Eleosippo Cunha & Companhia Limitada, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o que prescreve o Decreto-lei nº 2.784 de 20 de Novembro de 1940. Diário Oficial, Rio de Janeiro, RJ, 31 mai. 1946. Seção 1 - 8/6/1946, Página 8565.

<sup>207</sup> BAHIA. Secretaria de Transportes e Comunicações. Coordenação de Transportes. BR-101 Trecho Sul: Justificativa econômica. Salvador, 1968. p. 131.

<sup>208</sup> SINGER, P. Economia política da urbanização. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

reproduzida por ele sugere que as representações e significados atribuídos ao início do povoado relacionam urbanização à atividade econômica e estabelece uma causalidade entre elas no plano local.

À medida que o lugar ia crescendo e se constituído enquanto núcleo urbano, o desejo de nomeá-lo oficialmente, diferente do popular “Perna Aberta”, aparecia:

O nome Teixeira de Freitas era uma homenagem – a pedido do IBGE – ao grande jurista baiano, Mário Augusto Teixeira de Freitas, fundador do Instituto Nacional de Estatística, o atual IBGE. O nome de “Monte Castelo”, nome sonhado por Nelito Cardoso quando projetou um grande loteamento, incluindo Igreja, Colégio e Convento de Irmãs, ficou depois restringido a um bairro.<sup>209</sup>

A definição do nome oficial do povoado apresenta-se enquanto um processo problemático. Um dos líderes políticos no lugar, o Manoel Cardoso Neto, ou “Nelito Cardoso” como era conhecido e citado acima, tendo representação na Câmara Legislativa de Alcobaça na época, possuía projeto de loteamento urbano, incluindo escola e igreja. Pelo que sinaliza, a escolha do nome Teixeira de Freitas enfrentou resistência por parte deste personagem, que defendia em seu projeto incluía o nome “Monte Castelo”. Atualmente a denominação refere-se a um bairro da cidade, porém não é dito se o bairro corresponde ao lugar onde estava previsto a implantação do projeto de mesmo nome.

O caso em si, da maneira como descrito pelo memorialista, demonstra que a constituição de um poder local, identificado na pessoa do Nelito, se dava também em associação a um fortalecimento da instituição Católica. O projeto elaborado pelo então vereador numa tentativa de se organizar o território na forma de um loteamento, se dava também com pretensões de crescimento nas obras religiosas, já que esta continha além de escolas, uma Igreja e Convento. Tal projeto, ainda que derrotado, é selecionado pela memória religiosa e, apesar de atribuído nominalmente à Manoel Cardoso Neto, assume relevância para sua história contada, de modo a se fazer notar a existência de uma alternativa ao que foi executado.

---

209

HOOIJ, E. Os “desbravadores” do Extremo Sul da Bahia: história da presença franciscana nessa região – raízes e frutos. Belo Horizonte: Província Santa Cruz, 2011.

### 3.4 JORNAL ALERTA: PRODUÇÃO DE MEMÓRIA

Fundado em 01 de Julho de 1987, por Antônio Carlos Santos Nunes, ou Carlinhos do Alerta como é popularmente conhecido, o Jornal Alerta é um dos importantes veículos de informação impressa em Teixeira de Freitas e região. Distribuído semanalmente, aborda temas policiais, esportivos, classificados, políticos, dentre outros. Apesar de iniciar sua circulação em 1987, ou seja, fora do recorte temporal escolhido, o mesmo contém diversos depoimentos, via entrevistas, com antigos moradores locais, incluindo alguns já falecidos, sobre aspectos da história da cidade, sendo, portanto, uma importante fonte de investigação acerca da memória e história da formação de Teixeira de Freitas. Ademais, a cada aniversário de emancipação de cidade, no mês de maio, o Alerta produz e distribui gratuitamente uma Edição Especial, que consiste em um informativo sobre os “primeiros tempos” da localidade.

Apesar de tomar as edições comemorativas enquanto fonte de investigação, não pretendemos seguir no erro corriqueiro de tomar a memória local reproduzida em suas páginas como verdade histórica. Portanto, quando este se refere a certos indivíduos (homens) como “fundadores” da cidade de Teixeira de Freitas, entendemos ser este um discurso dominante sobre os primórdios do lugar reproduzida pelo veículo de informação privilegiando a ação de homens de prestígio social, político ou econômico na sociedade teixeirense. Sobre esse aspecto, é possível distingui-los – considerando que são depoimentos recolhidos pelo chefe do Jornal e publicados na edição – como “grandes testemunhas”, conforme a definição de Voldman<sup>210</sup>, já que se reconhecem como atores e protagonistas da história relatada.

Analisando esta fonte em específico, pode-se analisar a justificativa de seu uso. O tema aqui tratado localiza-se entre a década de 1940 e início da seguinte, período que antecede a existência oficial do povoado, mas que possui em si os elementos constituidores de seus espaços urbanos. Por ser este um período mais afastado do presente, esbarramos em uma ausência de fontes documentais e uma enorme dificuldade em localizar testemunhas desse princípio local. Neste caso, entendemos ser o Jornal Alerta, com suas edições comemorativas, de importância notável, pois traz relatos de memória sobre o período agora em questão. No entanto, apesar de se trabalhar com relatos de vida publicados, não nos

---

<sup>210</sup> VOLDMAN, D. Definições e usos. In: FERREIRA, M. M; AMADO, J (Orgs.). Usos & abusos da história oral. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

furtamos de uma análise do periódico enquanto fonte jornalística, considerando sua materialidade e seu caráter político e ideológico na construção do imaginário local sobre as origens da cidade. Ademais, não analisamos as publicações como produções de memória dos sujeitos entrevistados, pois tanto sua criação, quanto sua edição, seleção e publicação fora conduzida pelo editor chefe do veículo de imprensa. Portanto será o próprio Jornal analisado como produtor e reproduzidor de uma memória coletiva de grupos tradicionais e hegemônicos sobre a história de Teixeira de Freitas.

Visto que o material traz diversas informações e depoimentos sobre as mais variadas questões sobre a cidade, desde a sua fundação até a emancipação em 1985, tomamos alguns recortes necessários. Além do mais, para além da análise de como determinados eventos são recordados, entendemos ser significativo também o conteúdo desta memória publicada.

#### 3.4.1 A MONOGRAFIA-REPORTAGEM DO BANCO DO NORDESTE

Para melhor compreender e analisar as publicações do Alerta faz-se necessário apresentar e discutir um documento produzido pelo Banco do Nordeste - BNB em 1986, um ano após a emancipação política de Teixeira de Freitas. O material, que se designa enquanto “monografia-reportagem”, consiste em um livro abordando diversos pontos da história do recém-criado município como as origens da ocupação, atividades econômicas e demais temas da história do lugar. Todas elas registradas a partir dos relatos dos próprios moradores, os assim chamados “pioneiros”.

Para marcar a inauguração de sua agência em Teixeira de Freitas, o Banco do Nordeste brinda a comunidade de um dos mais novos municípios baianos com esta monografia-reportagem que traz documentário fotográfico sobre a cidade atual, além de depoimentos de pessoas que viram e fizeram crescer, no meio da floresta, esta próspera povoação.<sup>211</sup>

Não é dito se houve por meio dos responsáveis pela produção do material empenho em se buscar demais documentos em órgãos de governo sobre os temas percorridos em suas páginas. Ainda assim, é esclarecido sobre a ausência de fontes desta natureza, justificando também a escolha pela publicação de relatos de memória: “Há que considerar-se a

211

BANCO DO NORDESTE. As origens: Teixeira de Freitas. Fortaleza: BNB, 1985. p. 3.

dificuldade de acesso e a inexistência de documentos que apoiem o relato dos pioneiros e testemunhas entrevistados”<sup>212</sup>.

Antes de apresentar as testemunhas, o Banco do Nordeste inicia uma reflexão sobre os primeiros anos de ocupação urbana a partir da análise da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros publicada pelo IBGE em 1958. Esta é identificada no texto como a mais completa pesquisa sobre os municípios e brasileiros. A ausência de qualquer menção à povoação referente à Teixeira de Freitas, considerando que aglomerações com menos de 30 habitantes foram citadas, é usada como base para o argumento de que o povoado não apresentava perspectivas de desenvolvimento na década de 1950, de forma que não era ainda digno de nota.

É que o humilde povoado, formado inicialmente por famílias negras, conhecido às vezes pelo nome de Mandiococal ou Comércio dos Pretos, não apresentava perspectiva de crescer. Erguidas às margens de uma estrada aberta por firma madeireira, no meio da mata, as quatro primeiras barracas que marcaram o início da povoação, feitas de pedaços de madeira, palhas e taipa, não chegavam a merecer a atenção dos estatísticos.<sup>213</sup>

Apesar da Enciclopédia do IBGE ser publicada em 1958, sua pesquisa ocorreu à partir de dados anteriores à 1957, ou seja, precedendo a criação oficial de Teixeira de Freitas pelo poder público municipal. A não menção do povoado dentre as nucleações urbanas, portanto, o incluía enquanto zona rural de Alcobaça<sup>214</sup>. A publicação do BNB relaciona a ausência do povoado nos registros do IBGE com a presença negra pioneira em sua formação urbana, colocando-a enquanto fundamento de sua problemática conclusão afirmando que “não havia perspectiva de crescimento”. O ideal desenvolvimentista presente nos anos 1950 passa então a ser reproduzido pelos veículos de construção da memória coletiva teixeirense. Dentro desse ideal não há outras perspectivas de desenvolvimento que não àquelas proporcionadas pelas transformações da indústria, as quais não estavam sob propriedade de indivíduos de pele negra.

O fato é que esta publicação e seu viés “desenvolvimentista” servirão de base para as futuras edições comemorativas de aniversário da cidade do Jornal Alerta. As informações contidas no documento do BNB são reproduzidas pelo Alerta, compondo, juntamente com as entrevistas realizadas pelo Jornal, uma narrativa acerca da história de

---

<sup>212</sup> Ibid. p. 3.

<sup>213</sup> BANCO DO NORDESTE. As origens: Teixeira de Freitas. Fortaleza: BNB, 1985. p. 5.

<sup>214</sup> IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: XX volume. IBGE: Rio de Janeiro, 1958.

Teixeira de Freitas, repetindo, ano após anos, em suas edições especiais, o argumento de falta de perspectiva de crescimento e desenvolvimento do povoado, consolidando-o na memória local. Ainda que não seja dada a devida referência, o texto do BNB se faz presente nas edições do Alerta:

A enciclopédia dos municípios, editada em 1958 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico (IBGE), hoje, Fundação IBGE, no volume XX, descreve em detalhes os municípios de Alcobaça e Caravelas, de onde foi desmembrado o território de Teixeira de Freitas. Não há, contudo, registro dessa povoação desde os primeiros anos da década de 1950, que, em menos de 60 anos, atingiria o número de 153.000 mil habitantes. O humilde povoado, formado, inicialmente, por famílias negras, conhecido, às vezes, pelo nome de ‘Mandiocal’ ou ‘Comércio dos Pretos’, não apresentava perspectivas de crescimento.<sup>215</sup>

As matérias do Jornal analisadas a seguir, consistindo em entrevistas selecionadas, editadas e publicadas, possuem, da mesma forma, trechos e informações do material do BNB. No entanto, não é dito pelo editor quais as fontes usadas para a construção da matéria, deixando dúvidas sobre se o que está publicado é oriundo exclusivamente das entrevistas com moradores antigos.

Para além das citações, o documento do BNB ainda se mostra grande influenciador para o Jornal na construção do imaginário sobre os protagonismos na história local. Dentre vários depoimentos, oriundos de sujeitos distintos e pertencentes a diferentes grupos sociais (como políticos, professora, parteira, artesãos e comerciantes), a reportagem aborda os primeiros anos, mais precisamente a década de 1950, quando se tem a chegada das madeiras e abertura das primeiras estradas de rodagem, elegendo a família Freitas Correia e Nascimento, que no período tinha Osair Nascimento enquanto liderança política na câmara legislativa, enquanto testemunha primordial. A escolha é justificada pela antiguidade da família na localidade, datando desde a aquisição da Fazenda Nova América na década de 1920, tendo, portanto, acompanhado todo o processo de construção do povoado nas proximidades de sua propriedade. Curioso notar, entretanto, que a família escolhida enquanto principal testemunha dos primeiros anos de povoamento urbano seja negra. Embora isso pareça contrastar com o que é defendido pelo BNB acerca da “não perspectiva de crescimento”, os relatos de membros da família Nascimento/Freitas Correia publicados se completam dentro da construção memorialista local que é feita.

---

<sup>215</sup> JORNAL ALERTA. Documentário dos 30 anos de Teixeira de Freitas - BA. Teixeira de Freitas: Ano XX, nº 1594 A. Maio de 2015. p. 2.

Imagem 8 - Família Freitas Correia na Fazenda Nova América



Fonte: Acervo pessoal de Domingos Cajueiro Correia. Autoria: desconhecida.

Ao partirem do argumento de que a localidade não possuía quaisquer perspectivas de desenvolvimento, o documento atribui um sentido mais grandioso e épico aos empreendimentos realizados no povoado, tornando mais valoroso e merecido o reconhecimento dado aos pioneiros da nova cidade, legitimando também a posição de poder de alguns dos “fundadores” no momento de publicação do documentário.

### 3.5 A FAZENDA NOVA AMÉRICA E A MEMÓRIA COLETIVA DA FAMÍLIA FREITAS CORREA

No capítulo “Barracas de tabinha”, o BNB abordou o início do povoamento e ocupação urbana em Teixeira de Freitas. O relato sobre esses primeiros tempos é narrado pelo Senhor Servídio do Nascimento, morador da Fazenda Nova América desde sua aquisição pela família na década de 1920. Por se encontrar na localidade desde o período

anterior ao início do povoado, a família proprietária da Nova América é reconhecida pela memória local - e reafirmada pelo Jornal Alerta e a Igreja Católica - enquanto testemunha de todo o processo histórico de constituição de Teixeira de Freitas.

Conforme o documento, Servídio Nascimento comenta sobre os primeiros anos, quando o local continha um pequeno número de moradores:

Eu morava na Fazenda Nova América, perto da Cachoeira Rica do Rio Intanhém, na Prainha. Aqui não era povoado. Era mata. Floresta pura. Os primeiros moradores foram Manoel de Etelvina, vindo do Córrego da Tarifa e Francisco Silva que veio para ser vigia de um depósito de combustível da firma de Eleusipe Cunha, o madeireiro que abriu a estrada.<sup>216</sup>

É possível destacar, para além dos primeiros moradores e comerciantes do local, a informação de que ainda não existia um povoado. Segundo conta, se tratava somente de “mata” e “floresta pura”. O início do povoamento só ocorre após a existência da estrada aberta por “Eleusipe Cunha” (referência a Eleosippo Cunha) e, dentre os dois indivíduos citados, ao menos um teve sua migração e residência na localidade justificada em razão da empresa madeireira.

A referência ao trabalho de um dos primeiros moradores, o Francisco Silva, indica que ao menos parte do povoamento inicial de Teixeira de Freitas não fora feito por cortadores de madeira. As atividades realizadas pelo empreendimento madeireiro no local, como não se restringiam à derrubada das madeiras nobres, exigiam uma diversidade maior de funções a serem ocupadas por trabalhadores (e aqui, o uso do gênero masculino é feito de maneira proposital, já que todos os citados pelas memórias analisadas são homens). O trabalho de vigia de depósito de combustível demonstra um processo de modernização da produção, racionalizando cada vez mais o espaço propiciando a utilização de automóveis enquanto ferramenta e expandindo a divisão social do trabalho.

Em sequência, é narrado sobre a causa dos primeiros nomes sob a qual o lugar era conhecido popularmente:

A primeira barraca foi construída por Francisco, chamado de Chico D'água, para vender “pinga” e cigarro aos motoristas. A primeira barraca era onde hoje está o Laticínio. Casa de tabinha (telhado de pedaços de madeira), fachada de taipa. Ele formou uma roça de mandioca onde hoje está a Panificadora Shirley. Por causa da roça da mandioca, o nome do

<sup>216</sup>

BANCO DO NORDESTE. As origens: Teixeira de Freitas. Fortaleza: BNB, 1985. p. 7.

lugar ficou Mandioccal.<sup>217</sup>

E prossegue:

A estrada passou em 1950, de junho a julho. A primeira barraca foi feita em 1951. Dentro de um para dois anos é que chegou Manoel de Etelvina. Depois veio um moço que morava em Caxias e botou sua barraca de comércio onde está hoje a Farmácia Morais. Em 1953, o pai de Alcenor Barbosa, Aristóteles, instalou uma loja, onde hoje é a Casa Morbeques.<sup>218</sup>

Ao localizar as primeiras casas e barracas do local, identificando-as com referências do presente da publicação, temos um desenho pela memória reproduzida do que seria o perímetro ocupado inicialmente em Teixeira de Freitas. Todas as residências citadas acima localizam-se nas proximidades da atual praça Castro Alves, às margens da estrada de rodagem, que, conforme o trecho, foi cortada no ano de 1950. Só após sua abertura é que se tem a chegada dos primeiros moradores.

Esse início do comércio local verificado na memória da família Nascimento aponta para uma relação histórica em que a instalação de atividades produtivas em qualquer localidade tende a atrair pessoas às cercanias. Para Singer, à medida que se intensifica o processo migratório e o povoamento, as necessidades básicas humanas passam a se tornar demandas locais por bens de consumo e serviços fazendo com que surjam oportunidades para outras atividades econômicas, de dimensões menores ao extrativismo, mas que têm o papel, ao menos inicialmente, de dar-lhe sustento. Essa tendência acaba por impelir o surgimento de escolas, hospitais, feiras, comércio varejista, etc. A elevação da renda e do consumo passa a ser um atrativo para novas atividades produtivas que, suprimindo essas novas demandas, incrementam e diversificam a economia local<sup>219</sup>.

Acerca dos primeiros nomes, o texto prossegue:

Lembra Nascimento que o subdelegado Joel, sargento da Polícia, chegou em 1952 e comprou uma casinha de Duca (Manoel Ferreira) para também botar uma venda. Na esquina onde funciona a loja Nestor Calçado, dona Madalena botou uma pensão, exemplo seguido por Aurelino José de Oliveira que montou, do outro lado, uma venda e restaurante. Daí, o povoado foi crescendo. As casas (barriadas – cobertas de barro) eram erguidas de noite. De Mandioccal, o nome da aglomeração passou para Comércio dos Pretos.<sup>220</sup>

217 Ibid. p. 7.

218 BANCO DO NORDESTE. As origens: Teixeira de Freitas. Fortaleza: BNB, 1985. p. 7.

219 SINGER, P. Economia política da urbanização. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

220 BANCO DO NORDESTE. op.cit. p. 7.

Vemos acima que o lugar era popularmente conhecido por suas características mais notáveis, assim como “Perna-Aberta”. De Mandiocal, o futuro povoado passa a se chamar “Comercinho dos Pretos”, indicando a origem étnica predominante dos primeiros comerciantes citados. A matéria prossegue explorando ainda sobre os nomes pelo qual o “Comercinho” foi conhecido até passar a se chamar Teixeira de Freitas. Abaixo, vemos o quão grande foi o crescimento da violência nos primeiros anos de povoamento, ao ponto de possuir mais dois nomes referenciando os perigos presentes na vida cotidiana do lugar.

Aqueles tempos, segundo recorda Nascimento, não eram para brincadeiras. Frequentemente, ele vinha de sua fazenda até o comércio comprar querosene, fósforo e sal. À medida em que o povoado ia crescendo, cresciam também as brigas e confusões. Logo o nome mudou de Comércio dos Pretos para Ripiado (Arrepiado). Mas até aí era só briga de boca e de cacete, sem muito sangue derramado.<sup>221</sup>

A publicação passa a apontar que a localidade já se mostrava enquanto centro, ainda que pequeno, de aquisição de produtos. Mesmo que citando apenas a Fazenda Nova América, podemos entender que outras famílias nas proximidades também compunham a clientela dos estabelecimentos comerciais ali instalados.

A matéria acima ainda aponta o crescimento do povoado e o aumento da violência, relacionando-o como causa direta do crescimento populacional. Ainda que não se configurasse enquanto centro urbano, visto que suas características como tal ainda estavam se constituindo, o crescente “Comercinho” aqui aparece como lugar natural da violência citada, como se o crescimento da violência estivesse em uma relação direta com o crescimento do povoado, em oposição a vida rural e isolada, que, embora não citada no texto, transparece subjetivamente. Deste modo, observa-se se a nova ordem urbana e econômica em avanço sobre a região ao mesmo tempo em que se mostra enquanto signo de progresso, apresenta-se também como ameaçadora ao modo de vida correspondente ao período anterior à chegada das madeireiras.

Quando a violência ocorrida passou do nível de “briga de boca e de cacete, sem muito sangue derramado”, mais uma vez o lugar teve seu nome mudado. Desta vez para “Tira-banha”.

O novo nome continuou até que um dia deram uma facada em Manoel de

221

---

BANCO DO NORDESTE. As origens: Teixeira de Freitas. Fortaleza: BNB, 1985. p. 7.

Etelvina, comerciante pioneiro, gordo e barrigudo. E novamente o aglomerado mudou de denominação, passando a ser conhecido pelas redondezas como Tira-banha.<sup>222</sup>

Conforme segue o texto, “Tira-banha” permaneceu enquanto denominação designando a localidade até sua nomeação enquanto povoado, desta vez oficial, passando a se chama Teixeira de Freitas.

Antes que a vila mais uma vez mudasse de nome, talvez para pior, com o primeiro crime de morte que viria fatalmente a acontecer (e como de fato aconteceu em 1962), o subdelegado e chefe político, Joel Nascimento, resolveu propor um nome oficial para a povoação. A denominação escolhida foi Teixeira de Freitas.<sup>223</sup>

O nome oficial, como dito acima, veio por intermédio de Joel Nascimento, autoridade política no povoado. A criação oficial é informada pelo ofício nº 91 de 1957 da Prefeitura de Alcobaça, homenageando o estatístico Mario Augusto Teixeira Freitas, criador do IBGE<sup>224</sup>.

### 3.6 JORNAL ALERTA: ISAEL FREITAS CORREA

Sob o auxílio de seu filho Domingos Cajueiro, o Sr. Isael de Freitas Correa, já falecido, relata ao Jornal Alerta sobre a chegada de sua família à região e sobre as mudanças advindas com as madeireiras. Membro da família Freitas Correia, filho de José Félix de Freitas Correia e irmão de Servídio Nascimento, Isael compunha o grupo proprietário da Fazenda Nova América, localizada onde hoje é o bairro de mesmo nome. Foi nesta fazenda que cresceu e acompanhou a transição de um lugar estruturalmente rural para uma região em pulsante desenvolvimento urbano e econômico.

Isael de Freitas, segundo o jornal, nasceu em 5 de fevereiro de 1916 na fazenda Imbiribeira, em Alcobaça, e faleceu em 5 de agosto de 2011. Se as informações referentes ao nascimento estiverem corretas, Isael teria falecido com 95 anos de idade e não 97 como

<sup>222</sup> BANCO DO NORDESTE. As origens: Teixeira de Freitas. Fortaleza: BNB, 1985. p. 7.

<sup>223</sup> Ibid. p. 7.

<sup>224</sup> GUERRA, J. C. P; SILVA, L. S. O processo de emancipação política de Teixeira de Freitas (1972-1985). 2010. 102 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Departamento de Educação Campus X, Universidade do Estado da Bahia, Teixeira de Freitas, 2010. p. 104.

informa o próprio jornal. Sendo a entrevista realizada quando o mesmo possuía 92 anos e, considerando as diferenças entre idade e datas, compreende-se que esta tenha ocorrido entre 2006 e 2008, já que não é informada a data de sua realização na publicação<sup>225</sup>.

Isael, casado com Maria de Lourdes Cajueiro Correia, diz ter conhecido sua esposa em Juerana, distrito de Caravelas<sup>226</sup>, lugar que visitava com regularidade com o propósito de comerciar a produção da fazenda e também aproveitar os festejos locais, conforme conta:

Vendendo porco, muito arrumado, bem feito, de bota, ia a festas e bailes em Juerana, mas fui gostando de Maria de Lourdes e como eu já estava velho, tinha que me casar depressa. Casei-me com ela em 1952, aos 35 anos; ela, com 22 anos.<sup>227</sup>

Apesar de parecer estritamente pessoal, o trecho citado traz elementos interessantes para a compreensão do período. Sendo as proximidades da Fazenda Nova América ocupadas pela densa Mata Atlântica e parcamente habitada, não sobrava muitas possibilidades de transações comerciais. Fazia-se necessário o deslocamento para os centros urbanos mais próximos, como Alcobaça e Caravelas, bem como seus distritos, para comercializar suas produções. Tanto Juerana, quanto Helvécia, nesse período possuíam grande importância comercial, pois em ambas as localidades, como já foi dito, havia estação da estrada de ferro, fato que favorecia a economia local.

O texto publicado continua com Antônio Nunes, chefe do Jornal, contando sobre o dito por Isael. A matéria prossegue em diversos trechos oscilando entre a citação das palavras do entrevistado e as palavras do entrevistador, sendo que as primeiras sempre são identificadas pelo uso de aspas. É possível que tenha se utilizado desse artifício na intenção de melhorar a linguagem para publicação. Compreendemos, assim, que a entrevista, da forma como publicada, foi resultado de seleção e edição conforme o interesse editorial.

Pelas palavras do editor chefe do jornal, Isael conta sobre seu casamento no civil, dando pistas sobre o acesso a burocracia do estado para realização de ações do tipo.

A mãe de dona Maria de Lourdes era italiana e muito exigente, providenciou o casamento em pouco tempo, primeiro, na igreja, mas só com 60 dias depois é que Isael Correia conseguiu “comprar uma ação de

<sup>225</sup> JORNAL ALERTA. Documentário dos 30 anos de Teixeira de Freitas - BA. Teixeira de Freitas: Ano XX, nº 1594 A. Maio de 2015. p. 14.

<sup>226</sup> A publicação usa o termo “município” para se referir ao distrito de Juerana.

<sup>227</sup> JORNAL ALERTA. op.cit. p. 14.

casamento”, em Teófilo Otoni, Minas Gerais, como ele mesmo contou ter sido.<sup>228</sup>

Apesar da existência de centros urbanos mais próximos, como os centenários municípios de Alcobaça e Caravelas, percebe-se no trecho citado que estes não eram necessariamente os lugares mais procurados para realização de serviços de cartório. Mesmo que à época, conforme segue o texto, via-se na Igreja Católica autoridade suficiente para realização do casamento, parece não haver nas cidades acima citadas facilidades para oficializações desta natureza. Coube ao município do Estado vizinho, Minas Gerais, a tarefa de conceder a ação de casamento.

A história em questão não se trata de um ato isolado. Conforme o texto prossegue, pelas palavras de Antônio Nunes, as cidades de Minas Gerais, incluindo aí Nanuque, apresentam-se enquanto principais centros fornecedores de mercadoria e serviços para a população da região do baixo Extremo Sul da Bahia.

Já antes mesmo de se casar, quase todos os meses, seu Isael viajava para Teófilo Otoni. Nem sua mulher nem sua sogra obrigaram-no a providenciar o casamento no civil, foi ele mesmo quem quis isso. As coisas da casa ele também comprava em Teófilo Otoni. Era comum na época, ir a Teófilo Otoni ou a Nanuque para comprar produtos, como calçados e selas. Dessas duas cidades, pegava-se o trem para Juerana e de lá se andava levando as coisas no lombo do animal até em casa. Nessa época existia nada a não ser a Fazenda Nova América, à beira do rio, e a Fazenda Cascata, que era estruturada, com engenho de café, cacau e uma farinheira muito boa.<sup>229</sup>

Nota-se a pouca presença da burocracia do Estado da Bahia na região, conforme Cerqueira Neto<sup>230</sup> em que a pouca atenção dada pelo governo baiano ao extremo da região Sul e seu conseqüente isolamento propiciou um aumento de influência da região Sudeste, por meio dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo mais especificamente, nos mais diversos âmbitos (econômico, político, cultural, etc.).

Ao analisar os centros urbanos econômica e politicamente relevantes na região, Juerana, Helvécia, Teófilo Otoni e Nanuque, a fonte aponta para a importância da Estrada de Ferro, já que todos os centros citados eram também estações da Bahia-Minas (ver

<sup>228</sup> Ibid. p. 14.

<sup>229</sup> JORNAL ALERTA. Documentário dos 30 anos de Teixeira de Freitas - BA. Teixeira de Freitas: Ano XX, nº 1594 A. Maio de 2015. p. 14.

<sup>230</sup> CERQUEIRA NETO, S. P. G. Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia. 2009. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

Imagem 3). Mesmo com todas as precariedades de infraestrutura da EFBM<sup>231</sup>, entende-se a razão da proeminência econômica nas margens da ferrovia, considerando que nesse período o sistema ferroviário era ainda o principal responsável pelas transações comerciais no país.

Verifica-se ao final o comentário do editor do Alerta sobre as principais referências na região onde passa a se desenvolver o povoado: A Fazenda Nova América, da família do Sr. Isael e a Fazenda Cascata. Sobre a última, o autor a caracteriza como uma propriedade melhor estruturada para a produção, se diferenciando da primeira fazenda. Vale salientar que não se sabe se o comentário sobre as fazendas faz parte do relatado pelo Sr. Isael ou se trata de informação acrescentada na construção da publicação do jornal. Em todo caso, fica evidente a necessidade de se analisar o texto enquanto fonte de uma memória coletiva do qual tanto o Jornal quanto o grupo familiar compartilham.

As duas fazendas citadas aparecem como propriedades com características diferentes. Enquanto a primeira pertencia a uma família de negros, a segunda era de propriedade de senhores brancos. A cor aqui aparece como um importante fator a ser analisado, pois implica posições sociais distintas. A Fazenda Nova América é adquirida pela família Correia na década de 1920, de onde o passado escravista ainda era bastante recente, sendo a cor o elemento que evocava esse estigma. A possibilidade de comprar um pedaço de terra no início do século não fazia da família do Sr. Isael Correa uma elite agrária. Ao contrário, a presença negra nas origens do povoamento urbano da cidade, como já foi visto, aparece ainda como sinal de atraso e subdesenvolvimento do lugar. Sob a mesma lógica das relações de poder econômico e racial, herança do passado colonial e escravista do Brasil, os donos da Cascata, representantes na região de uma parcela da elite, gozavam de prestígio econômico e de classe que os distinguiu.

Apesar de ser citada enquanto propriedade possuidora de importância produtiva na região, sendo citada também no texto de Frei Elias Hooij, a Fazenda Cascata não ganhou espaço significativo nos relatos da família Freitas Correa publicados no Jornal. Tais silêncios acerca da participação de grupos socialmente distintos evocam possíveis disputas de narrativa acerca da construção de Teixeira de Freitas.

A Fazenda Cascata, datada do século XIX, de propriedade do Sr. José Sérgio de Almeida Figueiredo, embora ausente nos relatos, possui importância histórica reconhecida por diversas instituições educacionais em Teixeira de Freitas, já tendo firmado diversas

---

231

GIFFONI, J. M. S. Trilhos arrancados: história da Estrada de Ferro Bahia e Minas (1978 - 1966). 2006. 307 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006. p. 145.

parcerias para a execução de projetos em sua história mais recente. Localizada às margens do rio Itanhém, à beira da rodovia BA-290, próximo aos limites entre os municípios de Teixeira de Freitas e Alcobaca, a Fazenda Cascata atualmente funciona como restaurante e ponto turístico<sup>232</sup>. Dentre os atrativos da propriedade, encontram-se diversos elementos da história da Fazenda e também da cidade. Diversos objetos antigos usados pelos antigos proprietários e trabalhadores encontram-se preservados e organizados para exposição, como o casarão e sua mobília, o engenho e ferramentas de trabalho agrícola, a capela e a casa de comércio de secos e molhados. Tudo isso confere a Cascata também o papel de museu, único na cidade até então<sup>233</sup>.

Imagem 9 - Fazenda Cascata



Fonte: Jornal Alerta<sup>234</sup>.

Este mesmo reconhecimento não foi gozado pela Nova América. Apesar de

<sup>232</sup> Ver: <https://verdadespoliticas.com.br/restaurante-fazenda-cascata-comemora-um-ano-de-funcionamento/>. Acessado em 29 de janeiro de 2019.

<sup>233</sup> Ver: <https://jornalalerta.com.br/fazenda-cascata-incentivando-a-cultura-e-o-lazer-do-teixeirense/>. Acessado em 29 de janeiro de 2019.

<sup>234</sup> Ver: <https://jornalalerta.com.br/fazenda-cascata-incentivando-a-cultura-e-o-lazer-do-teixeirense/>. Acessado em 29 de janeiro de 2019.

privilegiada por diversas fontes de memorialísticas, a fazenda não obteve destaque no cenário cultural local enquanto importante espaço de memória na formação da cidade. Embora tenha membros no decorrer da história membros de sua família ocupando lugares de destaque na política local - à exemplo de Osair Nascimento, eleito vereador na primeira eleição após a emancipação municipal - a Fazenda em si, ainda existente, fora esquecida. Sua sede (imagem 10) encontra-se com os mesmos aspectos humildes que identificaram a família Freitas Correia. A forte presença da memória familiar em diversos documentos que almejam “reconstruir” a história local sugere uma espécie de disputa travada na defesa de seu papel em todo o processo de formação da cidade frente ao importante status no cenário cultural e histórico conquistado pela Cascata.

Imagem 10 - Fazenda Nova América



Fonte: Trabalho de campo.

### 3.7 O ENCONTRO DE DOIS MUNDOS

O relato de Vantuil de Freitas Correa, da família proprietária da Fazenda Nova América, ao Alerta, embora pequena e dispersa quanto ao assunto, traz questões interessantes, e por vezes engraçadas, sobre o distanciamento em que se encontrava o lugar das modernidades tanto aclamadas pela pulsante industrialização que o Brasil passava. O

texto identifica-o como um dos moradores mais antigos de Teixeira de Freitas e traz relatos acerca das dificuldades enfrentadas pela família Freitas Correia no início da década de 1950.

A dificuldade era total, não havia transporte. O transporte era o animal. A gente ‘mexia’ com lavoura, meu pai tinha cacau, café e um gadinho para tirar o leite e era essa vida. O transporte era canoa daqui para Alcobaça, que conduzia 80 sacos de cacau, café, o que fosse, com a força de dois canoieiros. Na volta, trazia açúcar, sal, querosene e assim por diante. Meu pai, Antônio de Freitas Correia, tinha uma loja aqui na beira do rio Itanhém, na Fazenda Nova América, que, hoje, é a “Prainha”, ele tinha uma loja de secos e molhados, tecidos, bastante tecidos, pois naquele tempo não tinha roupa pronta para comprar, ali vendia de tudo, era a única venda na região.<sup>235</sup>

A partir do trecho acima podemos perceber o quão pouco complexo era o comércio até então. É importante notar que, diferentemente do dito por Isael, não é a estrada de Ferro quem direciona o foco comercial, mas a sede municipal, Alcobaça. Aqui, o transporte comercial se dava basicamente por via fluvial, ou seja, pelo rio Itanhém. Vale observar que tanto a Nova América quanto a Cascata localizavam-se nas margens do rio, o que facilitava o transporte, seguindo o curso até o litoral, no porto de Alcobaça. Da sede municipal tinha-se trocas comerciais mais intensas, devido a grande circulação propiciada pela navegação de cabotagem.

Além do interesse em se buscar gêneros alimentícios e produtos para uso particular da família, a navegação possuía também o papel de abastecer o modesto comércio local, sendo que a única loja existente nas proximidades, segundo Vantuil Freitas, era de propriedade da família, mais precisamente de seu pai, Antônio de Freitas Correa, na Fazenda Nova América. A variedade de artigos vendidos na loja de “Secos e Molhados” traduz a variada necessidade de consumo local.

Ao relatar o episódio em que viu pela primeira vez um caminhão, Vantuil Freitas conta ao Jornal:

Ah! aconteceu que quando eu tinha uns 13 anos, surgiu a firma de Eleozippo Cunha, uma firma alemã, que abriu estrada na rua onde funcionou a Casa Barbosa, a estrada ainda é a mesma (Rua Princesa Isabel), que vinha dali de cima, onde é a Rua Mauá, no meio da mata, e entrava ali onde é a Casa Barbosa, descia onde hoje é o Banco Itaú (Rua Lomanto Júnior) e saía em Maria Mil Réis (Avenida São Paulo) e assim

<sup>235</sup>

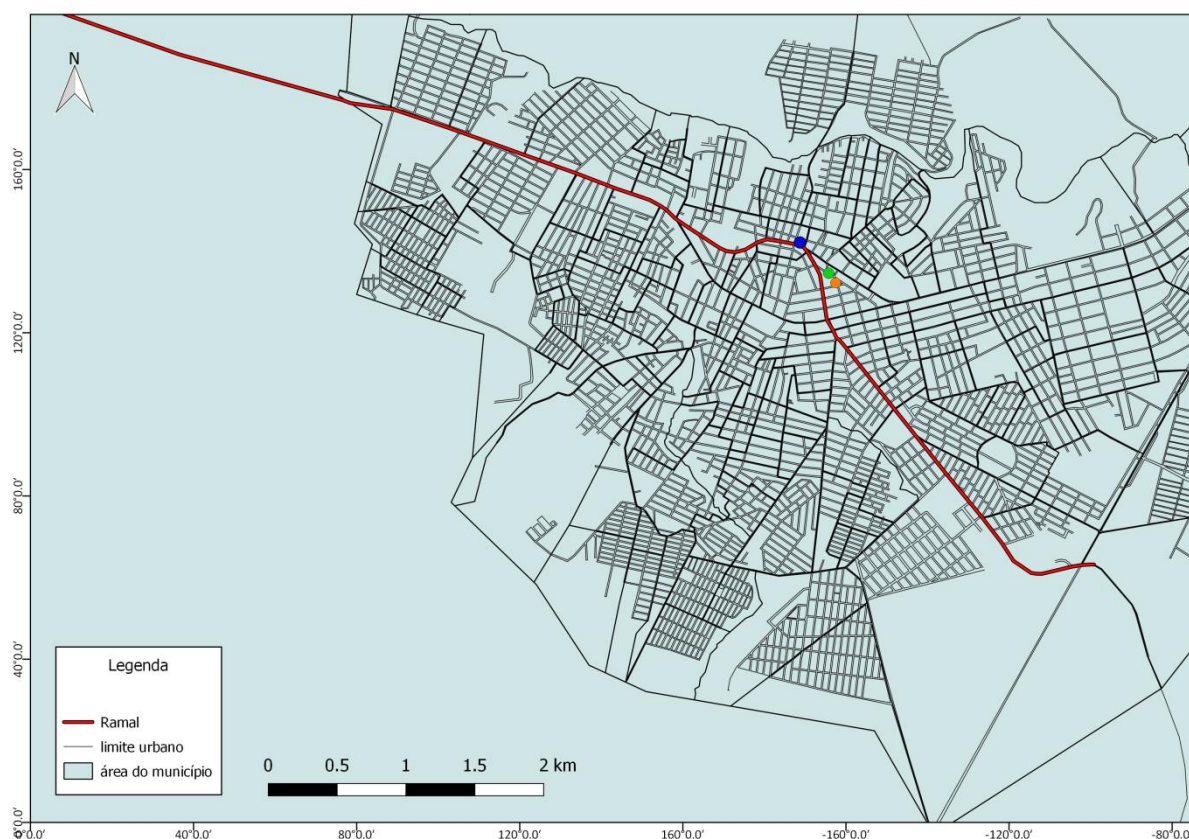
JORNAL ALERTA. Documentário dos 30 anos de Teixeira de Freitas - BA. Teixeira de Freitas: Ano XX, nº 1594 A. Maio de 2015.

por diante.<sup>236</sup>

Antes de contar sobre seu primeiro contato com um automóvel, Vantuil vai tecendo o cenário local, contando sobre o trajeto da primeira estrada aberta pelo madeireiro capixaba Eleosippo Cunha. É dito que a empresa é de origem alemã, mais uma vez atribuindo ao capital estrangeiro responsabilidade pelos empreendimentos realizados na localidade. No entanto, é sabido que a empresa ao qual o texto se refere tem sede em São Mateus, no Espírito Santo.

Ao relatar para o Jornal a história pedida, Vantuil reconstrói todo o percurso da primeira estrada de rodagem aberta pela madeireira. Ao mesmo tempo, faz isso atualizando com as referências do presente em que este fala, pontuando que “[...] a estrada ainda é a mesma”. Dessa maneira, vai refazendo em seu relato a trajetória da estrada e, aqui, encontra concordância nos demais relatos sobre a primeira via de tráfego, como o já discutido Sr. Isael Freitas, pertencente ao mesmo grupo social.

Imagem 11 - Estrada de rodagem aberta por Eleosippo Cunha



Elaboração: Mayne Assunção Moreira, 2019<sup>237</sup>.

No mapa acima, podemos visualizar o traçado da estrada de rodagem, destacado em vermelho, conforme descrito por Vantuil. O trajeto partiria de Barcelona, território de Caravelas, onde possuía serraria, seguindo desbravando a mata no trecho da BA-290, ou Av. Getúlio Vargas, entrando na Rua Mauá contornando a antiga lagoa que existia nas proximidades, passando pela Praça Castro Alves, ou Praça dos Leões, de frente a Igreja São Pedro, curvando na antiga Casa Barbosa, seguindo pela Av. Princesa Isabel, Av. Lomanto Júnior e por fim, toda a Av. São Paulo. De lá, seguia-se ao Sul, aproximando-se de Nova Viçosa, onde é dito que Eleosippo Cunha possuía um porto para navegação em que embarcava sua mercadoria.

Podemos ver que a estrada corta a cidade ao meio, de maneira a concordar com os relatos em que a povoação do lugar se deu ao redor das primeiras vias abertas pela madeireira.

Seguindo a ordem das palavras de Vantuil publicadas no Alerta, visualizamos enfim o evento em que este encontra pela primeira vez um automóvel.

Eu com 13 a 14 anos, nunca tinha visto um carro... era interior brabo mesmo. A gente ouvia a zoada lá na fazenda. Quantas vezes eu saía correndo da mesa para ir ver o carro descendo, no entanto, era só a zoada do carro que chegava perfeitamente lá. Meu pai dizia ‘menino é o carro lá na rodagem’. Até que chegou um certo dia em que nós íamos levar a costura para uma senhora, mais em baixo, num sítio nas proximidades do Córrego Charqueada, próximo de onde é hoje a Avenida ACM. Nesse dia eu vi o carro. Era um domingo, a carreta carregada de madeira, inclusive, eu estava montado em um burro e este não foi lá de jeito nenhum. O bicho empacou, amarrei o burro e fui lá de pé conhecer o primeiro carro que vi na minha vida, que era uma carreta carregada de madeira. Mas, depois, abriu a estrada para Alcobaça, nos anos 50 para 53, e com a estrada para Alcobaça me acostumei.<sup>238</sup>

Temos aqui um evento de considerável importância, de tal maneira que marca a memória de Vantuil, aparecendo como ponto divisor entre o mundo rural, próprio do isolamento vivido no interior do Extremo Sul baiano, e o mundo moderno industrial advindo com Eleosippo Cunha e sua madeireira. Não sabemos ao certo o ano em que este inusitado encontro ocorreu, pois não há na matéria informações da data de sua realização ou idade do entrevistado. É dito somente a sua idade aproximada: 13 ou 14 anos. É dado a

---

<sup>237</sup> Os pontos destacados na cor azul, verde e laranja fazem referência respectivamente à localização da Praça dos Leões, do Terminal Rodoviário Urbano (ou Rodoviária Velha), e a Praça da Bíblia.

<sup>238</sup> JORNAL ALERTA. Documentário dos 30 anos de Teixeira de Freitas - BA. Teixeira de Freitas: Ano XX, nº 1594 A. Maio de 2015. p. 21.

entender que tenha ocorrido na década anterior a 1950, conforme encerra a citação. Até então, conta ele, embora a existência de automóveis fosse conhecida, seja por sua “zoada” ou mesmo pela existência da “rodagem”, bem como suas alterações no cenário local, o mesmo não havia ainda presenciado tal produto. Há, neste evento o estranhamento do “velho” frente ao “novo”. O burro, usado como meio de transporte tradicional, ao se deparar com a carreta em sua frente, não esboça outra reação que não o medo, empacando e impelindo seu condutor a abandonar a montaria para encontrar a curiosa máquina. O episódio é significativo, e contado de maneira detalhada, como se fosse lembrado e recontado várias e várias vezes. Da mesma forma, entendemos sê-lo reatualizado e ressignificado constantemente.

O automóvel visto não se encontrava ali de maneira aleatória. Desempenhava um papel muito bem definido e conhecido. Tratava-se de uma carreta transportando madeira. No trecho citado, percebemos que tanto a mercadoria, quanto a carreta e a estrada pertencem ao empresário capixaba. À Eleosippo Cunha é atribuído o papel de grande responsável por inserir a região, antes estritamente rural e relativamente isolada, no mundo moderno e capitalista. Ou, nos termos de Milton Santos<sup>239</sup>, transformado geograficamente de um meio natural a um meio técnico-científico. Após o acontecido, o estranhamento inicial causado pelo encontro com a carreta de madeira tem seu fim. Após o evento, com a continuidade da abertura de estradas no início da década de 1950, Vantuil conta ao Jornal que tais encontros se tornaram rotineiros, ao ponto de acostumar-se a presença daqueles estranhos automóveis.

Ao prosseguir relatando sobre o início da década de 1950, Vantuil conta que após a chegada da madeireira o lugar passou a ser ocupado de maneira mais intensa. A primeira onda migratória para o interior da região nesse período é composta por madeireiros. O início do processo de ocupação em termos urbanos do território tem motivação única e clara nas páginas do Jornal como um todo. No discurso do Jornal é a atividade extrativista a responsável pelo “desbravamento” da densa mata nativa, abrindo estradas para o “progresso capitalista”. Aqui, mais uma vez o automóvel, sempre associado à atividade econômica motora nesse contexto, é evidenciado como símbolo de desenvolvimento.

Com a vinda dos meios de transportes a cidade foi se desenvolvendo e com a chegada dos madeireiros a povoação começou a crescer. Segundo o senhor Manoel de Etelvina, onde hoje é a Praça dos Leões, tinha uma casa de palha, e ele, lá, foi o primeiro morador, e o segundo foi seu Francisco,

239

SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

que era conhecido como seu 'Chico D'água', parente da gente.<sup>240</sup>

Afora os migrantes madeireiros, é evocada a lembrança de Manoel de Etelvina, também citado por Isael Freitas, como primeiro morador, seguido por 'Chico D'água', ambos pioneiros no povoamento do lugar. O trecho ainda deixa pistas sobre o lugar de onde se inicia o processo de ocupação e desenvolvimento urbano de Teixeira, informando que Manoel de Etelvina passa a residir na Praça dos Leões, ou Praça Castro Alves como é chamada oficialmente. Tal praça localiza-se às margens da estrada de rodagem (ver Imagem 6) mais uma vez trazendo à atividade econômica protagonismo e importância fundamental nesses primeiros tempos.

Ao recordar-se desses anos de vida simples, longe das mudanças provenientes do avanço industrial, Vantuil evoca signos que, sob seu ponto de vista, são representativos do cenário natural predominante até então: “Onde hoje é a Prefeitura, mais ou menos por ali, no Buraquinho, havia uma família de onça”<sup>241</sup>. Onça e Prefeitura aqui aparecem como símbolos da oposição entre esses dois mundos: natureza e cidade; atraso e modernidade.

Acerca da oposição entre o velho e o novo, Vantuil Freitas ainda se mostra nostálgico. Ao ser indagado sobre sentir falta ou não desse tempo antigo, responde saudosos:

“Eu guardo boas lembranças. Muitos falam que o tempo antigo era ruim, mas, para mim, foi a melhor época. Apesar de que não tinha muitas coisas que têm hoje, porque hoje já desenvolveu muito mais, mas, naquele tempo era muito gostoso, de tudo um pouco eu guardo lembrança comigo, até mesmo do tempo da roça”.<sup>242</sup>

A atividade madeireira no território de Teixeira de Freitas, desde o momento em que se inseriu, provocou diversas transformações. Modificando cada vez mais o meio natural e o redefinindo em conformidade com as necessidades técnicas da atividade econômica, a extração da madeira passou a se configurar enquanto marco para a memória coletiva local, visto os inúmeros empreendimentos realizados no espaço que a acompanharam, como a abertura de estradas, inserção de ferramentas industrializadas e automóveis, fixação de grande número de trabalhadores etc. Esse marco encontra-se presente em todos os relatos de memória analisados, e em todos é tido enquanto ponto de

<sup>240</sup> JORNAL ALERTA. Documentário dos 30 anos de Teixeira de Freitas - BA. Teixeira de Freitas: Ano XX, nº 1594 A. Maio de 2015. p. 21.

<sup>241</sup> JORNAL ALERTA. Documentário dos 30 anos de Teixeira de Freitas - BA. Teixeira de Freitas: Ano XX, nº 1594 A. Maio de 2015. p. 21.

<sup>242</sup> Ibid. p. 21.

partida do que se considera a “modernização” e “desenvolvimento” local.

Ao mesmo tempo em que é aceita a responsabilidade da empresa madeireira sobre o surgimento da cidade, as memórias acerca do princípio do povoado são construídas em conformidade com os interesses de grupo, por vezes bem identificados por sua posição social. Os relatos investigados foram capazes de evidenciar uma memória em constante negociação e disputa pelo pioneirismo na história de Teixeira de Freitas, arrogando para si e o grupo parte dos méritos do vitorioso desenvolvimento sinalizado pela emancipação política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento inicial do espaço urbano teixeirense, como se viu, não aconteceu de maneira destoante do contexto político e econômico no qual estava inserido. À medida em que a industrialização se intensificou no país, partindo do São Paulo e do Sudeste brasileiro e se estendendo às demais regiões, os elementos necessários à urbanização se fizeram presentes. Mesmo tendo o capital privado como principal investidor, e com relativo isolamento ao planejamento do governo estadual, o povoado atendeu os ritmos do movimento econômico a nível nacional, cumprindo uma função econômica no interior da divisão territorial do trabalho. Mesmo não se caracterizando enquanto um centro industrial, Teixeira de Freitas aparece enquanto fato urbano a partir de sua inclusão em um mercado capitalista industrial. Seu surgimento e crescimento estiveram ao lado da explosão demográfica e urbana verificada no Brasil após a Segunda Guerra.

Ao mesmo tempo em que se compreende Teixeira de Freitas em meio ao contexto desenvolvimentista nacional, faz-se necessário também compreendê-lo dentro do contexto regional do qual faz parte. O Extremo Sul da Bahia é aproveitado pelo capital dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo a partir de seu isolamento territorial para com o restante da Bahia. Sua formação enquanto microrregião dentro da região Sul se dá a partir da distinção econômica do eixo Ilhéus-Itabuna enquanto zona cacauífera. De caracterização como região marginal dentro do Sul da Bahia e de sua pouca vocação para a cacauicultura intensifica-se o processo de derrubada da Mata Atlântica por empresas capixabas e mineiras e a expropriação de território e extermínio das populações tradicionais, como índios e quilombolas, em conformidade com o ideal colonizador do Estado brasileiro.

A forte demanda por matéria prima nesse contexto de industrialização torna o interior do Extremo Sul baiano propício à atuação das madeireiras. Onde o povoado de Teixeira passa a se constituir, em meio à zona rural do município de Alcobaça, o empreendimento madeireiro do empresário capixaba Eleosippo Cunha é responsável por promover diversas alterações em sua paisagem. A derrubada sistemática da vegetação nativa para comercialização de madeira resultou em grandes áreas de desmatamento, abrindo espaço para diversas outras atividades econômicas. Dessa forma possibilitou ao Estado brasileiro o domínio político sob o território por meio da colonização levada a cabo pelo extrativismo.

Pelas próprias características da atividade, a exploração da madeira exigia a fixação de mão de obra em seus locais de trabalho, resultando na construção de acampamentos temporários e núcleos habitacionais. A necessidade de transportar mercadorias aos pontos de embarque fez com que diversas estradas de rodagem fossem abertas para trânsito de carretas e caminhões. A comunidade rural, habituada em utilizar transporte animal em meio às picadas abertas pela mata, passa a ser impactada também pela introdução de veículos motorizados, estranhos ao cotidiano local até então. Ao mesmo tempo, tornava ainda mais viável e necessário o crescimento demográfico com a fixação de madeireiros para ocupar os postos de trabalho criados pelo extrativismo e demais atividades instaladas atraídas pela crescente população.

Essas mudanças no quadro demográfico e produtivo fazem com que as pessoas se organizem sob outras normas. A ocupação que se verifica nesse contexto de industrialização e integração territorial assume contornos cada vez mais definidos com aspectos urbanos. É com essas configurações que se inicia o processo de povoamento de Teixeira de Freitas. De território de domínio das relações sociais essencialmente agrárias passa-se, gradativamente, a um território tecnicamente conformado às necessidades da economia vigente na localidade, cada vez mais diversificada e com maiores distinções e divisões de trabalho. Essa nova dinâmica nas relações também é verificada nos registros de memória de grupos locais. A chegada das empresas extrativistas sempre que evocada em fontes memorialísticas são referendadas enquanto ponto de partida de reconfiguração social e geográfica. Paralelamente, atribui-se a esses empreendimentos a responsabilidade de terem levado o progresso e a modernização ao lugar, o que por um lado demonstra a percepção acerca da integração territorial numa economia de mercado cada vez mais industrializada e articulada e de outro expõe uma narrativa alinhada ao discurso redentor e triunfante do projeto desenvolvimentista nacional.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, L. A. **Experiências forjadas a ferro e fogo: religiosidade, organicidade e luta pela terra no Extremo Sul Da Bahia no contexto da Ditadura Civil-militar (1978-1985)**. 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2017.
- AMORIM, R. R; OLIVEIRA, R. C. Degradação ambiental e novas territorialidades no extremo sul da Bahia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 8, n. 22, p. 18-37, set., 2007.
- BAHIA. Secretaria de Transportes e Comunicações. Coordenação de Transportes. **BR-101 Trecho Sul: Justificativa econômica**. Salvador, 1968.
- BANCO DO NORDESTE. **As origens: Teixeira de Freitas**. Fortaleza: BNB, 1985.
- BARROS, J. D. O lugar da história local na expansão dos campos históricos. In: OLIVEIRA, A. M. C. S; REIS, I. C. F. **História regional e local: discussões e práticas**. Salvador: EDUNEB, 2010.
- BRASIL. **Decreto. nº 21.227, de 31 de Maio de 1946**. Concede à sociedade Eleosippo Cunha & Companhia Limitada, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o que prescreve o Decreto-lei nº 2.784 de 20 de Novembro de 1940. Diário Oficial, Rio de Janeiro, RJ, 31 mai. 1946. Seção 1 - 8/6/1946, Página 8565.
- CAMARGO, A. A. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, B. (Org.). **História geral da civilização brasileira**. v. 3. Rio de Janeiro: DIFEL, 1981.
- CARMO, A. F. **Colonização e escravidão na Bahia: a Colônia Leopoldina, 1850-1888**. 2010. 139 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CARDOSO, C. F. S. O Trabalho na Colônia. In: LINHARES, M. Y. L. (org.). **História geral do Brasil**. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 1990.
- CERQUEIRA NETO, S. P. G. **Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia**. 2009. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.
- COSTA, J. C. Z. Colonização privada e oficial no primeiro governo Vargas: integração do mercado e desenvolvimento econômico. **História econômica & história de empresas**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 115-146. jan./jun. 2014.
- CUNHA, R. C. S. **O fogo de 51: reminiscências Pataxó**. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas Campus V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010.
- EMPRESAS DO BRASIL**. (On-line). Elecunha S A Indústria e Comércio. **Disponível em:** <<https://empresasdobrasil.com/empresa/elecunha-s-a-industria-e-comercio-5111412000176>>. Acesso em: 30 Set. 2018.

FALCÓN, G. A. O. **Os coronéis do cacau: raízes do mandonismo político em Ilhéus 1890-1930.** 1983. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1983.

FERRARI JÚNIOR, J. C. Limites e potencialidades do planejamento urbano: uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 2, n. 1, p. 15-28, jun., 2004.

FERREIRA, S. T. **A vida privada de negros pioneiros no povoamento de Teixeira de Freitas na década de 1960.** 2010. 109 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Departamento de Educação Campus X, Universidade do Estado da Bahia, Teixeira de Freitas, 2010.

GIFFONI, J. M. S. **Trilhos arrancados: história da Estrada de Ferro Bahia e Minas (1978 - 1966).** 2006. 307f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

GOMES, L. M. F. C. **Helvécia: homens, mulheres e eucaliptos (1980-2005).** 2009. 229f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local). Departamento de Ciências Humanas Campus V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009.

\_\_\_\_\_. Teixeira de Freitas – ditos e não ditos: uma cidade em disputa de memórias. In: Simpósio Nacional de História, XXVIII, 2015, Florianópolis, **Anais eletrônicos**. 16 p. Disponível em: <<http://www.snh2015.anpuh.org/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 30 Jul. 2018.

GRANDI, G. Transportes e desenvolvimento econômico no Brasil de 1945 a 1960. **História econômica & história de empresas**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 377-401, jul./dez., 2016.

GUERRA, J. C. P; SILVA, L. S. **O processo de emancipação política de Teixeira de Freitas (1972-1985).** 2010. 102 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Departamento de Educação Campus X, Universidade do Estado da Bahia, Teixeira de Freitas, 2010.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOOIJ, E. **Os “desbravadores” do Extremo Sul da Bahia: história da presença franciscana nessa região – raízes e frutos.** Belo Horizonte: Província Santa Cruz, 2011.

IBGE. **Censo Agrícola de 1960: Bahia. Série Regional. Vol. II. Tomo VIII. 1ª Parte.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=744>. Acesso em 08 de Setembro de 2019.

\_\_\_\_\_. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: XX volume.** IBGE: Rio de Janeiro, 1958.

\_\_\_\_\_. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: XXI volume.** IBGE: Rio de Janeiro, 1958.

\_\_\_\_\_. **I Centenário das Ferrovias Brasileiras.** Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1954.

\_\_\_\_\_. **População e Distribuição da população pelas Grandes Regiões e Unidades da Federação nos Censos Demográficos.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1286>. Acesso em: 15 Ago. 2018.

JORNAL ALERTA. **Documentário dos 30 anos de Teixeira de Freitas - BA.** Teixeira de Freitas: Ano XX, nº 1594 A. Maio de 2015.

JORNAL ALERTA. **Fazenda Cascata incentivando a cultura e o lazer do teixeirense.** Disponível em: <<https://jornalalerta.com.br/fazenda-cascata-incentivando-a-cultura-e-o-lazer-do-teixeirense/>>. Acessado em 29 de janeiro de 2019.

LEGOFF, J. Memória. In: LEGOFF, J. **História e memória.** 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MONTEIRO, H. M. Da Independência à vitória da ordem. In: LINHARES, M. Y. L. (org.). **História geral do Brasil.** 9ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 1990.

MUMFORD, L. **A cidade na história:** suas origens, transformações e perspectivas. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

NEVES, E. F. História e região: tópicos de história regional e local. **Ponta de lança,** São Cristóvão, v. 1, n. 2, p. 25-36, abr.-out., 2008.

\_\_\_\_\_. Perspectivas historiográficas baianas: esboço preliminar de elaborações recentes e tendências hodiernas de escrita da História na Bahia. In: OLIVEIRA, A. M. C. S; REIS, I. C. F (Orgs.). **História regional e local:** discussões e práticas. Salvador: Quarteto, 2010.

NEVES, M. C. M. **Estado de Santa Cruz:** O separatismo no mosaico baiano (1930-1980). 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

PARAÍSO, M. H. B. Repensando a política indigenista para os Botocudos. **Revista de Antropologia.** São Paulo, v. 35, p. 75-90. 1992.

PEREIRA, T. S. **O(a) Pataxó Meridionais e o Território Tradicional do Monte Pascoal no Extremo Sul da Bahia:** Patrimônio, Cultura e Memórias CorpOrais. 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2016.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PONTES, K. V. **O binômio porto-ferrovia:** o escoamento da produção cacauera no Sul da Bahia (1920-1947). 2018. 356 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo:** colônia; entrevista Fernando Novais; posfácio Bernardo Ricupero. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ROCHA, L. B. **A região cacauera da Bahia - dos coronéis à vassoura-de-bruxa:** saga, percepção, representação. Ilhéus: Editus, 2008.

RIGBY, S. H. **Historiografia Marxista**. In: NOVAIS, F. A; SILVA, R. F. (Orgs.). **Nova História em Perspectiva vol. II**. São Paulo: Casac Naiyf, 2013.

SANTOS, M. S. **Memória coletiva & teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

\_\_\_\_\_. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano nos países subdesenvolvidos**. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

THOMSON, A; FRISCH, M; HAMILTON, P. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, M. M; AMADO, J (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

VERDADES POLÍTICAS. **Restaurante Fazenda Cascata comemora um ano de funcionamento**. Disponível em: <<https://verdadespoliticas.com.br/restaurante-fazenda-cascata-comemora-um-ano-de-funcionamento/>>. Acessado em 29 de janeiro de 2019.

VILAR, P. História marxista, História em construção. In: LEGOFF, J; NORA, P. **História: novos problemas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1979. p. 146-178.

VOLDMAN, D. Definições e usos. In: FERREIRA, M. M; AMADO, J (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ZORZO, F. A. Retornando à história da rede viária baiana: o estudo dos efeitos do desenvolvimento ferroviário na expansão da rede rodoviária da Bahia (1850-1950). **Sitientibus**, Feira de Santana, n.22, p. 99-115, jan./jun. 2000.